

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE

GUSTAVO HAMYR CHAIBEN

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DISCENTES COM DEFICIÊNCIA:
A UTFPR**

MESTRADO

CURITIBA
2019

GUSTAVO HAMYR CHAIBEN

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DISCENTES COM DEFICIÊNCIA:
A UTFPR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Área de Concentração: Tecnologia e Sociedade.

Linha de pesquisa: Tecnologia e Desenvolvimento

Orientadora: Profa. Dra. Maclovia Correa da Silva

CURITIBA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Chaiben, Gustavo Hamyr

Políticas públicas para discentes com deficiência [recurso eletrônico]: a UTFPR / Gustavo Hamyr Chaiben. -- 2019.

1 arquivo texto (156 f.): PDF; 3,32 MB.

Modo de acesso: World Wide Web

Título extraído da tela de título (visualizado em 18 dez. 2019)

Texto em português com resumo em inglês

Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, Curitiba, 2019

Bibliografia: f. 150-156.

1. Tecnologia - Dissertações. 2. Arquitetura e pessoas com deficiência. 3. Pessoas com deficiência - Educação. 4. Pessoas com deficiência - Política governamental. 5. Ensino superior - Paraná - Política governamental. 6. Educação inclusiva - Paraná. 7. Inclusão escolar - Paraná. 8. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Política governamental. 9. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Política social. I. Silva, Maclovia Corrêa da. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade. III. Título.

CDD: Ed. 23 – 600

Biblioteca Central da UTFPR, Câmpus Curitiba
Bibliotecário: Adriano Lopes CRB-9/1429

TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO Nº 561

A Dissertação de Mestrado intitulada **Políticas públicas para discentes com deficiência: a UTFPR** defendida em sessão pública pelo(a) candidato(a) **Gustavo Hamyr Chaiben** no dia **16 de dezembro de 2019**, foi julgada aprovada em sua forma final para a obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – Tecnologia e Desenvolvimento, pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade.

Prof.^a. Dr.^a. Maclovia Corrêa da Silva - (UTFPR) - Orientadora
Prof. Dr. Eloy Fassi Casagrande Junior - (UTFPR)
Prof. Dr. Alexandre Borges Fagundes - (UDESC)
Prof. Dr. Miraldo Matuichuk - (UTFPR)

Curitiba, 16 de dezembro de 2019.

A via original deste documento encontra-se arquivada na Secretaria do Programa, contendo a assinatura da Coordenação após a entrega da versão corrigida do trabalho.



AGRADECIMENTOS

Escrevendo em primeira pessoa, reconheço este momento como de grande importância para mim. Saudosamente, desejaria poder reconhecer todos os seres que me influenciaram e os momentos que me guiaram até aqui. Poderia ter sido tudo diferente, mas foi aqui que eu cheguei e devo ter orgulho.

Se meus agradecimentos aqui parecerem singelos gostaria que soubessem que não expressam a imensidão que gostaria. Assim, simplesmente, agradeço ao meu pai por sempre me encorajar a persistir em estudos e na formação acadêmica além de ter me acompanhado ao longo desta pesquisa. Agradeço com carinho a minha mãe, esposa, meus gatos e pássaro, que me fizeram sempre companhia e conversaram comigo em momentos de trabalho que seriam solitários.

Agradeço a minha orientadora por inicialmente ter me aceito no programa e também por ter me acompanhado sempre com muita atenção, paciência e dedicação o percurso desta pesquisa.

Também agradeço a todas as pessoas envolvidas na colaboração do meu mestrado e dissertação, aos professores do PPGTE, colegas e principalmente aos funcionários de diversos departamentos da Instituição, em especial ao NAPNE, que colaboraram com atenção e cordialidade as solicitações de informações para que este estudo fosse possível.

“O que torna este debate fundamental para a sociedade de hoje é perceber que nenhuma pessoa está isenta de momentos de limitações ou deficiências ao longo de sua vida, podendo assim ser uma condição transitória ou permanente, causados por doenças, acidentes ou mesmo o processo natural de envelhecimento, condições estas que atingem, portanto, toda sociedade” (CHAIBEN, 2019).

RESUMO

CHAIBEN, Gustavo Hamyr. **Políticas públicas para discentes com deficiência: a UTFPR.** 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Curitiba-PR, 2019.

Este trabalho apresenta aspectos de políticas públicas para a entrada de pessoas com deficiência (PcD) em cursos de nível superior. Em específico, estuda-se a Instituição de Ensino Superior UTFPR juntamente com as políticas nacionais e internacionais de discentes com deficiência para territorializar o espaço de inclusão no processo de entrada. O objetivo geral do estudo é examinar as políticas públicas de entrada para discentes com deficiência promovidas no ambiente universitário. Para alcançá-lo, foi necessário recorrer às informações históricas presentes na legislação, nas publicações, na criação de tecnologias, levantamento de discentes com deficiência e bibliométrico. A metodologia, de natureza qualitativa, baseou-se em levantamentos de dados, resgates históricos normativos e gerais, pesquisa de campo, documentos, e conversas com profissionais da Instituição, compilados e ordenados em planilhas eletrônicas. O marco teórico abrange leituras da metade do século XX, quando a Organização das Nações Unidas iniciou a promoção da inclusão da PcD em nível mundial. Isso porque, durante os regimes ditatoriais da primeira metade do século XX, as pessoas com deficiência eram rejeitadas, excluídas e sofriam preconceitos culturais sem normas apropriadas e estudos relevantes. Com o levantamento bibliométrico, constata-se que a literatura nacional e internacional é bastante atual, com tendências crescentes desde 1990. O trabalho está dividido em seis partes, com introdução, desenvolvimento e considerações finais. Dentre as principais conclusões, estão as políticas públicas para discentes com deficiência, em constante mudança, como é o caso da entrada do aluno por cotas, e os diferentes tipos de lacunas em legislações. Na UTFPR, verificou-se que as políticas públicas nacionais e internacionais favoreceram a criação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) para atendimento de discentes com deficiência. A produção acadêmica brasileira sobre o tema avançou na forma de artigos e trabalhos de conclusão de cursos. Com a lei de cotas, enquanto ação coletiva de territorialização, o número de entrada de discentes com deficiência foi impulsionado, apesar da evasão ser uma realidade no ensino superior. Assim, os desafios se estendem para além da entrada destes alunos, que demandam de docentes, servidores, prestadores de serviços, a criação de estruturas, especialmente na parte pedagógica e na acessibilidade, e a continuação de políticas afirmativas.

Palavras-chave: Políticas públicas; UTFPR; PcD; Discentes com deficiência; Acessibilidade.

ABSTRACT

CHAIBEN, Gustavo Hamyr **Public policies for students with disabilities: the UTFPR.** 2019. 156 f. Thesis (Master's degree in Technology and Society) - Postgraduate Program in Technology and Society, Federal University of Technology - Paraná, campus Curitiba. Curitiba-PR, 2019.

This thesis presents aspects of public policies for the entry of people with disabilities (PwD) in higher education courses. Specifically, it is studied the UTFPR Higher Education Institution with the national and international policies of students with disabilities to territorialize the inclusion space in the entrance process. The study's general objective is to examine the public entrance policies for students with disabilities promoted in the university environment. To achieve this, it was necessary to resort to historical information present in the legislation, publications, technologies invents, students with disabilities and bibliometric surveys. The qualitative methodology nature was based on data collection, normative and general historical rescues, field research, documents, and interviews with Institution's professionals compiled and ordered in electronic programs. The theoretical framework covers readings of 20th century and by the United Nations' documents to promote worldwide inclusion of PwD from 1950's. This is because during the dictatorial regimes people with disabilities were rejected, excluded and suffered cultural prejudices without appropriate and relevant norms and studies. With the bibliometric survey, it is evident that the national and international literature is very current, with increasing trends since 1990. The text is divided into six parts, introduction, development and final considerations. The main thesis' conclusions are that public policies for students with disabilities, constantly changing, such as the entry of students by quotas, and the different types of legislative gaps. At UTFPR, the national and international public policies benefited the Support Center for People with Special Educational Needs (NAPNE)' creation. The Brazilian academic production on the subject has advanced in the form of articles and graduation courses' papers. With the quota law, as a collective territorial action, the number of students with disabilities was pushed up, although school dropout is a reality in higher education. Thus, the challenges extend beyond the entry of these students, who demand from teachers, servants, service providers and students the production of structures actions, especially in the pedagogical and accessibility, and the keep of affirmative policies.

Keywords: Public policies; UTFPR; PwD; Students with disabilities; Accessibility.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – COMPILAÇÃO DOS GRÁFICOS GERADOS PELO SCOPUS SOBRE AS QUANTIDADES DE PUBLICAÇÕES DOS TEMAS PESQUISADOS POR ANO.....	34
FIGURA 2 – PAINEL DE NAVEGAÇÃO DO SISTEMA COORPORATIVO DA UTFPR, DESTACANDO AS PASTAS QUE CONTÊM INFORMAÇÕES SOBRE OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	88
FIGURA 2 – PAINEL DE NAVEGAÇÃO DO SISTEMA COORPORATIVO DA UTFPR, DESTACANDO AS PASTAS QUE CONTÊM INFORMAÇÕES SOBRE OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	88
FIGURA 3 – OPÇÕES DE SELEÇÃO POR PERGUNTAS DO RELATÓRIO SÓCIO-ECONÔMICO DO NUAPE.....	89
FIGURA 3 – OPÇÕES DE SELEÇÃO POR PERGUNTAS DO RELATÓRIO SÓCIO-ECONÔMICO DO NUAPE.....	89
FIGURA 4 – FORMATO DE VISUALIZAÇÃO QUANTITATIVA DO RELATÓRIO SÓCIO-ECONÔMICO DO NUAPE PARA A QUESTÃO SOBRE NECESSIDADES ESPECIAIS.....	90
FIGURA 4 – FORMATO DE VISUALIZAÇÃO QUANTITATIVA DO RELATÓRIO SÓCIO-ECONÔMICO DO NUAPE PARA A QUESTÃO SOBRE NECESSIDADES ESPECIAIS.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – QUANTIDADE DE NORMATIVAS PUBLICADAS NO BRASIL, QUE TANGEM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA, POR ANOS (SEGUNDO LEVANTAMENTO REALIZADO PELO AUTOR)....	76
GRÁFICO 2 – ÍNDICE DE EVASÃO ANUAL DA UTFPR DO RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018	100
GRÁFICO 3 – ÍNDICE DE EVASÃO ANUAL POR CAMPUS DA UTFPR DO RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2017	100
GRÁFICO 4 – COMPARAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES DE EVASÃO ANUAL DA UTFPR E OS ÍNDICES DE EVASÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DO CAMPUS CURITIBA	102
GRÁFICO 5 – DISCENTES COM DEFICIÊNCIA NO CAMPUS CURITIBA DA UTFPR POR ANOS	144
GRÁFICO 6 – COMPARATIVO ENTRE A QUANTIDADE DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA ANTERIORES E POSTERIORES AO ANO DE 2017	144
GRÁFICO 7 – COMPOSIÇÃO DO GRÁFICO DOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA COM O GRÁFICO SOBRE O QUANTITATIVO DE NORMAS BRASILEIRAS QUE TANGEM A PCD (RECORTE DE 1999 A 2019).....	145

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	26
QUADRO 2 TRABALHOS DE GRADUAÇÃO DOS CURSOS DE ENGENHARIA CIVIL QUE ABORDAM ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE	48
QUADRO 3 – TRABALHOS DE GRADUAÇÃO DOS CURSOS DE ENGENHARIA CIVIL QUE ABORDAM ESTUDO DA ACESSIBILIDADE	49
QUADRO 4 -TRABALHOS DE GRADUAÇÃO DOS CURSOS DE ENGENHARIA CIVIL QUE ABORDAM DIAGNÓSTICO DA ACESSIBILIDADE	50
QUADRO 5 – TRABALHOS DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL QUE ABORDAM ADEQUAÇÃO E PROPOSTAS DA ACESSIBILIDADE	50
QUADRO 6 – COMPILAÇÃO DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A PCD NO BRASIL	81
QUADRO 7 – CARACTERÍSTICAS DAS TRÊS PASTAS FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA COOPERATIVO DA UTFPR.....	93
QUADRO 8 – VISUALIZAÇÃO PARCIAL DA PLANILHA SOBRE OS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CAMPUS CURITIBA (INTERFACE DA PLANILHA).....	99
QUADRO 8 – VISUALIZAÇÃO PARCIAL DA PLANILHA SOBRE OS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CAMPUS CURITIBA (INTERFACE DA PLANILHA).....	99
QUADRO 9 – CURSOS E VAGAS OFERTADOS PARA O CAMPUS CURITIBA NO VESTIBULAR DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2006	113
QUADRO 10 – CURSOS E VAGAS OFERTADOS PARA O CAMPUS CURITIBA NO VESTIBULAR DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2007	114
QUADRO 11 – CURSOS E VAGAS OFERTADOS PARA O CAMPUS CURITIBA NO VESTIBULAR DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2007	115
QUADRO 12 – CURSOS E VAGAS OFERTADOS PARA O CAMPUS CURITIBA NO VESTIBULAR DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2008	116
QUADRO 13 – CURSOS E VAGAS OFERTADOS PARA O CAMPUS CURITIBA NO VESTIBULAR DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2009	118
QUADRO 14 – CURSOS E VAGAS OFERTADOS PARA O CAMPUS CURITIBA NO VESTIBULAR DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2010	120

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PESQUISA DOS DESCRITORES NAS BASES INTERNACIONAIS	31
TABELA 2 – NÚMEROS DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS NAS BASES DE DADOS NACIONAIS	41
TABELA 3 – LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO NAS BASES BDTD E PIAA (UTFPR)	43
TABELA 4 – TÍTULOS DE TRABALHOS SOBRE ACESSIBILIDADE PRODUZIDOS NA UTFPR POR GRAUS ACADÊMICOS	45
TABELA 5 – TÍTULOS DE TRABALHOS SOBRE ACESSIBILIDADE PRODUZIDOS NA UTFPR POR CAMPUS E CURSOS	46
TABELA 6 – COMPARAÇÃO ENTRE OS NÚMEROS DA UTFPR E DO CAMPUS CURITIBA	84
TABELA 7 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DO CAMPUS CURITIBA ENTRE OS ANOS 1999 A 2019 POR GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA.....	95
TABELA 8 – QUANTITATIVO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA DO CAMPUS CURITIBA ENTRE OS ANOS DE 1999 A 2019 POR GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA.....	96
TABELA 9 – QUANTITATIVO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL DO CAMPUS CURITIBA ENTRE OS ANOS DE 1999 A 2019 POR GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA.....	96
TABELA 10 – QUANTITATIVO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA DO CAMPUS CURITIBA ENTRE OS ANOS 1999 A 2019 POR GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	96
TABELA 11 – QUANTITATIVO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS INTELECTUAIS DO CAMPUS CURITIBA ENTRE OS ANOS 1999 A 2019 POR GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA.....	96
TABELA 12 – QUANTITATIVO DE ALUNOS COM OUTRAS DEFICIÊNCIAS NO CAMPUS CURITIBA ENTRE OS ANOS 1999 A 2019 POR GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	97
TABELA 13 – QUANTITATIVO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA ENTRE OS ANOS 1999 A 2019 DO CAMPUS CURITIBA QUE RESPONDERAM "OUTROS" NO QUESTIONÁRIO SÓCIO- ECONÔMICO DO NUAPE	97
TABELA 14 – QUANTITATIVO DAS MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA ENTRE OS ANOS 1999 A 2019 DO CAMPUS CURITIBA POR GÊNERO, GRAUS ACADÊMICOS E SITUAÇÕES ACADÊMICAS	98
TABELA 15 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM PÓS- GRADUAÇÃO ENTRE OS ANOS 1999 A 2019 DO CAMPUS CURITIBA POR GÊNERO, TÍTULOS E SITUAÇÃO ACADÊMICA.....	98
TABELA 16 – ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DO CAMPUS CURITIBA COM CINCO OU MAIS ANOS DE PERMANÊNCIA	104

TABELA 17 – QUANTIDADE DE DISCENTES COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE DESLIGAMENTO E O TEMPO DE PERMANÊNCIA NO CAMPUS CURITIBA DA UTFPR	104
TABELA 18 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO ANO DE 1999 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	105
TABELA 19 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO ANO DE 2000 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	106
TABELA 20 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2001 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	106
TABELA 21 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2001 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	107
TABELA 22 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2002 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	107
TABELA 23 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2002 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	108
TABELA 24 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DE 2003 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	109
TABELA 25 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2004 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	109
TABELA 26 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2004 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	110
TABELA 27 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DE 2005 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	111

TABELA 28 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DE 2006 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	112
TABELA 29 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DE 2007 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	115
TABELA 30 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2008 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	117
TABELA 31 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2008 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	117
TABELA 32 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DE 2009 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	119
TABELA 33 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2010 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	120
TABELA 34 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2010 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	121
TABELA 35 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	122
TABELA 36 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2011 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	122
TABELA 37 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2012 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	123
TABELA 38 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2012 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	124

TABELA 39 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2013 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	125
TABELA 40 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2013 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	126
TABELA 41 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	127
TABELA 42 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2014 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	127
TABELA 43 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	128
TABELA 44 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2015 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	129
TABELA 45 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	130
TABELA 46 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2016 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	131
TABELA 47 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	131
TABELA 48 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2017 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	134
TABELA 49 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	135

TABELA 50 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2018 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	138
TABELA 51 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	140
TABELA 52 – QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019 DO CAMPUS CURITIBA POR CURSO, GÊNERO E SITUAÇÃO ACADÊMICA	141
TABELA 53 – COMPARATIVO DAS VAGAS OFERTADAS NOS PROCESSOS SELETIVOS PARA O CAMPUS CURITIBA E O INGRESSO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NOS ANOS 1999 A 2019	146

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 TEMA	20
1.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	22
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA.....	23
1.4 OBJETIVOS	23
1.4.1 Objetivo Geral	23
1.4.2 Objetivos Específicos	23
1.5 JUSTIFICATIVA	24
1.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
1.7 EMBASAMENTO TEÓRICO	27
1.8 ESTRUTURA DO TRABALHO	28
2 LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO	29
2.1 METODOLOGIA DA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA	29
2.1.1 Bases Internacionais	31
2.1.1.1 Scopus	32
2.1.1.2 Web of Science	36
2.2 CONCLUSÕES SOBRE AS BASES INTERNACIONAIS.....	37
2.2.1 Bases Nacionais.....	38
2.2.1.1 SciELO (Sul-americana).....	38
2.2.1.2 Cibec (Nacional).....	40
2.2.1.3 BDTD (Nacional)	42
2.2.1.4 PIAA – UTFPR (Regional).....	44
2.3 CONCLUSÕES SOBRE O CAPÍTULO	51
3 TRAÇOS HISTÓRICOS	53
3.1 NA ANTIGUIDADE	53
3.2 AS GUERRAS MUNDIAIS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	56
3.3 MARCOS INTERNACIONAIS DA PCD	57
3.4 EXEMPLOS DE TECNOLOGIAS INCLUSIVAS	59
3.4.1 A cadeira de rodas	61
3.4.2 O elevador	61
3.4.3 Os óculos	62
3.4.4 Bengala para cegos (bengala branca)	63
3.4.5 O cão-guia	64
3.4.6 O sistema de escrita Braille.....	64
3.4.7 A língua dos sinais e a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).....	65
3.5 CONCLUSÕES SOBRE O CAPÍTULO.....	65
4 A EVOLUÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL DAS PCDS NO BRASIL	67
4.1 A EVOLUÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL DAS PCD NO BRASIL	67
4.2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DAS NORMAS DA REPÚBLICA BRASILEIRA	70

4.3 O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	75
4.4 A EDUCAÇÃO E A PCD	77
4.5 CONCLUSÕES SOBRE O CAPÍTULO.....	80
5 A UTFPR.....	82
5.1 BREVE HISTÓRIA DA UTFPR.....	82
5.2 O CAMPUS CURITIBA.....	84
5.3 DISCENTES COM DEFICIÊNCIA NO CAMPUS CURITIBA.....	85
5.3.1 Levantamento de dados.....	87
5.3.2 Análises	97
5.3.3 Evasão e retenção	100
5.3.4 O ano a ano dos processos seletivos e os alunos com deficiência.....	105
5.3.4.1 Ano 1999	105
5.3.4.2 Ano 2000	105
5.3.4.3 Ano 2001	106
5.3.4.4 Ano 2002 e as Bancas Especiais	107
5.3.4.5 Ano 2003	108
5.3.4.6 Ano 2004	109
5.3.4.7 Ano 2005, início da Universidade e a pergunta no questionário sócio-educacional	110
5.3.4.8 Ano 2006	111
5.3.4.9 Ano 2007	113
5.3.4.10 Ano 2008	116
5.3.4.11 Ano 2009 o último ano do vestibular organizado pela Instituição.....	118
5.3.4.12 Ano 2010 e o início do Sistema de Seleção Unificada	119
5.3.4.13 Ano 2011	122
5.3.4.14 Ano 2012	123
5.3.4.15 Ano 2013	124
5.3.4.16 Ano 2014	126
5.3.4.17 Ano 2015	128
5.3.4.18 Ano 2016	129
5.3.4.19 Ano 2017, o primeiro semestre	131
5.3.4.20 Ano 2017, o segundo semestre e o início das cotas para PcD	132
5.3.4.21 Ano 2018	135
5.3.4.22 Ano 2019 e as mudanças nas categorias das cotas para PcD	138
5.3.4.23 Ano 2019, o segundo semestre.....	141
5.4 CONCLUSÕES SOBRE O CAPÍTULO.....	142
6 CONCLUSÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS.....	150

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda as diretrizes principais da pesquisa, sua delimitação, a problemática e os objetivos sobre a acessibilidade inclusiva de pessoas com deficiência (PcD) em Instituições de Ensino Superior (IES). Entende-se que a acessibilidade é um critério fundamental e primordial para a inclusão, pois as PcD necessitam, antes de qualquer análise, adentrar as edificações das instituições de ensino para matrículas, exames, recepcionamento e outros. Por isso, aspectos como acessibilidade arquitetônica são importantes, entretanto os obstáculos que interferem no percurso acadêmico de discentes com deficiência são diversos.

Este trabalho apresenta discussões sobre acessibilidade no âmbito da inclusão de discentes com deficiência (PcD) em instituições de ensino superior (IES) que circunscrevem aspectos arquitetônicos, ambientais e de comunicação. Os autores que desenvolvem teorias sobre tecnologias assistivas e inclusão assumem a direção da seção teórica do trabalho. Parte-se da premissa central de que o estudante, antes de qualquer reivindicação, precisa circular nos ambientes do edifício como os demais alunos, em salas de aula, bibliotecas, restaurantes, núcleos de acessibilidade, sanitários, secretaria e outros. Em segundo lugar, existem os artefatos tecnológicos, os quais funcionam como meios e fins alternativos para adequar os usos e benefícios aos diferentes tipos de deficiência. Por fim, durante o percurso educacional, é preciso remover as barreiras que impedem a total participação do estudante na vida universitária. Estas três afirmações colaboraram para delinear o objetivo geral da dissertação: embasar políticas públicas para qualificar as ações institucionais (arquitetônicas, ambientais e de comunicação) que respondem ou não solicitações de acessibilidade e inclusão de PcD em universidades. O encaminhamento metodológico passou por levantamentos de dados (bibliométrico, histórico, documental, analítico), entrevistas, conversas e análise dos resultados. Declara-se que a pesquisa possui atributos qualitativos de investigação e detalhes de análise quantitativa. As considerações finais revelam um crescente ingresso de alunos com deficiência principalmente após a implantação das cotas, uma ação de territorialização e empoderamento, a partir de 2017 no campus Curitiba da UTFPR. Entretanto, a pesquisa também revela um elevado índice de evasão nesses grupos. Assim, as questões de cotas, de tempo necessário para a formação do estudante, de estruturas

arquitetônicas, ambientais e de comunicação são desafios a serem investigados como figurantes da vida estudantil de alunos com deficiência, grupo de muita diversidade.

1.1 TEMA

A escolha do tema está em consonância com as disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, e com a linha de pesquisa Tecnologia e Desenvolvimento. As leituras sobre educação, tecnologia e sociedade no território do desenvolvimento sustentável fomentaram os debates e as discussões ilustraram as escolhas dos trabalhos de disciplinas e o texto dissertativo. A educação inclusiva, que faz parte dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi o motor que movimentou os interesses do pesquisador.

Para a promoção da educação inclusiva é necessário que no território aconteçam ações conjuntas entre as políticas públicas, as ações coletivas e o fortalecimento da territorialidade. A acessibilidade e desenho universal são conceitos chaves para que aconteça a apropriação dos direitos e deveres e a inclusão das PcD. Os termos estão fortemente relacionados, mas, no entanto, diferem quanto à aplicação. A Lei Federal n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, conhecida como a Lei da Acessibilidade, traz as definições de ambos os termos em redações que também estão presentes na normativa da ABNT NBR 9050 de 2015 sobre Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Estes documentos apresentam a definição de desenho universal como a “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva”. Desta forma, o desenho universal é a ideia de considerar o universo de diferentes condições físicas de pessoas na elaboração, desenvolvimento e execução de espaços, mobiliários e artefatos humanos.

Já a acessibilidade, surge como urgência para a inclusão de pessoas com deficiência, em observação as barreiras físicas que impedem sua autonomia do direito de ir e vir. Assim, segundo a definição da NBR 9050/2015:

[...] a acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou

mobilidade reduzida (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

Este conceito de acessibilidade difundido comunica exclusivamente as pessoas com deficiência, e mesmo existindo a relação entre acessibilidade e o desenho universal, não faz parte do senso comum que a acessibilidade pode beneficiar a todos. O que torna este debate fundamental para as sociedades de hoje é percebermos que nenhuma pessoa está isenta de momentos de limitações ou deficiências ao longo de sua vida, podendo assim ser uma condição transitória ou permanente, causados por doenças, acidentes ou mesmo o processo natural de envelhecimento, condições estas que atingem, portanto, toda sociedade.

No dia em que cada ser humano tiver a exata noção da magnitude de suas próprias limitações, a nossa especialidade deixará de existir. Neste dia, quando alguém falar em acessibilidade, ninguém mais vai pensar num monte de gente esquisita, vivendo de maneira excêntrica. Acessibilidade fará parte do currículo de todas as profissões, será coisa do dia a dia de todas as pessoas e especialistas em acessibilidade e usabilidade seremos todos! (SPELTA, 2007).

Atualmente a população mundial é de aproximadamente 7.6 bilhões de habitantes (ONU, 2018) e segundo dados da Organização Mundial da Saúde da Organização das Nações Unidas, divulgados em 2011, um bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência, o que corresponde a aproximados 15% da população mundial.

As pessoas com deficiência, assim como outros grupos vulneráveis, recebem uma herança cultural com muita discriminação e exclusão. Ao longo da história, foram chamados de incapacitados, inválidos e defeituosos, termos fortemente pejorativos e depreciativos. Cada deficiência gera necessidades específicas e muitas vezes não representam impossibilidade ou incapacidade de realizar tarefas cotidianas. Este é um dos motivos aos quais se torna muito difícil considerar os vários tipos de deficiência como um único grupo populacional.

No Brasil, segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira era de 190.732.694 pessoas (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, 2019a). Neste mesmo censo, a população que se declarava com algum tipo de deficiência correspondia a 45,6 milhões de pessoas, representado para a época 24% da população brasileira (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, 2019b).

Dentre os tipos de deficiência, as mais incidentes na população brasileira são respectivamente a visual, a motora, a auditiva e a mental e intelectual. Quanto a

classificação por idade da população com deficiência no Brasil, um dado interessante apresentado pelo censo, é que 7,5% têm entre zero a quatorze anos (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, 2019b). Essa baixa representatividade em crianças forma uma pirâmide da população com deficiência inversamente proporcional a pirâmide etária nacional, onde as idades entre 0 a 14 anos representam quase 25% da população total do Brasil. Tal observação pode representar que grande parte das deficiências são adquiridas após a juventude das pessoas, ao longo de suas vidas.

Dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) vinculada ao Ministério do Trabalho, em um levantamento de 2017, apontava que do total de pessoas com deficiência apenas 1% estava inserida no mercado de trabalho. Este dado mostra um grande desafio também para a área da educação. O número de não alfabetizados entre pessoas com deficiência corresponde a 18,3%. Este valor é o dobro se comparado com o total de analfabetos no Brasil que é de 9,4% da população. Quanto ao grau de escolaridade, 14,2% da população com deficiência têm ensino fundamental completo, 17,7% têm o ensino médio completo e apenas 6,7% têm o ensino superior completo (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, 2019b).

A Lei brasileira n. 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, tornou obrigatório a ampla Inclusão da Pessoa com Deficiência. Esta Lei é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Destaca-se também a L. F. n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016 que inclui as Pessoas com Deficiência na Lei das Cotas, uma estratégia de inclusão no território educacional, para ingresso em instituições públicas de ensino superior.

Desta forma, dentro do campo de interesse deste trabalho de pesquisa, constata-se, a partir da vigência destas leis, o aumento do ingresso dos alunos com deficiência nas universidades brasileiras representando um importante passo para a inclusão social das PcD.

1.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa restringe-se ao estudo das políticas públicas para discentes com deficiência em universidades, ilustrado com levantamentos e pesquisas em arquivos da UTFPR entre os anos de 1999 a 2019. O recorte temporal está relacionado às

dinâmicas pertinentes às situações de inclusão, das normas e das políticas nacionais e internacionais.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

Foi com a finalização da Segunda Guerra Mundial que outros tipos de deficiência, como as psicológicas, tornaram-se integradas aos estudos médicos e de diferentes áreas de conhecimento. Abrangeram as deficiências por alterações genéticas e traumatológicas, além daquelas percebidas pelos sentidos humanos, como a física, visual, auditiva e intelectual. Tomando em conta a parte educacional que compete à sociedade organizar, como ficaria a formação de pessoas com deficiência? O meio mais tradicional é a política pública para os estabelecimentos de ensino, representada em normas nacionais e internacionais para a inclusão dos discentes em universidades.

1.4 OBJETIVOS

Este trabalho apresenta discussões sobre políticas públicas para discentes com deficiência em universidades que circunscrevem aspectos culturais, ambientais e de comunicação. Muitos são os olhares para tratar pessoas em situações diversas, e neste sentido, as normas têm colaborado para equilibrar os tratamentos, os sentimentos de pertencimento, a formação, os ambientes e os preconceitos. De mais a mais, as tecnologias caminham para reduzir as limitações das deficiências. Nesta perspectiva, delineou-se o objetivo geral da dissertação.

1.4.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo é examinar as políticas públicas para discentes com deficiência promovidas no ambiente universitário.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Verificar por meio de levantamento bibliométrico e normas a contemporaneidade das pesquisas e estudos que envolvem os direitos da pessoa com deficiência;
- Realizar o levantamento dos principais movimentos nacionais e internacionais sobre as pessoas com deficiência;
- Analisar a evolução das normas brasileiras que tangem a pessoa com deficiência;

- Identificar os principais marcos que contribuíram para o desenvolvimento das políticas inclusivas na educação superior no Brasil;
- Analisar as repercussões das políticas públicas no percurso de discentes com deficiência no ambiente universitário do campus Curitiba da UTFPR.

1.5 JUSTIFICATIVA

A partir da associação dos objetivos para o desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas de 2030 com a pesquisa proposta, observa-se que ela está em consonância direta com a educação de qualidade, redução das desigualdades, paz, justiça e instituições fortes. A questão central que a ONU propõe é atender às necessidades das populações na interface das diferenças e dos diferentes, evitando atos de negligência, discriminação, violência e opressão.

Uma vez assumido pela sociedade a dignidade da pessoa humana, com a promulgação da Carta Magna de 1988, e a não discriminação para as PcD, é necessário criar meios e fins, que venham a consolidar procedimentos e atitudes em prol daqueles que não usufruem dos direitos e deveres do cidadão.

Na área educacional, as instituições públicas e privadas precisam adequar a entrada e a permanência dos estudantes com deficiência para que este grupo social tenha autonomia e qualificação para o trabalho. No ensino superior, etapa de pleno desenvolvimento cognitivo, a responsabilidade das universidades é conceber ações que reduzam a evasão e investir em pessoal qualificado e tecnologias assistivas.

Justifica-se o tema desta dissertação, que abarca o universo do estudante com deficiência e sua inserção no meio acadêmico, por aprofundar as discussões sobre acessibilidade e revelar as dificuldades pontuais de PcD, tendo em vista o restrito alcance das inovações tecnológicas. As normas têm se modificado de modo a incluir as PcD e suas especificidades em instituições de ensino. Cada universidade cria seu regimento interno para atender as demandas de acessibilidade e inclusão arquitetônicas, ambientais e de comunicação.

Grande parte dos argumentos adotados pelas universidades estão em consonância com as legislações e políticas. Por isso, foi feito o resgate histórico da participação pública no processo e a busca de aperfeiçoamento da literatura, disponível *online*, sobre acessibilidade, deficiência e educação inclusiva.

1.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, conforme classificação proposta por Gil (2002) se caracteriza como de natureza básica, pois faz diagnósticos de realidades, em específico do caso da UTFPR. Usa métodos comparativos a partir de referenciais provindos dos dados coletados para avaliar os problemas estudados.

Quanto aos objetivos da pesquisa, ela pode ser vista como exploratória e descritiva. Busca o desenvolvimento de ideias para construção de hipóteses. Descreve as características da população estudada a partir do levantamento da literatura sob o ponto de vista da acessibilidade arquitetônica, ambiental e comunicativa e suas abordagens.

Trata-se de qualificativa na medida em que se analisam e observam fatos e fenômenos, com aspectos quantitativos, os quais provêm da coleta de dados. A pesquisa qualitativa não é uma ciência exata, pois como afirma Banks (2009), ela parte da ideia de que os métodos e a teoria devem ser adequados àquilo que se estuda. Portanto, se os métodos existentes não se ajustam a uma determinada questão ou a um campo concreto, é preciso adaptá-los ou criar e desenvolver novas metodologias.

Trabalha-se com documentos institucionais, governamentais e bibliografias, com a participação de atores que intervêm diretamente com as questões de acessibilidade em universidades. É uma pesquisa de campo, que explora as entrevistas como ferramenta metodológica e apuramento de dados (Ver Quadro 1).

Quadro 1 – Classificação da pesquisa

Tipo da Pesquisa em relação a (aos):	Classificação	Descrição
Natureza	Pesquisa Básica (diagnóstico/avaliação)	A pesquisa trata de um problema específico, podendo ser classificada como pesquisa básica de diagnóstico, por buscar traçar um panorama de determinada realidade. Também é pesquisa básica de avaliação por procurar atribuir qualidade aos problemas estudados por comparação ou referências.
Objetivos	Pesquisa Exploratória / Descritiva	A pesquisa é exploratória porque tem objetivo de aprimoramento de ideias para permitir a construção de hipóteses. Também é uma pesquisa descritiva por descrever as características da população estudada, intencionando também uma nova visão sobre as questões de inclusão e acessibilidade dentro de um planejamento de pesquisa flexível.
Abordagem (tratamento dos dados)	Pesquisa Mista	É uma pesquisa qualitativa por se basear na interpretação dos fenômenos observados e nos seus significados, em um processo descritivo. A pesquisa também tem aspectos quantitativos por levantar dados empregando medidas padronizadas e sistemáticas para facilitar comparações.
Procedimentos Técnicos (delineamento)	Pesquisa Bibliográfica Pesquisa Documental Levantamento Pesquisa Participativa Estudo de Campo	A pesquisa envolve a busca por bibliografias e documentos para análise historiográfica, conhecimento de autores e o impacto do tema no mundo científico. Também engloba levantamento de dados institucionais e governamentais, assim como o aprofundamento com entrevistas. A pesquisa segue com a análise e interpretação dos dados, avaliação, redação e apresentação das conclusões.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019), baseada em Gil (2002).

1.7 EMBASAMENTO TEÓRICO

O levantamento bibliométrico e as análises de documentos comprovam que os estudos sobre políticas de inclusão de pessoas com deficiência e acessibilidade começaram há 30 anos. Como os pesquisadores interessados pelo tema são poucos, constataram-se dificuldades para encontrar definições e conceitos generalistas. As citações se repetem em diferentes textos, e as novidades aparecem em trabalhos de conclusão final de cursos de graduação, em dissertações e teses. Entretanto, verifica-se que poucas destas se transformaram em livros.

A dissertação foi desenvolvida sobretudo com as normativas vigentes de acessibilidade e inclusão, representativas no Brasil, como a NBR 9050 (2015), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), o Decreto Federal n. 6.949 de 25 de agosto de 2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e as denominadas Leis da Acessibilidade (Lei Federal n. 10.098, de 2000 e Lei Federal n. 10.048, de 2000).

Em nível internacional, as pesquisas iniciaram com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas, ratificada no Brasil através do Decreto Federal n. 6.949 (BRASIL, 2009).

Tais documentos contêm conceitos e definições essenciais sobre PcD, acessibilidade e inclusão.

Nas referências gerais sobre inclusão e acessibilidade de PcDs, destacam-se os autores Romeu Sasaki (1999), Claudia Werneck (2006) e Jary Castro (2013). Para auxiliar os esforços de contextualização histórica sobre a PcD no Brasil e no mundo, utilizou-se o livro “Epopéia Ignorada” do autor Otto Marques da Silva (1985, 2018). Já sobre a acessibilidade no Brasil, o trabalho encontrou respaldo no livro de Adriana Prado e outros autores (2010), intitulado “Desenho universal: caminhos da acessibilidade no Brasil”. São muitas as citações desta obra em outros textos. Para abordar as relações entre a arquitetura e o desenho universal, destaca-se os conteúdos dos livros de Silvana Cambiaghi (2007), de Theo Voordt (1996, 2013) e o livro técnico de Ana Lúcia Saad (2011).

Mesmo não abordando diretamente o tema da pesquisa, ressalta-se a influência de três autores teóricos do urbanismo: José Lamas (2010), que se dedicou ao estudo da forma urbana; Kevin Lynch (1997), pesquisador da importância da imagem urbana; e Gordon Cullen (2010) pesquisador da paisagem urbana.

Em bibliografias especialmente dedicada ao tema da acessibilidade urbana, o trabalho se baseia nas publicações de Sergio Bahia, et al. (1998), de Henry Lefebvre (2001), de Jan Gehl (2013), Cristiane Duarte e Regina Cohen (2003, 2012, 2013) e Janaina de Oliveira (2018).

Para a aproximação do tema da acessibilidade ao tema da educação e ensino superior, foram selecionados autores como Marta Dischinger et al. (2004, 2012), Zilsa Santiago et al. (2010, 2011, 2014), e Tania Fernandes Silva et al. (2015). Sobressaem-se neste universo de autores, as publicações de planos e políticas de educação inclusiva do Ministério da Educação.

1.8 ESTRUTURA DO TRABALHO

O corpo do texto está dividido em quatro partes. Destas quatro partes, três são consideradas os eixos principais da dissertação, o levantamento bibliométrico, o levantamento das normativas brasileiras e o levantamento dos discentes com deficiência. No capítulo introdutório apresenta-se a estrutura do trabalho, com o problema de pesquisa, objetivos, justificativa e marco teórico. O segundo capítulo apresenta os autores que apoiaram as discussões sobre o tema e o levantamento quantitativo das publicações. O terceiro capítulo aborda os traços históricos gerais sobre a pessoa com deficiência e traz um retrospecto de algumas tecnologias que contribuem para a inclusão e vida autônoma de PcDs. O quarto capítulo transcorre sobre os marcos históricos da evolução das políticas assistencialistas para PcDs no Brasil e analisa o histórico de normativas brasileiras que tangem a pessoa com deficiência. O quinto capítulo apresenta os resultados do estudo realizado sobre a UTFPR com o levantamento dos discentes com deficiência da Instituição. Encerra-se a discussão com as considerações finais. Além das referências, foram apresentados gráficos, ilustrações, imagens, quadros, tabelas e outras estatísticas.

Outros índices que não estão aqui descritos são: as referências bibliográficas, os anexos, listas de ilustrações e gráficos, imagens, quadros e tabelas, lista de abreviaturas e siglas, sumário, resumo e folha de agradecimentos.

2 LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO

Com o intuito de tomar o conhecimento sobre autores importantes da área ou temática da pesquisa e também mapear as produções de pesquisas sobre o assunto no mundo e no Brasil, além de delimitar historicamente as publicações científicas sobre o tema de interesse, este trabalho realizou um levantamento bibliométrico em repositórios nacionais e internacionais na internet.

A pesquisa bibliométrica colaborou para acelerar a junção de autores que se dedicam às pesquisas sobre pessoa com deficiência, acessibilidade, e inclusão na área da educação. Foi possível investigar os saberes e conhecimentos disponibilizados em bases de dados nacional e internacionais.

2.1 METODOLOGIA DA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA

Primeiramente selecionou-se os termos considerados mais representativos para o trabalho como forma fundamental de uma estratégia de busca quando não se tem conhecimento sobre quais são os autores mais importantes ou quais documentos são mais relevantes para a pesquisa. Foram tomados cuidados para que os termos selecionados expressem o conteúdo de interesse não só no idioma português, para busca nas Bases Nacionais, como também no inglês, para uso nos Portais Internacionais.

Desta forma, os termos principais utilizados no português e suas respectivas correlações com o inglês foram: deficiência (*disability*); políticas públicas (*public policy*); ações afirmativas (*affirmative actions*); acessibilidade (*accessibility*); inclusão (*inclusion*); educação (*education*). Estes termos foram combinados e/ou complementados por outras palavras para especificar os temas. Assim, por exemplo, as buscas envolvendo a palavra “deficiência” foram combinadas com palavras como pessoas, discentes, universidade, tecnologia, etc. para direcionar aos assuntos de interesse.

Desta maneira, determinou-se 26 formações diferentes de busca, denominadas por este trabalho de “descritores”, para a utilização de forma padronizada em cada um dos repositórios, tanto internacionais usando os descritores em língua inglesa, como nos nacionais em língua portuguesa.

A seguir foram escolhidas seis bases de dados, dois internacionais e quatro nacionais, que puderam ser consultadas por meio digital em seus respectivos portais

na internet. Apenas quatro das seis plataformas apresentaram possibilidade de realizar buscas avançadas, no entanto, todos os portais utilizados respondiam bem aos operadores booleanos¹, o que permitiu a adoção de um padrão em todas as pesquisas.

Com relação a esses operadores, além das condicionantes de ligação *AND* e *OR*, também foram utilizados alguns códigos como as *aspas* (utilizadas para buscas com descritores compostos quando se deseja que as palavras apareçam sempre em sequência e não de forma isoladas nos textos), exemplo de busca: “políticas públicas”. E o *asterisco* que é utilizado para buscar outras derivações a partir de um radical ao qual se pode adicionar outros morfemas e, assim, formar outras palavras. Como exemplo, a busca pela palavra *deficien** (o uso do asterisco permite encontrar as derivações: deficiência, deficiências, deficiente e deficientes) assim como a palavra *alun** (que pode encontrar por: aluno, alunos, aluna, alunas). Nota-se que o uso de acentuação nas palavras não interfere nos resultados de busca.

Importante ressaltar que foi realizada a busca dos descritores somente por títulos de documentos, pois os títulos devem representar o foco principal de um trabalho.

À primeira vista, supõem-se que cada um dos 26 descritores poderá se relacionar com áreas do conhecimento específicas. Como por exemplo, as áreas da Medicina relacionada ao termo “deficiência”, a área da Educação relacionada as palavras “educação”, “ensino superior”, “universidade” e “alunos”, a área do Direito com as palavras “direitos”, “políticas públicas”, “inclusão” e “ações afirmativas” e a área das Engenharias com as palavras “acessibilidade”, “desenho universal” e “tecnologia”.

As pesquisas bibliográficas decorreram por todo o desenvolvimento da dissertação, no entanto os dados apresentados a seguir são relativas as pesquisas atualizadas no mês de novembro de 2019.

¹ O operador Booleano ou operador lógico, define relações entre termos de busca em uma pesquisa. Seu princípio de funcionamento é similar a construção de sistemas digitais e da Lógica proposicional, sendo também muito utilizado na linguagem de programação. Os Operadores Booleanos funcionam a partir de palavras que têm o objetivo de definir uma condição de relação entre os termos ou expressões de uma pesquisa. Desta forma, os principais operadores Booleanos são AND, OR e NOT. Com isso, estes operadores podem ser utilizados para melhor delimitar uma pesquisa ou tornar a busca mais específica. A expressão “Booleano” é referente a George Boole, matemático inglês, criador da álgebra booleana.

2.1.1 Bases Internacionais

No cenário internacional foram utilizadas as bases de dados do *Web of Science* e *Scopus*. O motivo da escolha dessas fontes de pesquisa se deve a grande quantidade de documentos em seus repositórios, com frequente atualização de trabalhos das áreas interdisciplinar e da tecnologia, e que são referências para o mundo acadêmico científico no Brasil. A tabela abaixo mostra a quantidade de documentos encontrados e os anos das primeiras publicações para cada descritor em língua inglesa buscado em ambas bases de dados. As seções a seguir discorrem sobre esses resultados.

Tabela 1 – Pesquisa dos descritores nas bases internacionais

Descritores	Scopus		Web of Science	
	Qtde de documentos	Ano da primeira publicação	Qtde de documentos	Ano da primeira publicação
<i>disabilit*</i>	77.352	1887	74.475	1945
<i>persons OR people AND disabilit*</i>	12.100	1947	11.635	1952
<i>"rights" AND disabilit*</i>	1.207	1974	873	1974
<i>"public polic*" AND disabilit*</i>	63	1980	77	1979
<i>"special education"</i>	4.811	1904	4.206	1947
<i>education AND disabilit*</i>	2.225	1959	2.031	1963
<i>student* OR undergraduate* AND disabilit*</i>	5.360	1968	4.575	1966
<i>includi* AND disabilit*</i>	1.505	1992	1.328	1995
<i>includi* AND education</i>	3.268	1985	2.743	1995
<i>universit* AND disabilit*</i>	367	1977	363	1975
<i>"higher education" AND disabilit*</i>	226	1992	215	1992
<i>accessibility</i>	13.566	1928	11.183	1950
<i>accessibility AND disabilit*</i>	359	1980	241	1980
<i>accessibility AND universit*</i>	161	1978	116	1977
<i>accessibility AND "higher education"</i>	83	1989	68	1994
<i>accessibility AND education</i>	207	1979	167	1982
<i>accessibility AND architect*</i>	63	1989	60	1977
<i>"universal accessibility"</i>	34	1995	29	1996

continua

continuação

<i>“universal design”</i>	852	1994	593	1992
<i>technolog* AND disabilit*</i>	1.057	1980	734	1994
<i>“assistive technology”</i>	2.555	1989	1.314	1992
<i>“affirmative action*” AND disabilit* (abstract)</i>	68	1978	6	1991
<i>“affirmative action*” AND student*</i>	52	1995	60	1998
<i>“affirmative action*” AND education</i>	144	1975	166	1973
<i>“affirmative action*” AND universit*</i>	101	1983	107	1977
<i>“affirmative action*” AND “higher education”</i>	97	1975	112	1973
<i>“affirmative action*” AND inclusi*</i>	8	1999	9	1994

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

2.1.1.1 Scopus

O acervo da biblioteca virtual do Scopus, da editora Elsevier, é considerado o maior banco de dados de resumos e citações do segmento de artigos científicos. Segundo informações no site do Scopus, seu conteúdo abrange 130 mil livros e mais de 60 milhões de registros com dados históricos desde 1788, com aproximadamente 10 mil novos títulos acrescentados a cada ano. Sua fonte inclui artigos publicados ou aceitos para publicação, anais de conferências e diversos conteúdos científicos. Também de acordo com as informações na plataforma, os documentos desse site são submetidos à revisão por pares, o que significa que os artigos são revisados por avaliadores antes de serem aprovados e disponibilizados na base de dados, o que torna o portal confiável.

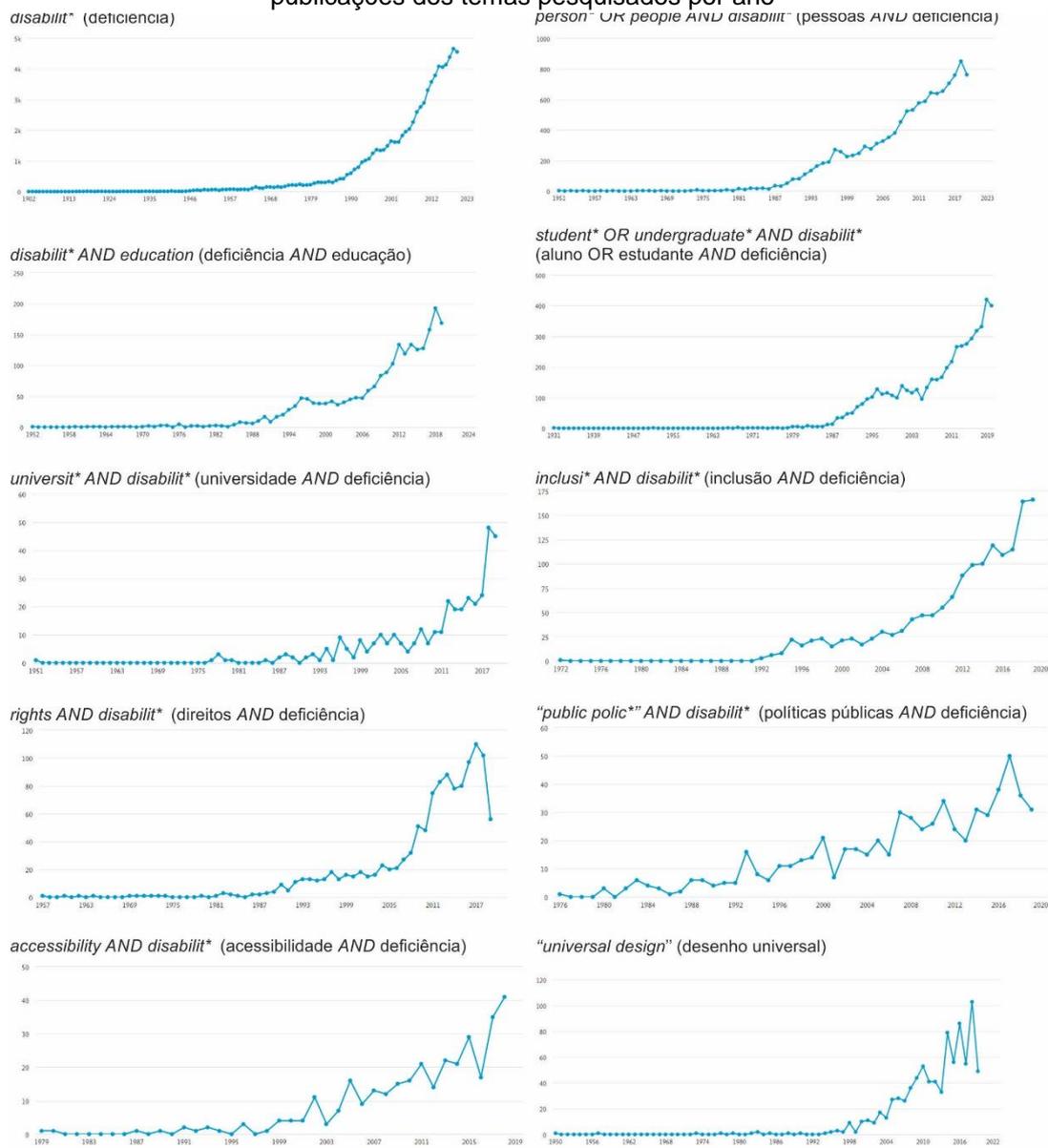
As características deste repositório foram importantes para um levantamento quantitativo e histórico sobre as publicações que continham em seus títulos os termos de pesquisa. Além disso, a plataforma permite visualizar os dados em forma de gráficos, que puderam mostrar ilustradamente a evolução do interesse de pesquisas relacionada aos temas ao longo dos anos.

A análise histórica utilizando a pesquisa no Scopus, percebe-se uma evolução da inserção sobre a pessoa com deficiência por temáticas. A busca apenas pela palavra “deficiência” em títulos de documentos remete ao ano de 1884. Já realizando uma busca composta, acrescentando a palavra “pessoa”, o histórico de publicações avança para a década de 1940. Da mesma forma, as buscas com as palavras “educação” e “deficiência”, mostram documentos a partir das décadas de 1950 e 1960

com exceção da pesquisa por “educação especial” que apresentou documentos desde 1904. Especificando o tema da educação para “ensino superior” e “universidade” as publicações surgem a partir da década de 1970. Publicações relacionadas a políticas e tecnologias são mais recentes e predominam a partir da década de 1980.

A figura 1 mostra a análise em forma de gráfico geradas pelo próprio Scopus sobre a quantidade de documentos publicados ao longo dos anos sobre 10 dos 26 descritores utilizados. Cada gráfico apresenta um comportamento característico, no entanto a progressão e evolução em todas elas possuem algumas similaridades. Observa-se que todos os temas estão ainda em fase de crescimento e as décadas entre 1970 a 1990 são marcos de transição de crescimento comuns entre todos. Para alguns gráficos o comportamento de crescimento se inicia a partir da década de 1970, já para outros temas, o crescimento inicia a partir da década de 1980 e alguns ainda somente se iniciam a partir da década de 1990. Desta forma, o que todos estes gráficos apresentam em comum é o pouco tempo de pesquisas sobre o assunto e um estado de evolução e crescimento atuais, que reforçam a importância do assunto nos tempos de hoje.

Figura 1 – Compilação dos gráficos gerados pelo Scopus sobre as quantidades de publicações dos temas pesquisados por ano



Fonte: Elaborado pelo autor (2019), com base nos gráficos do Scopus.

O Scopus e o *Web of Science* trabalham com categorizações de áreas de pesquisa diferentes. Por isso, este trabalho optou por não comparar diretamente as áreas de concentração das publicações entre os dois repositórios. Desta forma, dentro das categorias apresentadas pelo Scopus, as áreas de concentração para as buscas envolvendo a palavra “acessibilidade” foram Ciências Sociais, Ciências Da Computação e Engenharia. As buscas envolvendo áreas da Educação foram publicadas nas categorias de Ciências Sociais, Psicologia e Medicina. Portanto, estas categorias citadas estavam presentes como as três áreas mais representativas para cada uma das buscas feitas, com exceção apenas das buscas envolvendo “ações afirmativas” que acabavam sempre por apresentar a área de Economia como uma das três mais representativas das buscas.

Com relação aos autores que mais se repetiram nas buscas destaca-se Guilio Lancioni da *Università degli studi di Bari* na Itália, Sirbhay Nand Singh da *Augusta University* dos Estados Unidos e Mark Oirelly da *University of Texas at Austin* também dos Estados Unidos. Nas pesquisas feitas relacionadas com a palavra “educação”, destacam-se pela maior quantidade de publicações os autores Michael Wehmeyer da *University of Kansas* nos Estados Unidos e Erik Carter da *Vanderbilt University* também norte americana.

A palavra “acessibilidade” foi vastamente explorada na pesquisa pois seu conceito, relacionado ao desenho universal, permeia os assuntos da pessoa com deficiência. No Brasil o termo “acessibilidade” é diretamente relacionado a usabilidade de espaços físicos e digitais por PcDs. No entanto, nas buscas nos repositórios internacionais, os documentos de origem estadunidenses apresentaram o uso do termo relacionado a outras áreas, como exemplificado a seguir.

Na busca por títulos com o termo *accessibility*, encontrou-se 13.566 documentos. Visualizando os resultados por ano, a primeira publicação presente no banco de dados ocorreu no ano de 1950, mas somente a partir dos anos 2000 iniciou-se um crescimento exponencial chegando ao ano de 2018 como o recorde de 1.098 publicações. Como grande parte desses documentos encontrados não correspondiam as áreas de interesse fez-se necessário a filtragem dos resultados. Desta forma, interessante destacar que as publicações sobre acessibilidade no campo da arquitetura ou a acessibilidade no conceito do espaço físico relacionados a PcD surgem somente a partir da década de 1980.

Por isso, a pesquisa considerou a busca por títulos com os termos compostos *accessibility AND architect** (acessibilidade *AND* arquitetura) como uma forma de delimitar os resultados para os conceitos de acessibilidade relacionados ao campo da arquitetura e edificações, porém, dos 63 documentos encontrados, muitos resultados eram de áreas e de contextos completamente diferentes, como se mostra abaixo.

O documento mais antigo da busca é de 1989. Logo o segundo mais antigo, de 1990 tem o título *Altered B-lymphocyte membrane architecture indicated by ganglioside accessibility in C3H/HeJ mice*. Percebe-se que realmente o título apresenta tanto a palavra *architecture* quanto *accessibility*, porém, trata-se de um artigo na área da microbiologia. Pensou-se que poderia ser uma questão de época, porém surpreende que justamente o documento mais recente na busca, de 2019, também é de outro campo, com o título *Enhancer accessibility and CTCF occupancy underlie asymmetric TAD architecture and cell type specific genome topology*.

Dessa forma, analisando por área os 63 documentos encontrados, constatou-se que aproximadamente 15 % apenas tratam sobre a temática da acessibilidade com relação a arquitetura e pessoas com deficiência. A maior parte dos documentos são relacionados as áreas das Ciências da Computação, Medicina, Bioquímica, Genética e Biologia Molecular, Química, Microbiologia, Psicologia e Neurociência.

2.1.1.2 Web of Science

O *Web of Science* é um site de busca de documentos científicos vinculado a seis bancos de dados on-line que formam uma coleção com mais de 150 mil títulos e que o torna bastante multidisciplinar. Quanto ao recorte temporal, as buscas ficam limitadas ao ano de 1945, data mais antiga do seu acervo. No entanto, dada a contemporaneidade dos assuntos buscados, este limite não afeta a cronologia dos estudos. Vale destacar também, que mesmo com um acervo menor os resultados mostrados pelo *Web of Science* são bastante próximos ao do Scopus.

Sem muitas disparidades com relação aos resultados apresentados por essas bases de dados, a similaridade entre os valores confere uma visão mais clara e confiável sobre o cenário das publicações internacionais envolvendo os termos buscados. Assim, o que vale ressaltar de diferente nesta plataforma, como já mencionado anteriormente, são as categorias usadas por esta base de dados.

Diferente do Scopus, o *Web of Science* apresenta outras áreas de concentração, e realizando uma análise por categorias como feito com o Scopus, tem-

se resultados diferentes. A primeira coisa a se notar, é que dos 26 descritores pesquisados, 22 apresentaram a área de “educação” como uma das três mais relevantes. Também se observou que todas as buscas em que se utilizou a palavra “deficiência” apareceram as categorias de “reabilitação” e/ou “psicologia”, o que faz concluir que esse termo é amplamente explorado por essas áreas do conhecimento e que são equivalentes a categoria “medicina” do Scopus.

De forma geral, entre todos os 26 descritores utilizados, as áreas que mais apareceram entre os três mais relevantes de cada busca foram “educação”, “reabilitação” e “psicologia”. Outras áreas que também apareceram, mas em menor frequência, foram “ciências da computação” para as buscas envolvendo a palavra “acessibilidade”, “ciências sociais” para muitas das buscas envolvendo a palavra “inclusão”, a categoria de “engenharia” para as buscas com as palavras “tecnologia” e também algumas com a palavra “acessibilidade” e as áreas de “leis governamentais” e “administração pública” que apareceram em buscas que envolveram os descritores “políticas públicas” e “ações afirmativas”.

2.2 CONCLUSÕES SOBRE AS BASES INTERNACIONAIS

Em ambas as bases de dados internacionais, Scopus e *Web of Science*, os 26 descritores buscados apresentaram as seguintes características similares: com relação ao tipo de documentos encontrados, os “artigos” sempre representaram mais de 70% dos resultados das buscas; os Estados Unidos sempre figuraram em primeiro entre os países com maior número de publicações para todos descritores buscados; a quantidade de documentos encontrados em ambas as plataformas foram proporcionais, ou seja, os descritores que resultaram em poucos documentos no Scopus, também foram poucos no *Web of Science*, não sendo percebido casos excepcionais. Desta forma, os gráficos sobre a quantidade de documentos ao longo dos anos gerados a partir do Scopus, podem ser considerados confiáveis como uma representação das publicações em nível internacional.

Com relação aos autores que mais se repetiram nas buscas e se destacaram por quantidade de publicações e número de citações, figurando entre os 10 principais nos resultados em ambas as plataformas foram: Anabel Moriña da Universidade de Sevilha para as buscas *universit* AND disabilit** e *includi* AND disabilit**; Peter David Blank da *Syracuse University* dos Estados Unidos, para as buscas *accessibilit* AND disabilit** e “*Public polic* AND disabilit**”; e Erik Carter da *Vanderbilt University* dos

Estados Unidos para as buscas com *disabilit* AND education e student* AND disabilit**.

2.2.1 Bases Nacionais

Para o levantamento bibliométrico nacional foram utilizadas as bases da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), o Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Portal de Informação em Acesso Aberto da UTFPR (PIAA).

Com exceção da SciELO, que possui características de funcionamento semelhante aos repositórios internacionais abordados anteriormente com grande foco em artigos e periódicos, os outros três bancos de dados, Cibec, BDTD e PIAA são ferramentas de buscas que representam também acervos físicos de bibliotecas com foco em produções acadêmicas. Naturalmente o levantamento quantitativo de documentos nesses portais é menor e restrito às especialidades de cada base de dados. No entanto, tais buscadores foram escolhidos por terem relações com a área de estudo em questão e por fornecerem, em seu conjunto, uma visão comparativa das produções em nível continental, nacional e local.

2.2.1.1 SciELO (Sul-americana)

A SciELO é uma biblioteca eletrônica de periódicos científicos lançada em 1998 e de iniciativa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) e que também conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil. Sua base de dados é alimentada, portanto, por conteúdos oriundos da América Latina e Caribe, mas também conta com contribuição de Portugal, Espanha e África do Sul. No entanto, o acervo com aproximadamente 800 mil artigos é composto predominantemente por documentos de origens brasileiras. Graças, em grande parte, a SciELO, o Brasil tem se destacado nos últimos dois anos como o país com mais publicações científicas de acesso aberto (GUIMARÃES, 2018).

Mesmo com um banco de dados históricos que remete ao ano de 1909, as pesquisas pelos descritores na plataforma da SciELO retornaram documentos em períodos de publicação muito mais recentes se em comparação com as pesquisas

feitas nas bases internacionais. Também em termos quantitativos observa-se uma considerável redução nos valores.

Dos 26 descritores utilizados, cinco retornaram valor zero. Além disso, a busca por outros nove descritores retornou com quantidades inferiores a 10 documentos. O descritor com maior número de achados foi o termo simples “deficien*” com 2.707 documentos com predominância na área de Educação e sendo o documento mais antigo de 1968. O segundo maior número de buscas foi para o descritor composto “pessoas AND deficien*” que encontrou 186 documentos e a primeira publicação do ano 2002. A seguir vieram o termo simples “acessibilidade” que encontrou 172 títulos a partir de 1990 e o descritor composto “educação especial” com 151 títulos a partir do ano 1995. Ainda se destacam a busca por “alun* AND deficien*” que encontrou 127 a partir do ano 2003, seguidos ainda por “educação inclusiva” com 120 documentos a partir do ano 2000 e “educação AND deficien*” com 79 publicações a partir do ano 2005.

Atente-se que para buscas com termos simples, como por exemplo “acessibilidade”, as áreas da busca se tornam muito amplas e pouco precisas. Como dito anteriormente, a primeira publicação para esta busca é de 1990, no entanto os documentos correlatos não correspondem as áreas de concentração de interesse. Assim, a primeira publicação de artigo abordando o tema da acessibilidade no repositório Scielo é um artigo de 2001 como título “Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias”. Dos 172 documentos encontrados, 157 são artigos. Todos os documentos apresentados estão categorizados em seis tipos de áreas temáticas do Scielo. Das seis temáticas, três se enquadram na pesquisa sobre a acessibilidade, são respectivamente: a área de Ciências Sociais Aplicadas contendo 34 documentos, as Engenharias que contém sete documentos e a área Multidisciplinar que contém quatro documentos. Portanto, dos 172 documentos mostrados na busca, somente 45 estão dentro da abordagem de interesse.

O sistema do SciELO não permite determinar a quantidade de publicações por autores e nem saber a quantidade de citações dos títulos mais citados. Porém, percebeu-se novamente a presença do nome da autora de origem espanhola Anabel Moriña nas buscas envolvendo Educação. Ela havia sido destacada anteriormente na pesquisa nas bases internacionais.

Alguns títulos de artigos de interesse em língua portuguesa encontrados no SciELO foram:

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; ARAÚJO, Eliana Rodrigues. (2018). Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. Psicologia Escolar e Educacional, 22(spe), 57-66.
CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. (2016). Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. Revista Brasileira de Educação Especial, 22(3), 413-428.
CANTORANI, José Roberto Herrera; PILATTI, Luiz Alberto. (2015). Acessibilidade na Universidade Tecnológica Federal do Paraná: análise a partir de relatórios do Inep e do olhar do gestor. Educar em Revista, (57), 171-189.
OLIVEIRA, Cristina Borges de. (2013). Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade? Revista Brasileira de Educação, 18(55), 961-984
BENEVIDES, Eneida Bueno; EVANGELISTA, Glaura Borges M. G. A inclusão e a acessibilidade das pessoas com necessidades especiais na unb. Participação: Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília v. 7, n. 12, p. 102-104, dez. 2003.
MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; NAPOLITANO, Carlo José. Inclusão, acessibilidade e permanência: direitos de estudantes surdos à educação superior. Educar em Revista, Curitiba, PR, p. 107-126, dez. 2017.
BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli; LEITE, Lúcia Pereira. Condições de acessibilidade na pós-graduação: um estudo com estudantes de universidade pública. Psicologia da Educação: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados, São Paulo, n. 43, p. 35-45, dez. 2016.
CANDIDO, Eliane Aparecida Piza; NASCIMENTO, Claudia Regina Siena do; MARTINS, Morgana de Fátima Agostini. Acessibilidade na educação superior também envolve o trabalho pedagógico. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação [RIAEE], Araraquara, v. 11, n.esp., n. 2, p. 455-470, 2016.
CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira; COSTA, Maria da Piedade Resende da; DENARI, Fátima Elisabeth. Acessibilidade de um cadeirante em uma instituição pública do ensino superior: rotas e rotinas. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 26, p. 351-366, n. 46. maio/ago. 2013.
GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. Revista Educação Especial, Santa Maria, v.25, n.43, p. 217-232, maio/ago. 2012.
SIQUEIRA, Inajara Mills; SANTANA, Carla da Silva. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. Revista Brasileira de Educação Especial [Unesp], Marília, v.16, n.1, p.127-136, jan./abr. 2010.
NEGRINI, Tatiane et al. Acessibilidade na agenda da inclusão social e educacional. Revista Educação Especial, Santa Maria, v.23, n.37, p. 287-298, maio/ago. 2010.
FERREIRA, Solange Leme. Acessibilidade no ensino superior: ainda uma questão de equiparação de oportunidades para os estudantes com deficiências ou limitações. Fórum, Rio de Janeiro, v.17/18, jan./dez. 2008, p. 35-42.

2.2.1.2 Cibec (Nacional)

O Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec) é destinado a conservação e disseminação das informações produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) vinculada ao Ministério da Educação (MEC), que reúne documentos históricos da educação brasileira desde

1937. O Cibec foi criado em 1981 a partir da fusão de 11 bibliotecas ligadas ao MEC. O acervo da Biblioteca do Cibec é composto por obras especializadas em educação presentes em periódicos, livros, teses e dissertações, materiais multimídia além de materiais editados pelo MEC e de documentos históricos do Inep. Além do acervo, a Biblioteca do Cibec é responsável pela Bibliografia Brasileira de Educação (BBE).

A busca na plataforma do Cibec é similar a consulta ao acervo em bibliotecas. Não há possibilidade de realizar buscas avançadas e isto dificulta o uso dos descritores compostos com os operadores booleanos. Como se trata de um sistema de busca em acervo bibliotecário, não há muitas opções de filtragem ou categorias para uma visualização diferenciada dos resultados como aconteceu com as bases internacionais ditas anteriormente. Com isso, os resultados no Cibec não destacam os autores por quantidade de produções e não há referência a sistemas de citações. Também não é facilitado a análise dos documentos por datas de publicação ou áreas do conhecimento. Desta forma, as buscas no repositório do Cibec contribuíram apenas com o quantitativo de títulos em seu acervo para análises comparativas com outras plataformas.

Tabela 2 – Números de documentos encontrados nas bases de dados nacionais

Descritores	SciELO	Cibec (Inep)
deficien*	2.707	544
peessoas AND deficien*	186	95
direitos AND deficien*	183	3
“políticas públicas” AND deficien*	0	4
“educação especial”	151	878
educação AND deficien*	79	341
alun* OR estudante* OR discente* AND deficien*	127	110
inclusão AND deficien*	98	91
“educação inclusiva”	120	196
universidade* AND deficien*	0	9
“ensino superior” AND deficien*	0	14
acessibilidade	172	34
acessibilidade AND deficien*	25	4
acessibilidade AND universidade*	5	5
acessibilidade AND “ensino superior”	3	3
acessibilidade AND educação	4	23
acessibilidade AND arquitet*	4	0

continua

continuação

“acessibilidade universal”	0	0
“desenho universal”	3	0
tecnologia* AND deficien*	0	11
“tecnologia* assistiva*”	31	11
“ações afirmativas” AND deficien*	1	1
“ações afirmativas” AND alun*	1	2
“ações afirmativas” AND educação	11	25
“ações afirmativas” AND universidade*	13	16
“ações afirmativas” AND “ensino superior”	13	9
“ações afirmativas” AND inclusão	1	6

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

2.2.1.3 BDTD (Nacional)

Em funcionamento desde 2002, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), é um portal de buscas de acesso livre que integra e dissemina os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. Seu banco de dados contém mais de 400 mil dissertações e 150 mil teses oriundas de 116 instituições. Algumas obras raras ligadas hoje a Universidade Federal da Bahia, e que se tornaram de acesso livre, fazem este repositório possuir registros de teses que remontam a 1830. O buscador oferece possibilidade de busca avançada o que torna o levantamento bibliográfico mais preciso.

O acervo da BDTD foi, dentre as bases de dados nacionais, o qual retornou mais resultados nas buscas. No entanto, por se tratar de uma biblioteca de teses e dissertações, não há distinção entre a quantidade de publicação por autores e também não é possível visualizar citações. Mas, diferentemente da biblioteca da Cibec, o BDTD apresenta os resultados de uma forma que se torna mais fácil a visualização das datas dos documentos e a distinção quanto ao tipo, separando entre teses e dissertações.

Desta forma, o levantamento realizado na plataforma da BDTD teve o propósito de contabilizar a produção acadêmica nacional segundo os descritores representativos desta dissertação a fim de permitir analisar o impacto e evolução das pesquisas sobre o tema por níveis acadêmicos.

Como estas características apresentadas se assemelharam as possibilidades de busca oferecidas pela plataforma PIAA da UTFPR, compilou-se os resultados de ambas bases de dados em uma única tabela a fim de realizar uma análise

comparativa. Lembra-se, novamente, que a BDTD fornece uma visão das produções acadêmicas em nível nacional e, portanto, possui em seu acervo documentos de todas as áreas do conhecimento produzidas por diversas universidades brasileiras em um recorte de tempo que datam das primeiras faculdades do Brasil. Já a UTFPR, tem uma história relacionada aos cursos técnicos e hoje é focada em determinadas áreas do conhecimento. A Tabela 3 mostra os levantamentos realizados nas bases do BDTD e do PIAA, dividindo suas produções pelos graus acadêmicos.

Tabela 3 – Levantamento bibliométrico nas bases BDTD e PIAA (UTFPR)

Descritores	BDTD			PIAA (UTFPR)					
	Dissertações	Teses	Total	Artigos	Graduação	Especialização	Dissertações	Teses	Total
deficien*	1.927	670	2.597	11	18	21	2	0	52
peças AND deficien*	516	141	657	3	4	3	1	0	11
direitos AND deficien*	66	15	81	-	-	-	-	-	0
“políticas públicas” AND deficien*	31	8	39	0	0	2	0	0	2
“educação especial”	215	85	300	1	1	3	0	0	5
educação AND deficien*	209	60	269	0	0	4	0	0	4
alun* OR estudante* OR discente* AND deficien*	360	102	462	2	1	8	1	0	12
inclusão AND deficien*	305	72	377	0	1	6	0	0	7
“educação inclusiva”	215	40	255	5	1	5	0	0	11
universidade* AND deficien*	46	8	54	-	-	-	-	-	0
“ensino superior” AND deficien*	42	11	53	-	-	-	-	-	0
acessibilidade	448	61	509	7	34	7	5	0	53
acessibilidade AND deficien*	101	11	112	0	1	1	0	0	2
acessibilidade AND universidade*	18	1	19	1	1	0	0	0	2
acessibilidade AND “ensino superior”	10	2	12	0	0	1	0	0	1
acessibilidade AND educação	28	3	31	0	0	1	0	0	1
acessibilidade AND arquitetura*	17	0	17	0	1	0	0	0	1
“acessibilidade universal”	-	-	0	0	1	0	0	0	1
“desenho universal”	15	5	20	-	-	-	-	-	0
tecnologia* AND deficien*	50	10	60	0	0	1	0	0	1
“tecnologia* assistiva**”	113	30	143	5	0	1	5	0	11
“ações afirmativas” AND deficien*	6	1	7	-	-	-	-	-	0
“ações afirmativas” AND alun*	4	1	5	-	-	-	-	-	0
“ações afirmativas” AND educação	23	10	33	-	-	-	-	-	0
“ações afirmativas” AND universidade*	45	12	57	-	-	-	-	-	0
“ações afirmativas” AND “ensino superior”	23	8	31	-	-	-	-	-	0
“ações afirmativas” AND inclusão	8	4	12	-	-	-	-	-	0

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Os resultados levantados no repositório da UTFPR podem ser explicados pelas presenças das áreas do conhecimento que a Universidade contempla. Por exemplo, mesmo a Instituição ministrando diversos cursos da área das Ciências Sociais Aplicadas, ela não oferta o curso de Direito, o que pode repercutir em uma menor produção de documentos nas buscas que envolvem as palavras “direitos”, “políticas públicas” e “ações afirmativas”. Da mesma forma, a universidade não contempla as áreas do conhecimento de Ciências Biológicas e Ciências da Saúde, áreas que se mostraram de grande expressão nas buscas realizadas com os descritores nas bases internacionais como *Scopus* e *Web of Science*. Por outro lado, a UTFPR é reconhecida pela sua excelência no campo das Engenharias e isto explica a concentração de produções acadêmicas que circundam o descritor “acessibilidade”, e que será discutido a seguir.

2.2.1.4 PIAA – UTFPR (Regional)

O portal PIAA é uma ferramenta que permite pesquisar documentos nos vários repositórios pertencentes a UTFPR que incluem: o Repositório Institucional da UTFPR (RIUT), o Repositório de Outras Coleções Abertas (ROCA), os Periódicos Científicos da UTFPR (PERI) e o Eventos Institucionais da UTFPR (EVIN). O Portal relaciona-se, portanto, com os acervos bibliotecários da Instituição formados tanto por documentos físicos como digitais, assim como acontece com o BDTD e o Cibec, porém ele apresenta a vantagem de ter um sistema de busca avançado similar aos repositórios de artigos científicos internacionais.

Os trabalhos de pós-graduação retornaram poucos resultados na busca com os 26 descritores. Em nível de doutorado não houve respostas e em nível de mestrado foram encontrados 14 títulos na busca de cinco descritores, onde alguns títulos se repetiram. A pesquisa por “deficien*” retornou dois títulos de dissertações, que são os mesmos que apareceram com os descritores compostos “pessoas AND deficien*” e “aluno* AND deficien*”, ambos com apenas um retorno. Além desses, encontrou-se cinco resultados a nível de mestrado para a busca envolvendo a palavra “acessibilidade” e outros cinco resultados para a busca com “tecnologia assistiva”.

Dentre todos estes trabalhos de mestrado, duas dissertações, foram desenvolvidas no Programa em Tecnologia e Sociedade uma em 2018 com o título “*Elementos de jogos digitais inclusivos para gameplay no contexto das pessoas com deficiência sob a perspectiva da interação corporificada*” da autoria de Patrícia da Silva

Leite e orientação do professor Leonelo Dell Anhol Almeida. E outra em 2014 com o título “*Acesso aberto ao conhecimento científico e acessibilidade na percepção da pessoa surda*”, da autoria de Flaviani Andrade de Lara e orientação da professora Marília Abrahão Amaral.

De maneira geral, como mostra a tabela 3, dos 26 descritores utilizados, a UTFPR se destacou especialmente na busca com o descritor “acessibilidade” que apresentou 53 trabalhos publicados contendo esta palavra em seus títulos.

A análise desses 53 documentos distribuídos por graus acadêmicos, campus e cursos é mostrado nas tabelas a seguir:

Tabela 4 – Títulos de trabalhos sobre acessibilidade produzidos na UTFPR por graus acadêmicos

Total de títulos sobre acessibilidade na UTFPR	Quantidade de títulos	Ano da 1º publicação	Ano da última publicação
Artigos	7	2008	2017
Graduação	34	2012	2018
Especialização	7	2012	2014
Mestrado	5	2014	2019
Doutorado	0	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Portanto, destes 53 documentos, sete são artigos, sete são trabalhos de Especialização, cinco são de programas de Mestrado e atenta-se para a grande quantidade de Trabalhos de Conclusão de Cursos de Graduação representados por 34 monografias como mostram as tabelas 4 e 5.

Tabela 5 – Títulos de trabalhos sobre acessibilidade produzidos na UTFPR por campus e cursos

	Total	Títulos por campus		Cursos
Graduação	34	Campo Mourão	17	17 – Engenharia Civil (1x2012; 9x2014; 2x2015; 2x2016 e 3x2017)
		Pato Branco	8	6 – Engenharia Civil (2x2014; 2015; 2x2016 e 1x2018)
				1 – Agronomia (2014)
				1 – Tec. Em Análise e Des. De Sist. (2014)
		Curitiba	4	1 – Arquitetura (2014)
				1 – Design (2015)
				1 – Sistemas de Informação (2013)
		Ponta Grossa	3	1 – Engenharia de Produção Civil (2012)
1 – Ciência da Computação (2017)				
Apucarana	1	2 – Tec. Em A. e Des. De Sist. (2013; 2017)		
Cornélio Procopio	1	Tec. Em Design de Moda (2016)		
Especialização	7	Curitiba	3	Tec. Em Análise e Des. De Sist. (2015)
				2 – Engenharia de Segurança do trabalho (2x2014)
		Medianeira	1	1 – Gestão Pública Municipal (2012)
		Pato Branco	1	Ensino de Ciências (2014)
Londrina	2	Gestão Pública (2014)		
Mestrado	5	Curitiba	3	Desenvolvimento Web (2013; 2014)
				1 - Mestrado em Engenharia Civil (2018)
				1 – Mestrado em Tecnologia (2014)
		Londrina	1	2 - Mestrado em Computação Aplicada (2015; 2019)
				Mestrado em Ciências Humanas (2018)

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Dessas 34 monografias, apenas uma delas não aborda a acessibilidade com relação às PcD, respectivamente a monografia do Curso de Engenharia da Produção Civil do ano 2012 do Campus Curitiba (tabela 5). Assim ela foi excluída do processo de análise que se segue.

Portanto, selecionou-se para análise os 33 Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação que são oriundos de sete cursos diferentes distribuídos entre cinco *campi* da UTFPR conforme mostra a tabela 5. Analisando as monografias por temas, elas podem ser divididas em três categorias, sendo, 26 documentos sobre a acessibilidade e os espaços físicos, cinco documentos sobre a acessibilidade nos ambientes digitais e dois trabalhos que exploram a acessibilidade em outras formas culturais.

Sobre esta divisão, uma descoberta interessante é que dos 26 trabalhos sobre acessibilidade e espaços físicos, 25 foram produzidos nos *campi* Pato Branco e Campo Mourão, sendo 23 deles oriundos dos cursos de Engenharia Civil.

Sobre estes trabalhos produzidos pelos cursos de Engenharia Civil com o tema de acessibilidade, as publicações ocorreram entre os anos de 2014 e 2018, distribuídos por 11 professores orientadores, com destaque para a professora de Campo Mourão Vera Lúcia Barradas Moreira que orientou cinco trabalhos neste tema.

As 25 monografias (ver quadros 2, 3, 4 e 5) sobre “acessibilidade” dos cursos de Engenharia Civil dos *campi* Campo Mourão e Pato Branco apresentam títulos semelhantes que puderam ser separados em quatro temas: Análises da acessibilidade, Estudos da acessibilidade, Diagnósticos da acessibilidade e Adequações e Propostas. Assim, os títulos comentados são revelados nos quadros a seguir, divididos por essas categorias.

Quadro 2 – Trabalhos de graduação dos cursos de Engenharia Civil que abordam análise da acessibilidade

N.	Ano	Orientador	Autor e Título do trabalho
CAMPUS CAMPO MOURÃO			
1	2012	Marcos Antonio Piza	SILVA, Leandro da. Análise de acessibilidade em calçadas, comércio e órgãos públicos na cidade de Janiópolis – PR.
2	2014	Marcos Antonio Piza	GHIRALDI, André Luiz Dias. Análise de acessibilidade em calçadas, vias públicas e prédios públicos na cidade de Doutor Camargo-PR.
3	2014	Ricardo Ernani Sander	NÓBILE, Rodrigo Cesar Calciolari. Análise da qualidade de mobilidade para cadeirantes em calçadas representativas do centro comercial de Campo Mourão, através da aplicação de índice de acessibilidade.
4	2014	Marcos Antonio Piza	DAMAZIO, Murilo. Análise da acessibilidade nas calçadas do bairro Jardim Tropical I, no município de Campo Mourão – PR.
5	2014	Vera Lúcia Barradas Moreira	NERI, João Vitor Galhardi. Análise da acessibilidade aos portadores de necessidades especiais no calçamento público da região central de Campo Mourão-PR
6	2015	Roberto Widerski	BATAGLIA, Renan. Análise de acessibilidade nas calçadas de acesso à Prefeitura Municipal de Campo Mourão, e entre seus ambientes.
7	2015	Roberto Widerski	MURATA, Cintia Midori de Souza. Análise de acessibilidade dos pontos de parada do sistema de transporte coletivo por ônibus na cidade de Campo Mourão-PR, segundo a ABNT NBR 9050:2004
8	2016	Vera Lúcia Barradas Moreira	LIMA, Rogger Luan de Souza e. Análise de acessibilidade: estudo de caso do bairro Cidade Alta II em Campo Mourão - Paraná.
9	2017	Vera Lúcia Barradas Moreira	GONÇALVES, Julia Laureano. Análise da acessibilidade segundo a NBR 9050 no Colégio Estadual Marechal Rondon em Campo Mourão - PR
CAMPUS PATO BRANCO			
10	2014	Osmar João Consoli	CECHIN, Luana. Análise da acessibilidade em edificações públicas: estudo de caso.
11	2015	Normelio Vitor Fracaro	MARTINI, Gracielli. Análise da acessibilidade externa nas edificações públicas do município de Pato branco - Paraná: estudo de caso.
12	2016	José Valter Monteiro Larcher	VERGINACI, Caroline Aparecida. Análise da acessibilidade física das escolas públicas municipais de Clevelândia - PR.
13	2018	Cristiane Compagnoni Valenga	RIETTA, Emili Barro. Análise da acessibilidade em unidades públicas de saúde do município de Pato Branco - PR em comparação com a NBR 9050/2015.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Esta marca expressiva de publicações sobre acessibilidade pode ser explicada pela forte relação da palavra “acessibilidade” com a área da Engenharia no Brasil, uma das áreas do conhecimento mais representativas na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Isto em grande parte devido as normativas brasileiras sobre acessibilidade, as NBRs 9050, que tiveram suas primeiras publicações no ano de 1985 e se tornaram de valor legal no ano de 2000. A partir de então todos os projetos arquitetônicos e de engenharia têm de obedecer às normas de acessibilidade e muitos edifícios tiveram que sofrer adaptações para cumprir com as exigências da norma. Suas implicações no mercado da construção influenciaram também o crescimento da pesquisa no âmbito acadêmico.

Quadro 3 – Trabalhos de graduação dos cursos de Engenharia Civil que abordam estudo da acessibilidade

N.	Ano	Orientador	Autor e Título do trabalho
CAMPUS CAMPO MOURÃO			
14	2014	Vera Lúcia Barradas Moreira	GOES, Isadora Bedusqui de. Estudo da acessibilidade dos portadores de necessidades especiais – cadeirantes, nos edifícios comerciais com atendimento ao público na região central de Campo Mourão - PR.
15	2014	Ricardo Ernani Sander	SOUZA, Vitor Hugo Soares de. Estudo da acessibilidade da praça Bento Munhoz da Rocha Netto do município de Campo Mourão - PR.
16	2016	Ricardo Ernani Sander	TONON, Victor Hugo. Estudo da acessibilidade nas dependências da Universidade Tecnológica Federal do Paraná campus Campo Mourão.
17	2017	Vera Lúcia Barradas Moreira	SILVA, Kelley Santos da. Estudo de acessibilidade no interior das unidades básicas de saúde do município de Campo Mourão, PR.
18	2017	Roberto Widerski	ANTONIO, Guilherme Rolin. Estudo de caso para readequação quanto a acessibilidade do Colégio Estadual de Campo Mourão.
CAMPUS PATO BRANCO			
19	2016	Rayana Carolina Conterno	RIVA, Daiane Joana. Acessibilidade: um estudo de caso em biblioteca e restaurante universitário da UTFPR Pato Branco.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quadro 4 -Trabalhos de graduação dos cursos de Engenharia Civil que abordam diagnóstico da acessibilidade

N.	Ano	Orientador	Autor e Título do trabalho
CAMPUS CAMPO MOURÃO			
20	2014	Paula Cristina De Souza	GONÇALVES, Letícia da Costa. Diagnóstico e mapeamento da acessibilidade do campus da UTFPR – Campo Mourão/PR.
CAMPUS PATO BRANCO			
21	2014	José Valter Monteiro Larcher	PICOLOTO, Alexandre Fernando. Diagnóstico e propostas de acessibilidade em ambientes construídos da UTFPR - Campus Pato Branco.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quadro 5 – Trabalhos de graduação do curso de Engenharia Civil que abordam adequação e propostas da acessibilidade

N.	Ano	Orientador	Autor e Título do trabalho
CAMPUS CAMPO MOURÃO			
22	2014	Paula Cristina De Souza	GLOOR, Aline Evelyn Ferreira. Adequação do projeto arquitetônico de um edifício multifamiliar localizado na cidade de Campo Mourão-PR, para atendimento as condições de acessibilidade.
23	2014	Eliana Fernandes Dos Santos	CASARIN JUNIOR, Amauri. Acessibilidade ao transporte público como fator de justiça social e territorial – uma proposta para a cidade de Campo Mourão.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Uma questão interessante sobre os trabalhos realizados tanto em Campo Mourão quanto em Pato Branco, é a variedade de professores orientadores sobre o tema, demonstrado um incentivo acadêmico à formação sobre acessibilidade na escola de Engenharia Civil.

A pesquisa atenta para três observações interessantes. A primeira é a baixa participação do curso de Arquitetura nas publicações sobre a acessibilidade, pois encontra-se somente um trabalho intitulado “*Habitação de Interesse Social com Acessibilidade Universal*”, da autoria de Andréia Yumi Tsujii sob orientação do professor Armando Luis Yoshio Ito defendido em 2014. Talvez, uma provável justificativa para a pouca quantidade de monografias da arquitetura é a possibilidade de os Trabalhos de Conclusão de Curso poderem ser apresentados em formato de projetos arquitetônicos. Além disso, o curso de arquitetura é ofertado somente no Campus Curitiba, o que reduz bastante o número de publicações na área pela Instituição.

A segunda observação é que a UTFPR possui cursos de Engenharia Civil em seis cidades: Apucarana, Campo Mourão, Curitiba, Guarapuava, Pato Branco, Toledo.

Porém, chama a atenção a concentração de trabalhos sobre acessibilidade em um curto espaço de tempo especialmente nos *campi* Campo Mourão e Pato Branco.

A terceira observação é que o Campus Curitiba mesmo concentrando maior número de alunos e variedade de cursos na Universidade, seus trabalhos encontrados com o tema “acessibilidade” são predominantemente do campo da tecnologia digital, destacando-se a área da acessibilidade digital.

Além dos trabalhos apontados anteriormente, destaca-se ainda alguns artigos encontrados ao longo do levantamento nos repositórios da UTFPR e que puderam auxiliar nos estudos desta dissertação.

1 - MACHADO, Mariza Helena; LIMA, Josiane Palma. (2017) **Avaliação da acessibilidade pela perspectiva da pessoa com mobilidade reduzida**. Revista Tecnologia e Sociedade. UTFPR, v. 13, n. 29, p. 1-21, dez. 2017.

2 - ALTHAUS, Dalvane. **Experiência do núcleo de atendimentos a pessoas com necessidades educacionais especiais da Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus Pato Branco**. In: SEMANA ACADÊMICA INTEGRADA DA FADEP, 1., 2010, Pato Branco. Anais. Pato Branco, [s.n.], 2010.

3 - ALTHAUS, Dalvane; DOMINGUES, Eliane Terezinha Farias. **Implantação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais na UTFPR, Campus Pato Branco - PR**. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DA FADEP, 5., 2009, Pato Branco. Anais... Pato Branco: [s.n.], 2009.

4 - BERTAN, Marlon Eduardo. **Sistema para gerenciamento de atendimentos dos setores NAPNE/NUAPE da UTFPR**. 2015. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Tecnologia Java (Especialização) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

2.3 CONCLUSÕES SOBRE O CAPÍTULO

As pesquisas foram feitas considerando as publicações de todos os anos nos repositórios até o presente ano de 2019. De maneira geral, os diversos descritores pesquisados apresentaram em comum que a exploração científica dos temas ocorreu na segunda metade do século XX notando um aumento considerável da quantidade de publicações a partir da década de 1990, com exceção de alguns temas nas áreas de “ensino superior”, “universidade”, “inclusão”, “ações afirmativas” que apresentaram um aumento de produções um pouco mais tardio.

O levantamento feito nas bases nacionais permitiu ter uma visão sobre uma realidade mais próxima além de se realizar comparações com as tendências internacionais. Dito isso, percebeu-se que, de maneira geral, as produções científicas sobre o tema no Brasil apresentaram um crescimento um pouco atrasado em relação ao cenário internacional.

Também sobre o Brasil, em termos quantitativos, segundo as análises feitas no *Scopus* e *Web of Science*, o país ainda não é figurante entre os maiores produtores de artigos científicos sobre os temas da pessoa com deficiência. Porém, vale destacar que, entre todos os descritores utilizados, o Brasil está evoluindo mais rapidamente em pesquisas como “acessibilidade”, “inclusão” e “políticas afirmativas”.

Os gráficos mostrados anteriormente revelam um comportamento de crescimento que dá a entender que as publicações científicas na área tendem a aumentar intensamente para o futuro. No entanto, no presente, ainda não se tem referências marcantes sobre obras e autores relevantes.

A nível local, a UTFPR mostra um grande potencial para o desenvolvimento de temáticas sobre a acessibilidade e PcDs a partir das Engenharias com destaques para os *campi* nas cidades do interior, Campo Mourão e Pato Branco. Ainda sobre a Universidade, acrescenta-se que foi pesquisado também em todas as bases pelo descritor “UTFPR AND deficien*”, porém ele foi não incluído nos levantamentos deste capítulo devido ao nulo retorno em suas buscas, com exceção apenas da plataforma Scopus. Por fim, não menos importantes, são citados os dois únicos trabalhos encontrados com a uso desse descritor, os artigos: *Accessibility of students with a disability in screening and selection vestibular contest in Federal University of Technology - Paraná – UTFPR*, da autoria dos professores Maclóvia Corrêa da Silva, Miraldo Matuichuk e Claiton Voigt Warnk, publicado em 2013; e o artigo intitulado *Development of assistive technologies in additive manufacturing (AM) for people with disabilities*, da autoria das professoras Eloiza Aparecida Ávila de Matos e Ângela Paloma Zelli Wiedemann, com data de publicação de 2020.

3 TRAÇOS HISTÓRICOS

Este capítulo aborda alguns traços históricos como forma de contextualização sobre as transformações culturais e suas relações com a deficiência. As pessoas com deficiência, assim como outros grupos vulneráveis, recebem uma herança cultural com muita discriminação e exclusão. Ao longo da história, foram chamados de incapacitados, inválidos e defeituosos, termos fortemente pejorativos e depreciativos. Cada deficiência gera necessidades específicas e muitas vezes não representam impossibilidade ou incapacidade de realizar tarefas cotidianas. No entanto, o reconhecimento da autonomia para a inclusão social com respeito, é um processo lento.

3.1 NA ANTIGUIDADE

Na Roma Antiga, tanto os nobres como os plebeus tinham permissão para sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência. Da mesma forma, em Esparta, os bebês e as pessoas que adquiriam alguma deficiência eram lançados ao mar ou jogados de precipícios (GARCIA, 2012). Podemos imaginar que por toda a história da humanidade sempre existiram indivíduos com algum tipo de limitação física, sensorial ou cognitiva. Como afirma Silva (1987): “[...] *anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria humanidade*”. Talvez, dentre todos os grupos vulneráveis na história da humanidade, as pessoas com deficiência foram as mais desfavorecidas. Isto porque, não importa o lugar, a luta para a sua integração efetivamente iniciou-se apenas nas últimas décadas.

Na arquitetura e nas artes, por exemplo, a busca do padrão humano influenciado por ideais de beleza contribuiu para a criação de muitos preconceitos sociais. Os modelos humanos, principalmente o homem como unidade de medida, moldaram as sociedades, cidades, espaços e artefatos. Por exemplo, na visão de sociedades androcêntricas, a imagem do homem é referência para o ideal que domina questões culturais, políticas, econômicas e religiosas. Do mesmo modo, a visão masculina do mundo ainda se soma a questões de cor da pele, a altura e porte físico, a maneira como se vestir, como se expressar, profissão, entre outros. São simbologias ligadas a *status* e distinção, uma representação de poder em sociedades populosas.

O arquiteto alemão Ernst Neufert (1998), autor do celebre livro “A arte de projetar em arquitetura”, evidencia a íntima relação da forma humana e as suas criações afirmando que tudo que o homem cria é destinado ao seu uso pessoal e por isso as dimensões do que fabrica devem estar intimamente relacionados com as do seu corpo. Porém, a pergunta que fica é: Qual corpo?

Tão antigo quanto o estudo da matemática, as sociedades buscam em números pelo padrão do corpo humano. O mais antigo cânon de proporções humanas conhecido, foi encontrado num túmulo das pirâmides de Menfis há aproximadamente três mil anos antes de Cristo (NEUFERT, 1998). Na Roma antiga, no século I a.C., o arquiteto romano Marcos Vitruvio Polião fez uma série de 10 livros intitulados *De Architectura* cujo terceiro livro preocupou-se em descrever as proporções do corpo humano exclusivamente masculino. Ele seguiu um determinado raciocínio matemático baseando-se, em parte, na proporção áurea. Assim, o homem descrito por Vitruvius foi considerado como “um ideal clássico de beleza”, segundo ele em sua época, um modelo ideal contendo as proporções perfeitas.

Os textos de Vitruvio foram praticamente os únicos a abordar temas de arquitetura que chegaram a ser conhecidas pelos estudiosos do século XV da Renascença. Suas obras influenciaram, entre outros, Leonardo da Vinci na criação do famoso desenho do cânon de proporções, também conhecido como o Homem Vitruviano.

Durante a história, diversos outros autores vão buscar nas razões matemáticas as proporções ideais humanas. No início do século XIX o psicólogo alemão Adolf Zeising investigava a proporção áurea em todas as estruturas, formas e nas pessoas. Ele formulou teorias que se tornaram muito populares em seu tempo e de grande influência para pesquisadores da área. A partir de suas teorias, em 1945 o arquiteto modernista Le Corbusier desenvolveu o seu próprio cânon, denominado *Le Modulor*, o qual ele utilizou como unidade de medida para todos os seus projetos desde então. Neste mesmo período, o já citado Ernst Neufert realizou esforços para, de maneira sistemática, compilar estudos de medidas ideais na arquitetura tendo também como referência o corpo masculino. Seu livro foi publicado pela primeira vez em 1936 e possui edições atualizadas até os dias de hoje. O estilo técnico metódico prático serviu de referência para normativas sobre a arquitetura e ergonomia no mundo inteiro.

Um dos grandes desafios do século XXI será o respeito às diferenças de gênero, raciais, étnicas, religiosas e culturais. Por isso, a escolha por um cânone

humano certamente nunca representaria uma escolha democrática. Mas, parece inevitável a necessidade humana em determinar conceitos sobre as coisas que exploramos sensorialmente sobre forma, aspecto, tamanho, cor, odor, que são carregados de simbologias e que se estendem para questões econômicas, culturais e sociais.

Em livros de história, é possível confirmar que os valores e padrões sociais mudam e se transformam ao longo de gerações que desenvolvem o próprio entendimento de moda e estética. Por isso, ressalta-se que os pesquisadores que perseguiram matematicamente o ideal físico estavam certamente sob influência das verdades de seus tempos, e porque não, de si mesmos. Portanto, os desafios que a geração atual enfrenta sobre as desigualdades sociais e os obstáculos à inclusão são heranças culturais.

A revolução industrial elevou essa contextualização ao extremo. O conceito de padronização é a regra máxima para os processos industriais. Porém, se a produção industrial é movida pelo interesse financeiro que o leva a padronização de produtos para atingir a maior gama de usuários, ou compradores, há uma contradição quando percebemos a inacessibilidade de produtos e as desigualdades sociais.

Desta forma, nesse mundo padronizado e repleto de simbolismos, basta a observação cuidadosa para percebermos que os ambientes, mobiliários e artefatos utilizam como base conceitos pré-definidos através dos tempos.

A sinalização urbana predominantemente visual, por exemplo, indica uma verdadeira exclusão social de pessoas cegas. Assim, como o tipo de pavimento utilizado nas calçadas das cidades muitas vezes dificulta ou inviabiliza a mobilidade de pessoas com cadeira de rodas, bengalas ou muletas.

Nas observações sobre o desenvolvimento tecnológico da bicicleta ao longo do século XIX, descritos por Pinch e Bijker (1984), entende-se que em um primeiro momento seu design foi focado para o uso exclusivamente de homens com físico atlético. Posteriormente, como uma forma de expansão comercial, foi pensado para atender ao uso de mulheres, crianças e idosos. Vale ressaltar que se buscou o desenvolvimento de *design* específico para mulheres que permitissem utilizar a bicicleta trajando vestidos. Por isso, a barreira para o uso das bicicletas por mulheres não era propriamente o artefato, mas as questões culturais, tanto de autonomia quanto por questões de vestimenta, pois o problema poderia ser facilmente solucionado se a época as mulheres pudessem usar calças.

Os carros populares, amplamente difundidos em todo o mundo moderno também são produzidos em larga escala segundo um padrão que não contempla usuários fora da média de estatura. Da mesma forma que os cintos de segurança não vestem confortavelmente a todas as pessoas, principalmente mulheres, onde até mesmo os bonecos de teste de segurança são baseados em um específico físico masculino.

Nos espaços públicos e nos meios de transporte, que deveriam atender a todas as pessoas, também percebemos a falta de acessibilidade. O *design* das poltronas em teatros, assentos em ônibus e aviões, carteiras escolares, banheiros públicos e cabines telefônicas são alguns exemplos. Todos esses elementos são padronizados para um determinado corpo humano, onde questões de altura, volume corporal, mobilidade estão implicitamente pré-estabelecidos.

Como diz Gatti (2005), “a homogeneidade acaba por ser um ideal de referência, e com isso é que se aplainam as diferenças, em favor de um geral e um universal abstratos”. As sociedades sempre buscaram padrões, no entanto nem sempre universais. Portanto, a inviabilidade da busca de um padrão de beleza ou de ideal de corpo humano está nos apegos culturais que pré-determinam gostos e costumes.

Foi apenas na década de 1980 que o arquiteto americano Ron Mace, usuário de cadeira de rodas e de respirador artificial, criou a terminologia Desenho Universal (MACE, 1991). O conceito do desenho universal consiste na ideia do desenvolvimento de projetos e produtos universais, ou seja, que todos os processos de produção para criação de produtos ou ambientes atendam às exigências de todos, na sua máxima extensão possível, sem a necessidade de adaptação ou projetos especializados para pessoas com necessidades especiais.

3.2 AS GUERRAS MUNDIAIS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

As Grandes Guerras que ocorreram na primeira metade do século XX foram marcos temporais na história da humanidade. Não que as guerras fossem novidade, aliás, por toda a história há registros de conflitos em alguma parte do mundo. No entanto, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a segunda Guerra Mundial (1939-1945) causaram maior impacto e destruição que qualquer outro período bélico. Para mover as multidões de soldados aos campos de batalha, muita propaganda de cunho heroico e com forte apologia ao patriotismo formavam uma verdadeira reeducação para transformar valores e convencer jovens a integrar cenários tão terríveis. As

batalhas são associadas a guerreiros representados pela saúde e força, mas entregam feridos e frágeis.

Soldados feridos e mutilados retornavam as suas casas como heróis, recebiam medalhas, mas nada poderia pagar os traumas e recuperar suas vidas transformadas. São muitos os retratos e histórias em livros e filmes sobre a dificuldade do retorno de ex-combatentes, uma situação a qual as propagandas de convocações militares certamente não mostravam.

Como aborda Herbert Georg Wells:

Toda a humanidade saudável da Europa foi empurrada para os exércitos ou para as marinhas ou para as fábricas improvisadas que serviam à guerra. [...] É provável que mais da metade da população, nos países beligerantes da Europa, tenha mudado completamente de emprego durante a luta estúpida (WELLS, 2011, p. 352).

O retorno de soldados começou a revelar a brutalidade das guerras que as sociedades ignoravam. O grande contingente de pessoas retornando como feridos se tornou um grande problema político, econômico e social. As más experiências vividas em campos de batalha eram traumáticas e muitos retornavam com problemas psicológicos agravados por traumas físicos, o que resultava em uma grave dificuldade de reinserção social.

3.3 MARCOS INTERNACIONAIS DA PCD

Foi neste período que se multiplicaram as clínicas de reabilitação, asilos para ex-combatentes, tecnologias de próteses, o progresso na medicina ortopédica, traumatologia e fisioterapia além de grandes programas assistências a nível internacional. A população de pessoas com deficiência cresceu muito nestes períodos assim como o debate nas esferas legislativas e políticas sobre os direitos da pessoa com deficiência.

Assim, o conturbado início do século XX também é marcado pelas primeiras conferências e congressos sobre pessoas com deficiência.

Neste contexto, com a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 24 de outubro de 1945 e a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 10 de dezembro de 1948, importantes passos foram dados para o avanço dos movimentos sociais e nas suas reivindicações por direitos em diversos países.

Langdon Winner, (2017) conta que em 1962 quando chegou ao campus da Universidade da Califórnia em Berkley, nos Estados Unidos, um jornal da região chamado *Bay Area* continha a seguinte manchete: “*Aleijados sem esperança participam de aulas na Universidade da Califórnia*” (WINNER, 2017, tradução nossa). Uma das pessoas ao qual este jornal se referia era Ed Roberts, tetraplégico, que exigia seus direitos em ingressar na universidade e frequentar as salas de aula. Winner conta que o estudante iniciou um movimento local para o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência. Sua causa ganhou força e junto com outras pessoas com deficiência, formaram o *Rolling Squad* (Esquadrão sobre rodas) um grupo de ativistas radicais que exigiam o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência. Eles fizeram exigências à universidade, à cidade de Berkeley, ao Estado da Califórnia e, eventualmente, ao Governo Federal dos Estados Unidos.

Ao que o artigo expõe, Ed Roberts não foi a primeira pessoa cadeirante a tentar frequentar a Universidade da Califórnia, mas foi o primeiro a persistir e enfrentar com todas suas forças os obstáculos das diferenças. Segundo Winner um administrador do campus chegou a dizer: “*Nós já tentamos aleijados antes e não funcionou*” (WINNER, 2017, tradução nossa).

Difícil determinar se o movimento liderado por Ed Roberts representou a primeira forma de expressão na luta pelos direitos e inclusão das PcD, mas certamente sua história na da década de 1960 representa uma das primeiras mobilizações sociais que se tem notícia.

Foi somente na década de 1970 que a ONU interveio na questão das pessoas com deficiência. Em 1971, com a proclamação da Declaração dos Direitos do Deficiente Mental e em 1975 com a proclamação da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. No entanto, o assunto de grande importância e urgência ocupou diversos futuros debates pela Organização Mundial. Para cobrar o cumprimento das Declarações pelos estados membros, a Assembleia Geral da ONU proclamou o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes com o slogan “Participação Plena e Igualdade”. Já no ano a seguir, em 1982, a ONU estabelece nova agenda com o Programa de Ações Mundial e proclama o intervalo entre os anos 1983 a 1992 como a década das Nações Unidas para Pessoas Deficientes. Ao final dessa década, a Organização estabeleceu o dia 3 de dezembro como o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência a ser celebrado todos os anos.

No ano de 1994 a Unesco durante a conferência Mundial sobre Educação Especial promulga a Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades especiais. Este documento traz a concepção da Educação Inclusiva e substitui o conceito de integração pelo de inclusão.

Em nível interamericano houve dois principais encontros. Em 1999, aconteceu na cidade da Guatemala a Convecção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência, que no Brasil foi ratificado pelo Decreto n. 3.956, de 8 de outubro de 2001. E, em 5 de junho de 2001 o Congresso Internacional “Sociedade Inclusiva”, realizado em Montreal, Quebec, Canadá aprova a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão.

Já em 13 de dezembro de 2006, a Assembleia geral da ONU aprovou o documento da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (*Convention on the Rights of Persons with Disabilities*) um tratado internacional de direitos humanos destinado a proteger os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência de grande importância internacional. O documento da convenção foi aberto para assinatura dos países membros em 30 de março de 2007 na cidade de Nova York. O Brasil assinou no mesmo dia da abertura e ratificou em 1º de agosto de 2008. A convenção se tornou internacionalmente eficaz em 3 de maio de 2008 quando atingiu o mínimo de 20 ratificações, e atualmente conta com 160 signatários. A convenção foi o primeiro tratado de Direitos Humanos do século XXI.

3.4 EXEMPLOS DE TECNOLOGIAS INCLUSIVAS

A ciência e a tecnologia por muitas vezes são consideradas campos independentes da sociedade quanto aos interesses da produção e restritos quanto a quem os produz. Em determinado momento da história, como Merton (1979) descreveu “*o cientista chegou a considerar-se independente da sociedade e a encarar a ciência como empresa que se justifica por si mesma e que ‘está’ na sociedade, mas não ‘faz parte’ dela.*” Até hoje, há uma barreira entre os produtores de ciência e tecnologia e a sociedade, e por vezes faz com que os laboratórios de pesquisas científicas, por exemplo, sejam verdadeiras caixas-pretas para leigos (VESSURI, 1991).

Porém, em meados do século passado, os problemas ambientais e de saúde pública começaram a ser relacionados à crescente industrialização e produção tecnológica. Os acidentes nucleares, resíduos contaminantes, envenenamentos

farmacêuticos, derramamento de petróleo, iniciaram uma onda de protestos e mobilizações sociais e ambientais questionando as políticas científico-tecnológicas, (BAZZO, 2003) e a insustentabilidade do estilo de vida e padrão de consumo da sociedade. Tanto os estudiosos quanto os críticos mais ativistas, começaram a duvidar sobre o, até então pouco questionado, caráter benéfico da ciência e da tecnologia para as pessoas e meio ambiente, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Para discutir estas relações, surge o campo acadêmico CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) inicialmente nos Estados Unidos nos anos 1960 (CUTCLIFF, 2003).

As abordagens de análises críticas e interdisciplinares do campo CTS, alimentados principalmente com a colaboração de historiadores, filósofos, antropólogos e sociólogos, têm contribuído para reflexões que deduzem que a ciência é entendida como uma construção social (ARAUJO, 2009). Com isso, novas abordagens históricas têm mostrado que, mesmo estando à parte da comunidade científica, as sociedades são polivalentes e são responsáveis por criar tecnologias transformadoras. Um caso emblemático, analisado por Pinch e Bijker (1984) é o desenvolvimento da bicicleta. Este artefato foi ganhando sua forma, como a conhecemos hoje, por influência de diversos grupos sociais ao longo dos anos. Estes autores argumentam que os grupos sociais, que constituem um ambiente social, exercem um papel crucial na definição e resolução dos problemas que surgem durante o desenvolvimento de um artefato. Os problemas são definidos no contexto de significado definido por um grupo social ou a combinação de vários grupos (VESSURI, 1991).

Os movimentos sociais têm ganhado força e possibilitado a expressão de grupos vulneráveis para analisarem as relações da CTS através da pesquisa de gênero. Como descreve Carvalho (1998), “[...] a sociedade globalizada é intrinsecamente multicultural e a preocupação com a alteridade e com “outros mundos” - mulheres, gays, negros, ecologistas, desempregados, aposentados, imigrantes, indígenas, sem-terra, etc. - está presente nos estudos de filósofos, antropólogos, sociólogos, psicólogos e historiadores pós-modernos”. Porém, as dificuldades maiores que pessoas com deficiência podem ter ao tentar se integrar a um mundo fora de seus padrões, resulta ainda numa baixa produção de estudos e pesquisas da análise de campo CTS segundo as perspectivas dessas pessoas.

Por outro lado, muitas tecnologias têm impactado positivamente na qualidade de vida de pessoas com deficiência e na inclusão social, mesmo que tais avanços aconteçam lentamente dentro de um desenvolvimento tecnológico de caráter social. Dentre os quais podemos citar alguns exemplos:

3.4.1 A cadeira de rodas

O exemplo abordado anteriormente sobre o desenvolvimento da bicicleta, está paralelamente relacionada ao desenvolvimento da cadeira de rodas. Os avanços feitos no desenvolvimento do design e materiais utilizados por bicicletas foram aproveitados posteriormente no aperfeiçoamento das cadeiras de rodas.

Os primeiros artefatos descritos para carregar pessoas com mobilidade reduzida, que remontam às civilizações antigas, eram claras adaptações de outros transportes sobre rodas conhecidos. Por isso, as primeiras referências históricas dão conta de macas com rodas (talvez influenciada por carroças), o uso de carrinhos de mão para carregar pessoas, e diversas cadeiras adaptadas com rodas, foram improvisadas, mas que de certa forma, não davam autonomia aos necessitados (GARCIA, 2012).

As cadeiras de rodas como conhecemos hoje surgiram apenas no final do século XIX quando foram inseridas rodas mais leves de aro e pneus com câmara de ar às cadeiras e a instalação do aro propulsor manual. No início do século XX começaram a ser fabricadas as primeiras cadeiras com metal tubular em estruturas retráteis. A evolução tecnológica da cadeira de rodas teve relações diretas com o período das grandes guerras mundiais, quando o seu uso se tornou mais recorrente com a demanda para atender os milhares de vítimas da guerra.

3.4.2 O elevador

Muitos inventos foram apropriados para outros fins, ou tem seu uso justificado para outros fins. O elevador é um deles. Seu desenvolvimento está relacionado às necessidades construtivas das sociedades para transportar cargas e pessoas a elevadas alturas. A comercialização tecnológica foi uma sequência do desenvolvimento das cidades com os arranha-céus. Mas é inegável que a tecnologia dos elevadores e plataformas elevatórias representam a melhor solução para adequar edifícios à acessibilidade universal.

Elevadores rudimentares (ou “içadores”) já eram utilizados na Idade Média e o uso de aparelhos para transporte de carga vertical remonta ao terceiro século antes de Cristo. Eles eram operados por animais, homens e até mesmo mecanismos movidos a água. Com a existência do sistema de eletricidade nas cidades, o grande problema para o uso dessas plataformas móveis no transporte de pessoas era justamente a segurança. Em 1853 o americano Elisha Graves Otis concebeu um dispositivo de segurança mecânico muito simples, que entra em ação no caso de os cabos se romperem funcionando pelo simples sistema da gravidade. Tal inovação permitiu a rápida aplicação desta tecnologia que mudou a paisagem das cidades no mundo inteiro. Em 1873, mais de dois mil elevadores Otis estavam em uso em edifícios comerciais nos Estados Unidos.

Os elevadores possibilitaram a verticalização das cidades e a criação dos arranha-céus, e por mais que existam críticas conceituais arquitetônicas na adoção destas tecnologias como solução para circulações verticais, não se pode negar que, para um idoso ou cadeirante, a acessibilidade com o uso destas plataformas propicia maior autonomia.

3.4.3 Os óculos

A deficiência visual pode afetar significativamente a vida de uma pessoa. Os problemas de visão podem reduzir a autonomia e também as oportunidades educacionais e econômicas.

Segundo dados do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), hoje, no Brasil, há mais de 1,2 milhão de cegos. A organização Mundial de Saúde (OMS) estima que entre 60% e 80% dos casos de cegueira são evitáveis ou tratáveis. Isso significa que mais de 700 mil brasileiros que estão cegos poderiam estar enxergando se tivessem recebido tratamento adequado em tempo adequado.

Os óculos, que nos seus primórdios era conhecido como “pedra da leitura” e que mais tarde se conheceria por “lente de aumento”, ao que parece, foram inventados entre 1268 e 1289, mas a autoria pelo seu desenvolvimento é desconhecida. Em 1289, num ensaio intitulado “*Traité de conduite de la famille*”, Sandra di Popozo escreveu: “Estou tão debilitado pela idade que, sem esses vidros chamados óculos, eu não seria mais capaz de ler ou escrever. Este instrumento foi inventado recentemente para o bem das pobres pessoas cuja visão ficou fraca” (PHILBIN, 2006).

É realmente difícil imaginar o mundo de hoje sem os óculos. Cidades com milhões de habitantes, grande parte dependente desta tecnologia vivendo em ambientes com intensas sinalizações visuais. Os problemas de visão são os mais comuns entre as pessoas e os relacionados ao envelhecimento começam a se manifestar muito cedo.

3.4.4 Bengala para cegos (bengala branca)

A bengala (bastão) como dispositivo de auxílio no caminhar ou na locomoção remonta a pré-história. Pode ter sido derivada de artefatos como lanças de caça ou cajados comumente utilizados no pastoreio, uma espécie de vara longa com uma das extremidades curvada como um gancho a fim de permitir puxar os animais pelas pernas. O transporte destes artefatos longos, intuitivamente se faz em posição vertical, e frequentemente pouso-se a extremidade inferior no chão como forma de descanso. Desta forma, a percepção da utilidade de bastões como apoios à mobilidade humana, transformando-os em bengalas, pode ser tão antiga quanto lanças e cajados.

Interessante notar na história da humanidade a importância e fixação por segurar em mãos objetos em forma de hastes. O cetro, por exemplo, que em diversas culturas se tornam representações de figuras simbólicas. Os chefes de várias culturas antigas adotaram o cetro como sinal de autoridade, fazendo-o consistir em uma vara ou bastão mais ou menos rico e adornado.

No início do século XX, a bengala se torna um adereço da indumentária masculina que junto com o chapéu representavam status e elegância. Na ficção, personagens ficaram famosos pelo uso de bengalas, como o desenho animado de Zé Carioca e o personagem Carlitos interpretado por Charles Chaplin.

A bengala para cegos se tornou popular na década de 1930, quando por motivos de segurança, ela começou a ser pintada de branco para facilitar a identificação por motoristas no trânsito.

No entanto, foi em 1944 que o médico especializado em reabilitação de combatentes da Segunda Guerra Mundial, Richard Hoover propôs o uso de uma bengala mais leve e longa, em contrapartida as usuais de madeira, e desenvolveu uma técnica de tateamento dos espaços, utilizando a bengala como uma extensão do corpo. A técnica e a bengala de Hoover são de tanta importância que, desde 1980, no

dia 15 de outubro os cegos de todo o mundo celebram o Dia Internacional da Bengala Branca (SANTOS, 1998).

3.4.5 O cão-guia

A utilização de cães como guias está relacionada a capacidade de domesticação e adestramento destes animais pelos humanos, e muitas referências tratam estes bichos como os primeiros animais domesticados. O período histórico é controverso, mas segundo uma pesquisa de 2013, a domesticação de cães aconteceu na Europa a mais de 18 mil anos atrás (THALMANN, 2013).

Os sentidos apurados do animal aliado as técnicas de domesticação, transformam o cão em uma tecnologia que durante a história foi muito explorado para a caça. Porém, a primeira tentativa de treino de cães para guiar cegos que se tem notícia, foi por volta de 1780, no hospital para cegos, Les Quinze-Vingts, em Paris (BADALO, 2014).

No entanto, a história moderna dos cães-guia teve o seu início na primeira guerra mundial, quando milhares de soldados ficaram cegos por causa da presença de um gás mostarda. Em 1916, surge em Oldenburg na Alemanha a primeira escola do mundo de cães-guia para cegos. O sucesso foi tão grande que logo outras escolas foram abertas para fornecer cães para ex-soldados e para pessoas cegas no Reino Unido, França, Espanha, Itália, Estados Unidos, Canadá e Rússia (BADALO, 2014).

Desde então passaram a existir no mundo todo escolas de adestramento de cães voltadas para o serviço de cão-guia. No Brasil a Lei Federal n. 11.126, de 27 de junho de 2005 dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. No entanto, esta tecnologia é pouco difundida e muitos estabelecimentos descumprem o direito de acesso com cães-guia.

3.4.6 O sistema de escrita Braille

Para aqueles que perderam a visão por completo, seriam impossíveis a alfabetização e a integração com a educação. Portanto, tornou-se necessário a criação de um novo sistema de escrita para pessoas cegas. O sistema mais adotado atualmente é o Braille, cujo criador Louis Braille, ficou cego aos três anos de idade após um acidente na cutelaria de seu pai. Muito determinado, Braille dedicou a vida a

aperfeiçoar sistemas de leitura para cegos, até que em 1829 o seu sistema foi publicado e utilizado formalmente no Instituto Nacional para crianças cegas de Paris, do qual ele havia se tornado professor.

O significado de um alfabeto para cegos é inacreditável. Antes de Braille, as pessoas cegas eram invariavelmente trancafiadas em hospícios, onde podiam ganhar algum dinheiro realizando trabalhos que não requeriam o uso da visão. Se essas pessoas, já infligidas pela falta de visão, não sofressem de distúrbios mentais quando entravam nessas instituições, é pouco provável que não passassem a ter quando saíssem delas (PHILBIN, 2006, p. 202).

3.4.7 A língua dos sinais e a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)

Da mesma forma a educação para pessoas surdas precisou da criação de um sistema apropriado de comunicação. No Brasil foi criada a Libras - Língua Brasileira de Sinais. Ela teve influência da linguagem de sinais utilizadas na França quando em 1857 um surdo francês, chamado Eduard Huet veio ao Brasil a convite de D. Pedro II para fundar a primeira escola para surdos do país, chamada na época de Imperial Instituto de Surdos-Mudos, atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). A Libras foi criada, então, junto com o INES, a partir de uma mistura entre a Língua Francesa de Sinais e de gestos já utilizados pelos surdos brasileiros. Ela foi ganhando espaço pouco a pouco, mas sofreu uma grande derrota em 1880, quando em um congresso sobre surdez na Itália proibiu o uso das línguas de sinais no mundo para que se usasse apenas o método de leitura labial. Após décadas de atrasos, apenas no ano de 2002 a língua brasileira de sinais foi oficialmente reconhecida e aceita como segunda língua oficial brasileira, através da L.F. n. 10.436, de 24 de abril de 2002.

3.5 CONCLUSÕES SOBRE O CAPÍTULO

As deficiências são condições integrantes da humanidade, sendo que o seu entendimento ou definições acabam por ser de influência dos ambientes culturais e que se transformam ao longo dos anos. Neste cenário, como constata Maria Aparecida Gugel (2007, p. 1) “[...] não se têm indícios de como os primeiros grupos de humanos na Terra se comportavam em relação às pessoas com deficiência. Tudo indica que essas pessoas não sobreviviam ao ambiente hostil da Terra”.

As pessoas com deficiência, assim como outros grupos vulneráveis, recebem uma herança cultural com muita discriminação e exclusão ainda nos dias de hoje. Ao

longo da história, foram chamados de incapacitados, inválidos e defeituosos, termos fortemente pejorativos e depreciativos.

Uma observação interessante sobre as tecnologias que contribuíram para a autonomia e inclusão de pessoas com deficiência é que muitos dos artefatos foram ganhando sua forma, como os conhecemos hoje, por influência de diversos grupos sociais ao longo dos anos. De certa forma, tais tecnologias são resultado da participação de muitas pessoas anônimas da sociedade polivalente que também criam tecnologias com foco a atender problemas sociais.

A análise da história geral revela que as evoluções em serviços assistenciais para PcDs se iniciaram nos últimos dois séculos em virtude das grandes transformações em nível mundial como o período da Revolução Industrial. No entanto, a evolução em nível de políticas públicas com relação as pessoas com deficiência são observadas somente no século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial em 1945. O grande número de feridos e os traumas gerados pela guerra despertam a atenção de muitos governos de diferentes países sobre a necessidade de implementar estruturas de suporte e atendimento para a reabilitação e a reinserção social dessas pessoas.

Neste contexto, destaca-se a grande importância da formação da Organização das Nações Unidas para a liderança dos assuntos sobre as pessoas com deficiência e a mobilização a nível mundial para as necessidades de implementação de ações políticas para os direitos da pessoa com deficiência.

4 A EVOLUÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL DAS PCDS NO BRASIL

Este capítulo aborda traços históricos sobre a pessoa com deficiência no Brasil e também mostra um estudo histórico das normativas brasileiras que tangem a pessoa com deficiência. Sobre a legislação, realizou-se o levantamento de mais de 150 normativas brasileiras (leis, Decretos, portarias, etc.) selecionados com a condição de constarem em suas redações a “pessoa com deficiência”, ou suas várias terminologias em desuso como: “pessoas portadoras de deficiência”, “pessoas com necessidades especiais” ou “pessoas excepcionais”. Feita a compilação do maior número de normativas que se foi possível encontrar, formou-se um quadro onde foram ordenadas por ordem cronológica e posteriormente selecionou-se as normativas que apresentaram definição de pessoa com deficiência. A análise deste quadro de normativas, também contribuiu uma visualização histórica sobre a evolução dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

4.1 A EVOLUÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL DAS PCD NO BRASIL

O Brasil, país formado por grande diversidade cultural e étnica, não se distinguiu pela inclusão social. Pelo contrário, fomos marcados por uma história escravocrata com sérios problemas de desigualdades sociais que perdura até os dias de hoje como uma das maiores do mundo. Com relação as pessoas com deficiência, o Brasil avançou ao mesmo ritmo de tantos outros países.

Uma das mais importantes bibliografias brasileiras a abordar sobre a história da Pessoa com Deficiência é o livro de Otto Marques da Silva², *A Epopeia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje*, um livro que se tornou raro por ter sido publicada uma única edição no ano de 1987. Nesta obra, Otto contextualiza com muitos detalhes as aparições das pessoas com deficiência da pré-história a contemporaneidade com um capítulo exclusivo sobre o Brasil colônia e Imperial. Atualmente o livro é o mais citado nos trabalhos publicados que contextualizam historicamente a Pessoa com Deficiência.

² Otto Marques da Silva é escritor filiado a União Brasileira de Escritores. Iniciou suas atividades no campo da reabilitação profissional de pessoas com deficiência em 1957, no Instituto de Reabilitação da Universidade de São Paulo. Foi funcionário da ONU. Em 1981 foi Secretário Executivo e Coordenador da Comissão Estadual para Apoio e Estimulo ao Ano Internacional das Pessoas Deficientes no Estado de São Paulo. Nos anos 2000 foi Vice-presidente da *Rehabilitation International* para a América Latina.

Sobre o tema no Brasil, Silva escreve que assim como na Europa, a quase totalidade das informações sobre pessoa com deficiência esta diluída em comentários relacionados aos doentes e aos pobres de um modo geral. E que a pessoa com deficiência foi considerada por vários séculos dentro da categoria mais ampla dos miseráveis, talvez o mais pobre dos pobres (SILVA, 1987).

Na historiografia brasileira, das colônias até o começo do século XX, revelam que não diferente de outras civilizações, no Brasil eram comuns os casos de abandono, descaso, e crueldade às pessoas com deficiência física ou intelectual que apresentassem deformidades ou doenças congênitas. Como aborda Silva (1987):

Os mais afortunados que haviam nascido em “berço de ouro” ou pelo menos remediado, certamente passaram o resto de seus dias atrás dos portões das suas grandes mansões, ou então, escondidos, voluntária ou involuntariamente, nas casas de campo ou fazendas de suas famílias. (SILVA, 2018, p. 264)

Já aqueles que não tinham a mesma sorte, se não restavam aos cuidados de suas próprias famílias, então se tornavam de responsabilidade do Estado que as destinavam ou para as cadeias onde eram enclausuradas junto a criminosos e desordeiros, ou então eram encaminhados aos Hospitais de Caridade que aceitassem recebê-los.

No período do Brasil Colônia (1500-1822) no campo da assistência à população prejudicada por alguma deficiência não se encontra nada de relevante.

Somente com a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro no ano de 1808, iniciou-se um processo de renovação cultural e modernização. Em meados do século XIX, sob o reinado de Dom Pedro II foram criadas três instituições relacionadas as pessoas com deficiência, todas na cidade do Rio de Janeiro: O Imperial Instituto dos Meninos Cegos inaugurado em 17 de setembro de 1854; o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos inaugurado em 26 de setembro de 1857; e o Asilo dos Inválidos da Pátria inaugurado no dia 29 de julho de 1868, organização destinada ao abrigo e à proteção dos soldados brasileiros mutilados na guerra contra o Paraguai (1864-1870). O Asilo foi desativado no ano de 1976, 107 anos após a sua inauguração por Dom Pedro II.

Estes institutos costumavam ensinar algumas atividades manuais. O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant, ensinava-se aos cegos Tipografia e Encadernação. O Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, ensinava-se

Sapataria, Encadernação, Pautação e Douração (Escola Técnica Federal do Paraná, 1972).

Até o final do Império, estas três instituições foram os principais marcos que envolveram a preocupação com as pessoas com deficiência no Brasil. Com o início da República em 1889 até as primeiras décadas do século XX também pouca coisa irá acontecer a favor desses grupos. O início do século XX com a tensão das duas Guerras Mundiais, formam um hiato na evolução de ações sociais e direitos humanos no Brasil e em grande parte do mundo.

Após a segunda guerra mundial, por força da recém-formada Organização das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, alguns avanços políticos e sociais são percebidos. Em 11 de dezembro de 1954 é criada a 1ª Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Rio de Janeiro. Em 1961 é promulgada a Lei Federal n. 4.024, que fixava as diretrizes e bases da educação nacional e incluiu um capítulo sobre a “Educação de Excepcionais”. É a primeira lei do Brasil República a se referir a pessoa com deficiência.

As mudanças para o apoio, amparo e inclusão das pessoas com deficiência iam acontecendo, mas de maneira lenta precisando vencer muitos paradigmas. Em 1950 é criada a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), entidade com sede em São Paulo, voltada a ortopedia infantil e produção de próteses e órteses, área médica que havia avançado bastante nos Estados Unidos. No entanto, desde a sua fundação até o ano de 2000, por 50 anos, a instituição era chamada de Associação de Assistência à Criança Defeituosa, termo fortemente depreciativo.

Em 1964 o Brasil entra no regime da Ditadura Militar que dura até o ano de 1985. Neste período, novamente o país pouco evolui nas questões sócio-políticas das pessoas com deficiência, mesmo sendo uma época de grandes manifestações internacionais lideradas pela ONU para promover a inclusão e os direitos humanos para todos, como abordado anteriormente.

Com o final da ditadura no ano de 1985, avançam os esforços para o cumprimento várias ações promulgadas pela ONU ao longo dos anos anteriores. Um importante marco é a promulgação da atual Constituição Brasileira de 5 de outubro de 1988 que em harmonia com as recomendações da ONU garante igualdade de direitos e oportunidade a todas as pessoas. No entanto, até o momento não havia padrões universais ou nacionais que pudessem ser utilizados como referência para a definição

para um grupo heterogêneo com grande diversidade em sua composição, como as pessoas com deficiência.

Até a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU em 2006, um grande desafio para as normativas brasileiras era abordar a definição de pessoa com deficiência que delimitaria o grupo social ao qual as leis fariam efeito. Assim, uma maneira interessante de ver a evolução histórica sobre os direitos da pessoa com deficiência no Brasil é analisando as primeiras definições sobre PcD que surgiram em diferentes temas de normativas brasileiras anteriores a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU no ano 2006, que passou a ser usada como a referência universal sobre o tema.

Por isso, a seguir é mostrado um estudo histórico das normativas brasileiras que tangem a pessoa com deficiência nas mais variadas temáticas. Para tanto, realizou-se o levantamento de mais de 150 normativas brasileiras (leis, Decretos, portarias, etc.) selecionados com a condição de constarem em suas redações a “pessoa com deficiência”, ou suas várias terminologias em desuso, como “pessoas portadoras de deficiência”, “pessoas com necessidades especiais” ou “pessoas excepcionais”. Feita a compilação do maior número de normativas que se foi possível encontrar, formou-se um quadro onde foram ordenadas por ordem cronológica e posteriormente selecionou-se as normativas que apresentaram definição de pessoa com deficiência. Desta forma, o capítulo a seguir destaca as normativas que trouxeram as primeiras definições e conceitos sobre deficiência, não replicados de normas anteriores, por isso sendo originais.

4.2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DAS NORMAS DA REPÚBLICA BRASILEIRA

A primeira legislação brasileira, no período republicano, que incluiu ou abordou a pessoa com deficiência foi a Lei Federal 4.024, de 20 de dezembro de 1961 que fixava as diretrizes e bases para a educação nacional. No entanto, esta lei não trazia definição sobre deficiência e referia-se às pessoas com deficiência como excepcionais.

Uma das primeiras publicações no Brasil que apresentaram definições sobre pessoas com deficiência foi a ABNT NBR 9050, de 1 de setembro de 1985 sobre adequação das edificações e do mobiliário urbano às PcDs. Em seu escopo dizia: *“Esta Norma fixa as condições exigíveis, bem como os padrões e as medidas que*

visam propiciar às pessoas deficientes melhores e mais adequadas condições de acesso aos edifícios de uso público e às vias públicas urbanas". O documento que continha 37 páginas, trazia a definição das deficiências em 8 categorias e utilizava o termo "pessoa deficiente". No entanto esta norma não tinha valor legal.

Assim, a primeira definição sobre pessoa com deficiência em normas brasileiras aparece no Decreto n. 914, de 6 de setembro de 1993, que instituía a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Na sua redação do artigo 3º dizia:

Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (BRASIL, 1993).

Até então não havia um padrão conceitual, nacional ou internacional, sobre deficiência ao qual as leis pudessem se basear. A dificuldade de estabelecer parâmetros que definem deficiência e a pessoa com deficiência certamente geraram obstáculos para a criação de leis e que afetavam diretamente a luta pelos direitos sociais destas pessoas.

Analisando as normativas brasileiras, principalmente anteriores ao Estatuto do ano de 2015, percebe-se diferentes apropriações nas definições sobre deficiência segundo os temas aos quais as leis abordavam. Certamente, de maneira geral, é preciso saber para quem ou qual grupo de pessoas as leis estariam incluindo ou excluindo? Mas, a falta de uma referência universal fez as leis utilizarem definições por conveniência segundo condições e interesses variados para cada campo abordado nas leis.

Assim, do ponto de vista das leis que envolvem questões financeiras, por exemplo, há um interesse especial na definição que delimitará o grupo social ao qual a lei se refere, comumente apresentando caráter mais rigoroso. Se as definições fossem muito abrangentes compreenderiam grupos sociais maiores e isso significa valores econômicos maiores, mas ao mesmo tempo que não poderiam ser excluídos aqueles que realmente deveriam ter seus direitos garantidos. Portanto, percebe-se que tais leis recorrem a definições no âmbito médico, com listas e categorias de deficiência. Já as leis de caráter inclusivo, utilizam-se de definições de deficiência mais amplas e humanas com foco na autonomia.

Portanto, nota-se também o descompasso entre as definições buscadas por normativas de impacto econômico, que apelam para conceitos oriundos do campo médico-científico como forma de categorizar, delimitar e, de certa forma, reduzir o conjunto social em contrapartida aos interesses de regulamentações de políticas inclusivas, onde para muitas redações valia-se considerar as dificuldades dos indivíduos em relação à sua autonomia e vida social.

Desta forma, no Brasil, até o ano de 2009, cada normativa que se referia as pessoas com deficiência traziam suas próprias definições em considerações com base em diferentes fontes. Por vezes, uma redação de uma lei poderia ser utilizada como referência para outras, mas caso os conceitos adotados não servissem aos interesses, se redigiam outras definições. As leis destacadas aqui possuem a similaridade de apresentarem definições originais que não são encontradas em nenhuma outra normativa anterior.

Assim, outras normas que traziam em suas redações definições próprias, incluem o Decreto n. 1.744, de 8 de dezembro de 1995, que regulamentava o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social devido à pessoa com deficiência e ao idoso, que utilizava o termo “pessoa portadora de deficiência” e trazia a seguinte definição:

[...] aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho em razão de anomalias ou lesões irreversíveis de natureza hereditária, congênitas ou adquiridas, que impeçam o desempenho das atividades da vida diária e do trabalho (BRASIL, 1995).

Também o Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e é a primeira normativa a apresentar maiores detalhes nas definições sobre deficiência. Ela afirma que se considera deficiência:

[...] toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (BRASIL, 1999).

Este Decreto também é o primeiro a categorizar as pessoas com deficiência em: I – deficiência física; II – deficiência auditiva; III – deficiência visual; IV – deficiência mental; V – deficiência múltipla. Além disso, este Decreto irá apresentar as definições de pessoas surdas e pessoas com deficiência auditiva utilizadas futuramente pelo Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a Língua Brasileira

de Sinais (LIBRAS). Ele define como pessoas surdas aquela que “por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Libras”. E, define pessoas com deficiência auditiva aquelas com “perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (BRASIL, 2005).

Já o Decreto n. 3.298, de 1999 apresenta definições de pessoa com deficiência visual utilizadas futuramente pelo Decreto n. 5.904, de 21 de setembro de 2006 que regulamenta a Lei n. 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito das pessoas com deficiência visual de utilizar o cão-guia e dá as definições de cegueira e de baixa visão.

Outra lei que também possui definições originais é a lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, conhecida como a Lei da Acessibilidade. Em sua redação traz a seguinte definição: “pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida é a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo”. Percebe-se que essa definição dada é mais abrangente, menos categórica e valoriza a participação social com autonomia com foco nos direitos humanos.

O Decreto n. 3.956, de 8 de outubro de 2001, que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, afirma que o termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

A Lei n. 10.690, de 16 de junho de 2003, que reabre o prazo para que os Municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, tema que não trata diretamente sobre pessoas com deficiência, mas traz em sua redação uma definição própria. Ela divide as deficiências em categorias e, como exemplo, sobre a deficiência física, diz:

[...] é considerada pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as

que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2003).

Percebe-se que como a lei envolve questões orçamentarias há um maior cuidado, rigor e detalhamento com bases em categorias da medicina para compor a definição sobre PcD e delimitar a qual público a redação se refere.

O Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamentou as leis da Acessibilidade (L.F. n. 10.048/2000 e L.F. n. 10.098/2000) usa as definições apresentadas pelo Decreto n. 3.298, de 1999, acrescentando a consideração das definições apresentadas pela L.F. n. 10.690, de 2003 e ainda acrescenta uma redação nova para definição de pessoa com mobilidade reduzida, que é aquela que, “*não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção*” (BRASIL, 2004, grifo nosso).

O Decreto n. 6.214, de 26 de setembro de 2007 que revogou o Decreto n. 1.744, e que dava novas regulamentações do Benefício de Prestação Continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso, antes de ser alterado pelo Decreto n. 7.617, de 2011, trazia uma definição própria: “*pessoa com deficiência: aquela cuja deficiência a incapacita para a vida independente e para o trabalho*” (BRASIL, 2007, grifo nosso).

O Decreto n. 6.949 de 25 de agosto de 2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência³, pela primeira vez em uma normativa brasileira aparece o termo universal em vigência “pessoa com deficiência”. Traz a seguinte definição: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2009).

³ Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (*Convention on the Rights of Persons with Disabilities*) é um tratado internacional de direitos humanos promovido pela Organização das Nações Unidas destinado a proteger os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência. O documento da convenção foi aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 13 de dezembro de 2006 e aberto para assinatura dos países membros em 30 de março de 2007 na cidade de Nova York. O Brasil assinou no mesmo dia da abertura e ratificou em 1 de agosto de 2008. A convenção se tornou eficaz a 3 de maio de 2008 quando atingiu o mínimo de 20 ratificações, e atualmente conta com 160 signatários. A convenção foi o primeiro tratado de Direitos Humanos do século XXI.

Até a publicação do Decreto n. 6.949, de 2009, todas as normas mostradas acima, apresentavam redações com definições próprias, não havendo, portanto, um alinhamento legislativo para a definição de pessoa com deficiência. Desta forma, percebe-se que a redação dada pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é a primeira a servir como um padrão de referência universal para todos os Decretos e leis subsequentes, nomeadamente: Lei n. 12.435, de 2011 que acrescentou esta definição de PcD à Lei n. 8.742, de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social; o Decreto n. 7.612, de 2011 que instituiu o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite; o Decreto n. 7.617, de 2011 que acrescentou esta nova definição de PcD ao Decreto n. 6.214, de 2007; a Lei complementar n. 142, de 2013 que regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS); o Decreto n. 8.145, de 2013 que Altera o Regulamento da Previdência Social (RPS), aprovado pelo Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999, para dispor sobre a aposentadoria por tempo de contribuição e por idade da pessoa com deficiência.

A única exceção de norma sobre pessoa com deficiência que não utiliza da redação fornecida pelo Decreto n. 6.949, de 2009 citado acima é a Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e dá a definição específica das pessoas a que trata, reconhecendo e incluindo a condição do autismo como uma deficiência.

4.3 O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

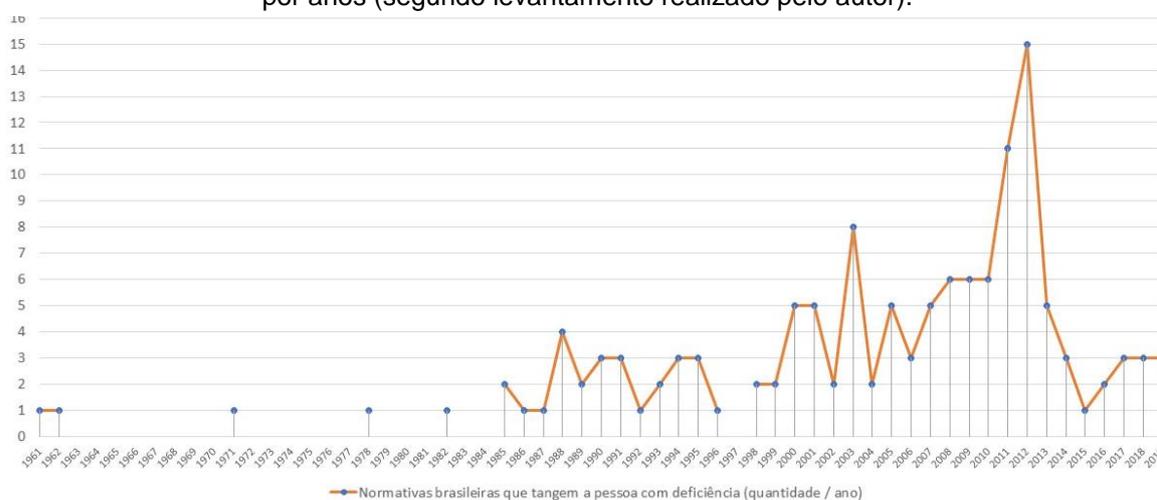
No Brasil, do ponto de vista jurídico, pode-se entender que os Estatutos representam os marcos mais importantes das conquistas dos direitos e reconhecimento dos segmentos sociais que, com valor legal, atingem a todos os indivíduos da nação. Os estatutos, portanto, concentram um conjunto de normas jurídicas sobre determinado assunto, estabelecendo visão ampla e abrangente para abordar de maneira completa o âmbito da cidadania nas mais variadas esferas políticas. Desta forma, dada a complexidade de redação dos estatutos, estes são normalmente posteriores a promulgação de diversas leis isoladas que compõe o lento processo de construção lento social.

Em 2015 uma grande conquista para as pessoas com deficiência acontece com a publicação da Lei Federal n. 13.146, de 6 de julho de 2015, mais conhecida como

Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta lei é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Esta lei traz as mesmas definições de pessoa com deficiência contidas no Decreto n. 6.949, de 2009, mas com um complemento. É acrescentado uma nova definição para pessoa com mobilidade reduzida, afirmando ser “*aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso*” (BRASIL, 2015, grifo nosso). Atualmente o Estatuto da Pessoa com Deficiência é a referência principal sobre Pessoas com Deficiência em vigência no Brasil.

Segundo o levantamento realizado que analisou mais de 140 normativas brasileiras, foi possível traçar um gráfico sobre a quantidade de normas publicadas que tangem a pessoa com deficiência ao longo dos anos.

Gráfico 1 – Quantidade de normativas publicadas no Brasil, que tangem a pessoa com deficiência, por anos (segundo levantamento realizado pelo autor).



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O gráfico permite interpretar alguns momentos importantes. O primeiro momento é o pico de publicações, mesmo que menor, mas, que acontece no mesmo ano da promulgação da Constituição Brasileira de 1988. A segunda importante subida nos números de normativas acontece na mudança do milênio e mais intensamente a partir do ano de 2003 com uma significativa mudança de governo. Outra análise interessante com o gráfico é a visualização de um “inchaço” de publicações normativas que antecedem a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Após a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, percebe-se uma queda, de certo modo natural, na quantidade de normativas. Destaca-se também a Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016 que inclui as Pessoas com Deficiência na Lei das Cotas para ingresso em instituições públicas de ensino superior. Por isso, principalmente desde o ano 2017 com o ingresso dos primeiros alunos cotistas com deficiência nas universidades brasileiras, a acessibilidade em IES se tornou o primeiro passo para a inclusão social das PcD.

4.4 A EDUCAÇÃO E A PCD

As relações sociais são reflexos dos ambientes culturais e se transformam ao longo do tempo, como abordado no capítulo três. Desta forma, o respeito e a inclusão social das pessoas com deficiência é consequência de diversos fatores culturais. A formação de uma cultura inclusiva está fortemente relacionada a educação. Nos dias de hoje, para uma participação efetiva da sociedade é fundamental a formação escolar e universitária. Por isso, entende-se que o ingresso em Universidades acontece em um momento muito importante na vida de muitos estudantes, um período de transição para o mercado de trabalho e amadurecimento para novas formas de interação social.

O Fórum Mundial de Educação que ocorreu em 21 de maio de 2015 na Coreia do Sul, organizado pela UNESCO, aprovou a Declaração de Incheon a qual afirma que a educação de qualidade inclusiva é o principal impulsionador para que o mundo alcance os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. Da mesma forma, para promover a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade é fundamental ambientes educacionais com diversidade social. Para alcançar este estado, o ambiente universitário deve estar universalmente acessível para acolher, portanto, a todas as pessoas.

Dentro deste contexto, os espaços das universidades representam um território importante para a inclusão social das PcDs, servindo como exemplo e modelo de integração universal. A própria palavra “Universidade” remete ao conceito de qualidade ou condição de "universal", na qual o conhecimento é um direito de todos.

Segundo Albagli (2004), o território não se reduz à sua dimensão material ou concreta, ele é também “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam no espaço”. Assim, a Universidade cria uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por diversos grupos e isso constitui um elemento de suas identidades. Essa complexa relação se traduz em territorialidade, cujo conceito refere-

se então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, e expressa um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico.

Territorialidade não é, por outro lado, sinônimo de raízes territoriais, já que é transportável e é dinâmica, como no caso de migrantes que se apropriam de novos territórios e reconstituem suas identidades territoriais em novos espaços (ALBAGLI, 2004). Portanto, a territorialidade é construída segundo entendimentos culturais e pode ser moldada e alterada. Por isso, é possível e necessário abrir espaços para que uma maior diversidade social também forme suas relações de territorialidade, tanto espacial quanto cultural, com a Universidade.

Neste contexto, como afirma Albagli, os limites e fronteiras são produtos e instrumentos da construção da territorialidade (ALBAGLI, 2004). Desta forma, cabe a sociedade identificar estes limites e alterá-los para promover a inclusão de outros grupos, como as pessoas com deficiência. É preciso remover as barreiras e obstáculos que eles enfrentam na vivência em ambientes educacionais.

A Lei brasileira n. 13.146, de 6 de julho de 2015, tornou obrigatório a ampla Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Esta lei é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Mesmo com essa legislação vigente, na educação, segundo os últimos dados do censo do IBGE (2010), o número de não alfabetizados entre pessoas com deficiência corresponde ainda a 18,3%. Esta porcentagem representa o dobro se comparada com os dados do total de analfabetos no Brasil que é de 9,4% da população. Quanto ao grau de escolaridade, 14,2% da população com deficiência têm ensino fundamental completo, 17,7% têm o ensino médio completo e apenas 6,7% têm o ensino superior completo.

Esse baixo índice educacional por parte das pessoas com deficiência, expressa uma situação de exclusão. Esta realidade é resultado do sistema social. Desta forma, como afirma Freitag (1986), ao mesmo tempo que o sistema educacional promove aqueles que, segundo seus padrões e mecanismos de seleção, se demonstram aptos a participarem dos privilégios e do uso da força, ele cria, sob aparência de neutralidade, os sistemas de pensamentos que legitimam a exclusão dos não-privilegiados, convencendo-os a se submeterem à dominação, sem que percebam que o fazem.

Paulo Freire (2001) refere-se às condições de exclusão, a que são submetidas as classes populares, os oprimidos, denominando de “situações-limite”, ou seja, obstáculos ou barreiras que precisam ser vencidos, mas que se encontram vinculados à vida pessoal e social do indivíduo. Segundo ele, o enfrentamento dessas situações pode ser percebido de duas maneiras por essas pessoas: uma maneira conformista, quando um obstáculo é percebido, mas não podem ou não querem transpor, ou de maneira de persistência, quando percebem os obstáculos e entendem que precisam ser rompidos e então se empenham na sua superação.

Porém, as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência, principalmente na educação, são grandes. Como aborda Enguita (1989), “[...] o êxito escolar, por exemplo, requer um alto grau de adesão aos fins, aos meios e aos valores da Instituição que nem todos os estudantes apresentam.” Se essa análise é feita a partir da população em geral, como devemos entender os problemas de inclusão e superação vividos por alunos com deficiência que tentam se enquadrar em um sistema de ensino vigente?

Como afirma Freitag (1986), a educação é concebida como agente de democratização da sociedade. Ela pressupõe indivíduos que tenham oportunidades iguais, dentro de uma sociedade livre e igualitária. É nas instituições de ensino, como nas universidades que as práticas democráticas são adquiridas, fortalecidas e reproduzidas.

Dentro deste contexto, as universidades também devem tornar seus espaços acessíveis. A própria palavra “Universidade” remete ao conceito de qualidade ou condição de "universal", e podemos interpretar que o conhecimento é um direito de todos. Assim, estes espaços são importantes para servir como exemplo e modelo da integração social que ajudam a definir políticas públicas que impactam na construção das cidades. As cidades universalmente acessíveis só são possíveis com o uso das atuais tecnologias e um planejamento urbano fundamentado em atender a todos. A cidade de Berlim na Alemanha, por exemplo, está a mais de dez anos realizando todos os esforços para implementação dos conceitos de acessibilidade e desenho universal na cidade. Segundo projeções, os berlinenses esperam que até 2020 conquistem o título de *Access City* com o *slogan* Berlim para todos.

Não podemos esquecer, que nos dias de hoje, a acessibilidade digital torna-se também de grande importância na inclusão social, o que muitos autores chamam de a inclusão digital. Atualmente, as leis contemplam também a obrigatoriedade da

acessibilidade digital e isto inclui, qualquer tipo de documento digital, como por exemplo: sites comerciais, institucionais, governamentais; livros eletrônicos (e-books); cursos a distância (EaD).

Portanto, é um desafio para a educação no mundo globalizado conscientizar as sociedades através dos conceitos da acessibilidade universal que representam processos sempre em construção e que vêm evoluindo desde suas origens no sentido de buscar sempre a igualdade e a inclusão social.

4.5 CONCLUSÕES SOBRE O CAPÍTULO

O Brasil produziu avanços nas questões sobre pessoas com deficiência quase sempre influenciada por movimentos internacionais. Se no período de Dom Pedro II as primeiras instituições de assistência aos meninos cegos e surdos surgiram por influências francesas, no período da República brasileira as evoluções normativas sobre os direitos das PcD estão muito ligadas as promoções de iniciativa da ONU.

Antes da ratificação da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência pelo Brasil e sua promulgação através do Decreto Federal n. 6.949 de 25 de agosto de 2009, percebe-se que todas as normativas anteriores que tratam sobre pessoas com deficiência redigiram diferentes abordagens de definição sobre PcD.

A falta de uma referência universal sobre essas pessoas fez as leis utilizarem definições por conveniência segundo condições e interesses variados para cada campo abordado nas normativas. Assim, do ponto de vista das leis que envolvem questões financeiras, por exemplo, nota-se que as definições utilizam conceitos oriundos do campo médico-científico como forma de categorizar, delimitar e, de certa forma, reduzir o conjunto social. Se as definições fossem muito abrangentes compreenderiam grupos sociais maiores e isso significa valores econômicos maiores. Já as normas de políticas inclusivas, utilizam-se de definições de deficiência mais amplas com foco na autonomia dos indivíduos.

E, no campo da Educação, as definições sobre pessoas com deficiência são relacionadas a capacidade de acompanhamento do sistema padrão de ensino.

Quadro 6 – Compilação dos principais acontecimentos históricos sobre a PcD no Brasil

Cronologia dos marcos dos direitos da Pessoa com Deficiência no Brasil	
1854	17 de setembro de 1854 – por iniciativa do Imperador Dom Pedro II, é inaugurado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos.
1857	26 de setembro de 1857 – por iniciativa do Imperador Dom Pedro II, é inaugurado o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos.
1868	29 de julho de 1868 – Inaugurado o Asilo dos Inválidos da Pátria destinado ao abrigo e proteção dos soldados feridos e mutilados de guerra.
1954	11 de dezembro de 1954 – é criada a 1ª Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)
1961	20 de dezembro de 1961 – L.F. 4.024, fixava as diretrizes e bases da educação nacional e incluiu um capítulo sobre a “Educação de Excepcionais”. Primeira lei do Brasil república a se referir a pessoa com deficiência.
1973	4 de julho de 1973 – Decreto 72.425, do Ministério da Educação cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP).
1975	9 de dezembro de 1975 – a Assembleia Geral da ONU proclama a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes.
1981	1976 – A ONU proclama 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes.
1982	3 de dezembro de 1982 – A ONU implementa o Programa de Ações Mundial e na mesma resolução proclama 1983-1992 como a década das Nações Unidas para Pessoas Deficientes.
1985	1º de setembro de 1985 – NBR 9050 sobre adequação de edificações e mobiliário urbano. Primeira publicação nacional, mesmo sem valor legal, a trazer definição da pessoa com deficiência.
1985	12 de novembro de 1985 – L.F. 7.405, torna obrigatório a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam a utilização.
1986	29 de outubro de 1986 – Decreto 93.481 é criada a Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).
1988	5 de outubro de 1988 – a atual Constituição Brasileira garante igualdade de direitos e oportunidade a todas as pessoas.
1989	24 de outubro de 1989 – L.F. 7.853 criminaliza o preconceito e confere ao Ministério Público a tarefa de defender os direitos da Pessoa com Deficiência.
1992	1992 – A ONU estabelece o dia 3 de dezembro como o Dia Internacional das Pessoas Deficientes.
1993	6 de setembro de 1993 – Decreto 914, institui a 1ª Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
1994	1994 – Publicado a Política Nacional de Educação Especial.
1999	1º de junho de 1999 – Decreto 3.076, cria, no âmbito do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE).
2000	8 de novembro de 2000 – L.F. 10.048, dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e obesos.
2000	19 de dezembro de 2000 – L.F. 10.098, conhecida como a Lei da Acessibilidade.
2001	8 de outubro de 2001 – Decreto 3.956 (Convenção da Guatemala), promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
2002	24 de abril de 2002 – L.F. 10.436, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras)
2003	Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, promovido pela Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação (MEC).
2005	27 de junho de 2005, L.F. 11.126, dispõe sobre o direito do uso de cão-guia.
2005	14 de julho de 2005 – L.F. 11.133 institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, celebrado em 21 de setembro.
2005	Criação dos Núcleos de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) nas Universidades Federais.
2006	13 de dezembro de 2006 – a ONU celebra a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. “implementa-se o termo Pessoa com Deficiência”.
2008	2008 – O Ministério da Educação lança a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
2009	25 de agosto de 2009 – Decreto 6.949, ratifica a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU.
2011	17 de novembro de 2011 – Decreto 7.612, institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
2012	27 de dezembro de 2012 – L.F. 12.764, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

continua

continuação

2015	6 de julho de 2015- L.F. 13.146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
2016	28 de dezembro de 2016 – L.F. 13.409, inclui a pessoa com deficiência na L.F. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

Fonte 1 Elaborado pelo autor (2019).

5 A UTFPR

Este capítulo aborda o estudo de alunos com deficiência no campus Curitiba da UTFPR entre os anos de 1999 a 2019. O intuito da pesquisa foi gerar conhecimento sobre o ingresso de discentes com deficiência na Instituição, na forma de dados quantitativos e qualitativos. Eles foram analisados e permitiram mensurar a importância das políticas públicas no processo de inclusão e acessibilidade. A pesquisa focou no processo de acesso dos alunos na Instituição, com levantamentos em fontes primárias e secundárias dos processos seletivos de entrada e registros de alunos.

Foram coletados dados dos editais de vestibular nos acervos físicos da Instituição entre os anos do recorte temporal da pesquisa. O levantamento de dados sobre os alunos matriculados foi realizado no Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), e as informações foram retiradas do Sistema Corporativo da UTFPR. Todos os documentos estão armazenados na sede Centro do campus Curitiba.

Esta pesquisa decorreu pelos meses de maio a dezembro de 2019. Ela foi possível em função da colaboração de profissionais servidores públicos que aprovaram a pesquisa e cederam o acesso aos dados. O levantamento se mostrou inédito na Instituição. O ordenamento dos dados foi feito em planilhas, e trabalhados com os recursos do programa Microsoft Excel.

5.1 BREVE HISTÓRIA DA UTFPR

A Instituição tem origem com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em várias capitais do país pelo então presidente Nilo Peçanha em 23 de setembro de 1909. No Paraná, a escola foi inaugurada no dia 16 de janeiro de 1910, em um prédio da Praça Carlos Gomes na cidade de Curitiba (UTFPR, 2010). Esta escola de aprendizes era destinada ao ensino de meninos pobres, que recebiam conhecimentos elementares (ensino primário) pela manhã, e no período da tarde aprendiam ofícios como alfaiataria, sapataria, carpintaria, marcenaria e serralheria, alguns anos mais

tarde também em pintura e esculturas ornamentais. Inicialmente havia 45 alunos matriculados na escola, mas o aumento no número de estudantes levou a Instituição a se transferir em 1936 para uma sede maior, a atual sede Centro do Campus Curitiba (Escola Técnica Federal do Paraná, 1972).

Com uma nova sede e o ensino tornando-se cada vez mais profissional, em 1937 a escola muda sua denominação para Liceu Industrial do Paraná que começa a ministrar o ensino de primeiro grau. Em 1942 foi instituída uma rede federal de instituições de ensino industrial e o Liceu passou a se chamar Escola Técnica de Curitiba. No ano a seguir iniciam os primeiros cursos técnicos: curso de Construção de Máquinas e Motores, curso em Edificações, curso de Desenho Técnico e Decoração de Interiores (UTFPR, 2010).

Em 1959 a escola ganhou maior autonomia e passou a chamar-se Escola Técnica Federal do Paraná. Em 1974, foram implantados os primeiros cursos de Engenharia de Operação (Construção Civil e Elétrica), de curta duração. Com essa evolução, em 1978 a Instituição foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR), passando a ministrar cursos de graduação plena. A partir da oferta de cursos superiores a Instituição cresceu durante as décadas de 1980 e 1990 com a criação de programas de pós-graduação (PPGs) (UTFPR, 2010).

Durante a década de 1990 o então Cefet, expandiu sua rede de ensino com a criação de diversos *campi* no interior do Paraná. Em 1996, com a Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE), que não permitia mais cursos técnicos integrados, a Instituição decide por implantar o ensino médio e criar cursos de tecnologia. Em 1998, também por forças da LDBE, inicia-se o projeto para transformar a Instituição em universidade. Após sete anos de preparações o Governo Federal converte o projeto na L.F. n. 11.184, de 7 de outubro de 2005 e a Instituição foi elevada à condição de Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, a primeira universidade com denominação tecnológica do Brasil.

Atualmente, a UTFPR conta com 13 *campi* paranaenses, localizados nas cidades de Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo.

Segundo informações do Relatório de Gestão referente ao ano de 2018 (UTFPR, 2019), neste mesmo ano a Universidade em todos os *campi* somava 29.524 estudantes matriculados nos cursos técnicos e de graduação, destes 22.218 estão

nos cursos de bacharelado, 3.420 nos cursos de tecnologia, 3.182 nas licenciaturas e 704 nos cursos técnicos integrados.

5.2 O CAMPUS CURITIBA

O campus Curitiba é o mais antigo da Universidade, fundado em 1909. O campus tem uma importância não só histórica como numérica em toda a Universidade. Em 2017, do total de 152.355 candidatos inscritos para os processos seletivos em todos os 13 *campi* da UTFPR, o Campus Curitiba representou, 43% ou 66.424 candidatos inscritos (UTFPR, 2019). O campus oferta mais vagas e cursos que qualquer outro e atualmente conta com 783 docentes, 219 técnicos administrativos em educação, 236 trabalhadores terceirizados, 11.624 estudantes sendo 423 de cursos técnicos integrados, 8.047 em graduação, 1.799 em nível de especialização, 1.022 em nível de mestrado e 352 em nível de doutorado. Além disso o campus oferta 26 cursos de graduação, 21 cursos de especialização, 17 cursos de mestrado e quatro cursos de doutorado (UTFPR, 2019).

O ingresso nos cursos de graduação do Campus Curitiba da UTFPR acontece através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) realizado pelo Ministério da Educação (MEC) com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) desde o primeiro semestre de 2010. Segundo informações dos Relatórios de Gestão da UTFPR, nos últimos anos a quantidade de candidatos inscritos vem decrescendo. Em 2015 e 2016, haviam 194.027 e 154.376 candidatos inscritos na graduação respectivamente, em 2017 o número baixou para 152.355, e em 2018 foram 92.033 candidatos. Com relação as proporções de candidato/vaga (RCV), os cursos mais procurados na UTFPR estão em Curitiba, dos quais destaca-se o curso de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Tecnologia em Design Gráfico, Engenharia Mecânica e Educação Física (UTFPR, 2019).

Tabela 6 – Comparação entre os números da UTFPR e do Campus Curitiba

	Vagas ofertadas	Qtde. docentes	Qtde. alunos	Qtde. inscritos
UTFPR	8.926	2.778	33.435	92.033*
Campus Curitiba	2.092	783	11.624	38.462*

Fonte: Elaborado pelo autor (2019), com base nas informações do Relatório de Gestão Mais UTFPR 2019-2020. *dados retirados do Relatório de Autoavaliação Institucional da UTFPR – 2018.

Até o ano de 2009 a Comissão de Aplicação e Fiscalização do Concurso Vestibular da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CAFCV/UTFPR) foi

responsável pela confecção e aplicação do exame de seleção e do processo seletivo/concurso vestibular que ocorriam desde 1974 (MATUICHUK, 2009).

Porém, nos editais dos vestibulares, apenas a partir do ano de 2002, começaram a constar a condição de Bancas Especiais para a realização do vestibular para aqueles que solicitassem atendimento ou condições especiais de prova. Essa Comissão, então, ficava encarregada de auxiliar o processo de atendimento de alunos com deficiência, além os candidatos gestantes, lactantes, acidentados, pessoas com moléstias contagiosas, e outros.

No ano de 2005 foi acrescentado ao Questionário Sócio-Educacional, aplicado a todos os candidatos inscritos para os vestibulares, a pergunta: “Você é portador de deficiência?”. Neste mesmo ano inicia-se a implantação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) em diversas instituições federais. No Campus Curitiba, o NAPNE inicia suas atividades em 2005 e em 2007 começa a compartilhar espaço físico junto ao Programa de Tecnologia Assistiva (PROTA). Este, por sua vez, trabalhava com o desenvolvimento de tecnologias assistivas, e somava esforços e as condições necessárias para atender aos alunos e aos professores (MATUICHUK, 2009).

Por longo tempo, o Campus Curitiba da UTFPR ficou conhecido por suas atividades de produção e a manutenção de bengalas articuladas para cegos, desde 1982. Também se realizava a manutenção de máquinas de escrever em *Braille* e com a implantação do PROTA inúmeras iniciativas e projetos relacionados a acessibilidade e tecnologias assistivas foram desenvolvidos (Ibidem).

5.3 DISCENTES COM DEFICIÊNCIA NO CAMPUS CURITIBA

A pesquisa do levantamento dos alunos teve início com a tentativa de responder à pergunta: Quantos alunos com deficiência já passaram pela universidade?

No caso da UTFPR, a resposta não se apresentou de maneira fácil. Aparentemente, um levantamento como este não havia sido realizado na Instituição até então. Os dados, de certa forma, existiam, porém se mostravam fragmentados dentro dos sistemas de informação da universidade.

Desta forma, o levantamento do histórico de discentes com deficiência no Campus Curitiba da UTFPR dispenderam muito trabalho e tomaram grande importância nesta dissertação, tornando-se um dos eixos principais da pesquisa.

O levantamento e todas as informações sobre os alunos com deficiência do Campus Curitiba foram acompanhados pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) localizado na sede Centro do respectivo campus.

O levantamento ocorreu entre os meses de maio a novembro de 2019, marcados por diversos encontros agendados com a representante do NAPNE, a advogada Xênia Mello. A realização desta pesquisa se estendeu por certo tempo devido à dependência de diversos fatores como: a compatibilização de horários para os encontros, as informações descentralizadas no sistema da UTFPR, o pedido de solicitação para visualização de histórico mais antigo no sistema, a necessidade de organização dos dados, dentre outros.

As fontes de dados foram extraídas de diferentes bancos de informação contidas no Sistema Corporativo do Campus Curitiba da UTFPR em forma de listas de alunos.

Para a organização dos dados, foi projetada uma planilha em plataforma Excel onde foram divididas informações por colunas, formadas por temas selecionados segundo a importância e também pela possibilidade de padronização das informações contidas nas diferentes listas das fontes de alunos.

Por meio de sistema de programação, a planilha foi alimentada com fórmulas para criação de cálculos automáticos, listas suspensas e cruzamento de dados com a finalidade de traduzir valores, facilitar o preenchimento e as atualizações futuras. Por meio desta planilha, tornou-se possível analisar os alunos com deficiência que ingressaram no Campus Curitiba da UTFPR entre os anos de 1999 a 2019 por diversos filtros e categorias.

A criação da planilha foi projetada levando em consideração também a sua utilização pelo NAPNE no acompanhamento, gerenciamento e controle dos alunos com deficiência que passam pela Instituição.

Desta forma, esta pesquisa encontrou grande motivação por realizar um trabalho inédito dentro da Instituição e que resulta em importantes contribuições à Universidade. O levantamento permite uma nova leitura histórica e contribui com o resguardo da memória da UTFPR. Também ajuda a formar novas bases de dados para futuras pesquisas e pesquisadores, restando este trabalho como um legado.

5.3.1 Levantamento de dados

Ao todo o levantamento apurou 412 matrículas de alunos declarados com deficiência entre o primeiro semestre de 1999 ao segundo semestre de 2019, representado por 373 alunos. Esta diferença entre o número de alunos e matrículas se dá pelo fato de que alguns alunos se matricularam em mais de um curso em suas passagens pela Instituição, mais precisamente 35 alunos apresentaram mais de uma matrícula nas listas analisadas. Destes, 31 alunos constam com duas matrículas e quatro alunos aparecem com três entradas em cursos.

O NAPNE, criado em 2005, faz parte da Diretoria de Graduação e Educação Profissional (DIRGRAD) e do Departamento de Educação (DEPED). Ele é composto por outros dois setores, a saber: o Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil (NUAPE) e o setor de Assistência à Saúde.

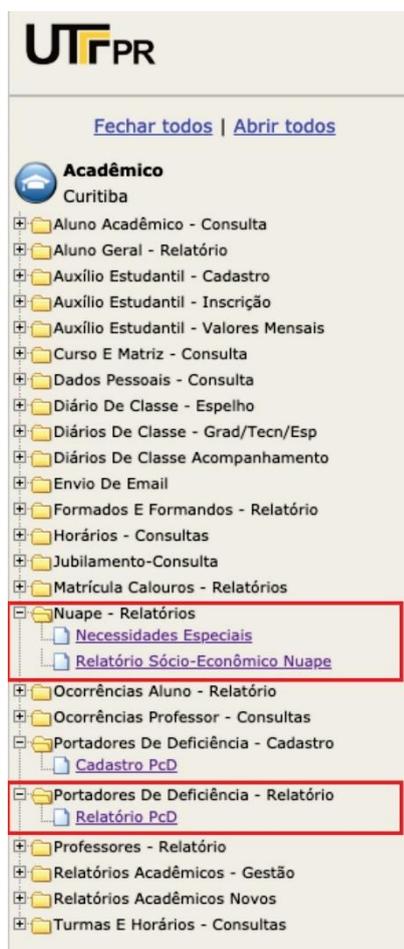
O setor é responsável por todos os alunos com deficiência do campus Curitiba da UTFPR, que é composto por três sedes em localidades diferentes na cidade. O NAPNE está localizado na sede Centro do Campus Curitiba, que ainda atende aos alunos com deficiência das outras duas sedes, do Ecoville e Neoville.

As informações obtidas através do NAPNE estavam presentes dentro do Sistema Corporativo do Campus Curitiba da UTFPR, uma plataforma digital em rede contendo um sistema de informação integrado da Instituição ao qual os funcionários de diversos departamentos têm acesso. Portanto, o levantamento realizado só foi possível graças as informações fornecidas pelo NAPNE, com o acesso aos dados contidos no Sistema Corporativo da UTFPR sobre os discentes com deficiência.

Dentro deste sistema, existiam dois locais, abas na forma de pastas, com informações sobre PcDs que por sua vez continham novas abas que direcionavam às informações desejadas. Por fim, descobriu-se três fontes de informação capazes de gerar listas sobre os alunos com deficiência do campus, conforme mostra a figura 2. Respectivamente as pastas “Nuape – Relatórios” e suas duas subpastas intituladas “Necessidades Especiais” e “Relatório Sócio-Econômico Nuape”; e a pasta “Portadores De Deficiência – Relatório” com a subpasta “Relatório PcD”.

A planilha buscou compatibilizar as informações contidas em três listas das fontes de alunos que permitissem a padronização de dados em uma única lista. Porém, algumas informações presentes em uma lista não apareciam nas outras

Figura 2 – Painel de navegação do Sistema Cooperativo da UTFPR, destacando as pastas que contêm informações sobre os alunos com deficiência



Fonte: Elaborado pelo autor (2019), imagem parcial do Sistema Cooperativo da UTFPR cedido pelo NAPNE.

Cada subpasta, portanto, dava acesso a uma interface de informações a qual se poderia gerar listas segundo as especificidades de interesse.

Logo, percebeu-se que as três listas continham informações distintas, tanto quanto aos alunos com deficiência como também pelos tipos de informação. Concluiu-se, portanto, que as informações contidas em cada interface eram geradas a partir da coleta de dados em momentos distintos durante o processo de ingresso destes alunos à Universidade, o que constituía bancos de dados não interligados. Tal descoberta sobre a diferenciação das listas fontes, ajudou ao NAPNE perceber que existiam alunos declarados com deficiências que ainda não haviam sido contatados, portanto, não estavam tendo acompanhamento. Além disso, constatou-se também uma falta de

integração das informações sobre os alunos com deficiência dentro do próprio sistema da Instituição.

A partir disso, investigaram-se as origens distintas dos dados que formavam as três listagens de alunos. Como mencionado anteriormente, a pasta “Nuape - Relatórios” dava acesso a duas subpastas. A subpasta “Relatório Sócio-Econômico Nuape” é referente a um questionário aplicado aos alunos quando acessam o ambiente virtual do Portal do Aluno, disponível no sitio da Instituição na internet e que contém 27 perguntas (Figura 3).

Figura 4 – Opções de seleção por perguntas do Relatório Sócio-econômico do Nuape

Semestres para comparação: 10 ↓

Opções de filtro

- 01 - Sexo:
- 02 - Você tem Necessidades Educacionais Especiais:
- 03 - Em relação à cor da pele você se considera:
- 04 - Estado Civil:
- 05 - Naturalidade:
- 06 - Estado/Município de origem:
- 07 - Em que localidade da cidade seu domicílio se encontra?
- 08 - Com quem você mora?
- 09 - Você reside em:
- 10 - Número de membros da sua família (que residem com você):
- 11 - Quantas pessoas (contando com você) contribuem para a renda da sua família?
- 12 - A renda total mensal de sua família se situa na faixa de:
- 13 - Qual a sua participação na vida econômica do grupo familiar?
- 14 - Em relação ao trabalho, qual a sua situação:
- 15 - Necessita de trabalhar durante o curso?
- 16 - Como pretende se locomover até a UTFPR durante o seu curso?
- 17 - Qual o grau máximo de escolaridade do seu pai?
- 18 - Qual o grau máximo de escolaridade da sua mãe?
- 19 - Você frequentou ou frequenta cursinho preparatório?
- 20 - Você cursou o Ensino Médio:
- 21 - Você já estudou no antigo CEFET-PR ou na UTFPR?
- 22 - Motivo que o levou a escolher a UTFPR?
- 23 - Principal motivo da escolha do curso:
- 24 - Expectativa com o curso de graduação:
- 25 - Com que frequência você tem acesso a estes meios de informação?
- 26 - Quantos livros em média você costuma ler por ano?
- 27 - Com que frequência você:

Fonte: Imagem parcial do Sistema Cooperativo da UTFPR, cedido pelo NAPNE.

Este questionário é de preenchimento obrigatório, requisito do processo de matrícula e entrada do aluno na Universidade e pode ser respondido a distância por qualquer computador com acesso à internet. O histórico de dados fornecidos, disponíveis para visualização no sistema, em um primeiro momento retrocediam apenas até o segundo semestre de 2014, porém, após uma solicitação aos técnicos de tecnologia da informação responsáveis, foi possível aceder as informações mais antigas a partir do primeiro semestre de 2010.

Dentre as 27 perguntas do questionário, uma delas é: Você tem necessidades educacionais especiais? Em formato de resposta objetiva, as opções são: Sim ou Não. Em caso de resposta positiva, seguem ainda mais duas perguntas: Qual a característica de sua necessidade? Para esta pergunta, aparecem oito opções de

respostas objetivas, podendo o aluno escolher apenas uma delas (Altas Habilidades/Superdotação, Auditiva, Física/Motora, Transtorno de Conduta, Transtorno de Leitura/Escrita, Transtorno Global Do Desenvolvimento, Visual e Outros). Após esta pergunta, segue-se uma última, também objetivo entre Sim ou Não para: **Necessita de acompanhamento especial do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais?**

Figura 6 – Formato de visualização quantitativa do Relatório Sócio-econômico do Nuape para a questão sobre necessidades especiais

Relatório estatístico do Questionário Sócio-Econômico e Étnico-Cultural											
2.0. Você tem Necessidades Educacionais Especiais:											
Não.	2019/1	2018/2	2018/1	2017/2	2017/1	2016/2	2016/1	2015/2	2015/1	2014/2	Total
	1088	1047	1081	1053	1188	1132	1169	1483	1130	1143	11514
Sim.	28	16	37	23	10	8	11	5	9	5	152
2.1. Se SIM, qual a característica de sua necessidade?											
Altas Habilidades/Superdotação.	2019/1	2018/2	2018/1	2017/2	2017/1	2016/2	2016/1	2015/2	2015/1	2014/2	Total
	1	0	4	2	3	0	1	1	2	0	14
Auditiva	5	1	7	6	1	1	1	2	1	1	26
Física/Motora.	11	3	12	4	1	2	2	1	2	1	39
Transtorno De Conduta.	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Transtorno De Leitura / Escrita.	0	3	0	4	0	1	1	1	2	1	13
Transtorno Global Do Desenvolvimento.	2	0	1	0	1	0	1	0	1	0	6
Visual	5	3	9	2	1	0	4	0	0	2	26
Outros	4	6	4	4	3	4	1	0	1	0	27
2.2. Necessita de acompanhamento especial do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais?											
Não.	2019/1	2018/2	2018/1	2017/2	2017/1	2016/2	2016/1	2015/2	2015/1	2014/2	Total
	14	12	21	11	9	7	8	5	7	4	98
Sim.	14	4	16	12	1	1	3	0	2	1	54

Fonte: Imagem parcial do Sistema Cooperativo da UTFPR, cedido pelo NAPNE.

Portanto, após o preenchimento dos questionários por parte dos alunos, as informações formam este banco de dados o qual é possível fazer a visualização apenas dos alunos que responderam positivamente para esta questão em específico, criando, assim, uma lista de alunos que se autodeclararam com deficiência. Também é possível gerar tabelas quantitativas, porém, vale lembrar que esta não foi a única fonte de informação sobre alunos com deficiência e por isso, basear somente pelas informações geradas a partir deste relatório não garante o conhecimento pleno sobre os discentes.

Além disso, vale destacar outras duas situações sobre este relatório. A primeira é a pouca variedade de opções de escolha, ou de categorias de deficiência, que restringem a resposta dos alunos. Esta situação cria problemas de identificação, pois deficiências não contempladas, como Espectro Autista por exemplo, se tornam de difícil respondência. Assim, a opção de resposta “Outros” acaba formando um grupo vasto composto por inúmeras outras deficiências que acabam por não serem relatadas no sistema. Assim é destacado o fato de não existir um campo de preenchimento livre para a possibilidade de uma descrição específica de deficiência por parte dos alunos. Uma outra situação levantada, é com relação a interpretação da

pergunta “Você tem necessidades educacionais especiais?”, a qual os alunos ao responderem individualmente podem acabar por considerar “necessidades educacionais especiais”, questões de necessidade de auxílio financeiro, por exemplo. Desta forma, a opção de resposta “outros” pode conter pessoas que responderam por engano. No entanto, a única forma de esclarecer se realmente se tratam de alunos com deficiência é estabelecendo contato com todos os alunos que respondem afirmativamente a esta questão.

A segunda fonte de informações é na subpasta “Necessidades Especiais” também contida na pasta “Nuape -Relatórios”. Primeiramente, pensou-se que as informações nesta seção eram abastecidas pelo Departamento de Registros Acadêmicos (DERAC) do Campus Curitiba, ou Secretaria Acadêmica. Porém, conversando com funcionários do setor, foi revelado que em nenhum momento do processo de inscrição ou matrícula dos alunos é coletada alguma informação sobre condição de deficiência, afirmando que esta informação é coletada somente com o NAPNE. No entanto, o NAPNE também não reconhece a fonte destes dados. Assim, esta é a única das três listas fontes ao qual, até o fechamento deste trabalho, não se conseguiu determinar a origem da coleta das informações.

Esta seção, por estar na mesma pasta da aba do Relatório Socioeconômico devem ter alguma similaridade na alimentação de dados. Assim como no caso anterior, essa subpasta também possuía dados históricos a partir do segundo semestre de 2014, mas após a solicitação aos técnicos de tecnologia de informação, para visualizar histórico maior, foi possível aceder a informações a partir do primeiro semestre de 1999, data esta que motivou o recorte temporal desta dissertação.

No entanto, diferente da pasta do Relatório descrito anteriormente, as informações da aba “Necessidades Especiais” só são visíveis até o primeiro semestre de 2017. Isto porque após o início do ingresso de alunos com deficiência pelo sistema de cotas no segundo semestre de 2017, esta lista parece ter sido interrompida, e substituída com a criação da terceira lista que contém dados a partir do segundo semestre de 2017. Sobre esta lista, ela será descrita adiante.

Outra diferença entre as duas bases de informação na pasta “Nuape - Relatórios” é que a lista gerada por alunos auto declarantes com deficiência a partir do questionário é muito maior do que a gerada pela base da subpasta “Necessidades Especiais”. Uma hipótese que se pensou foi que o processo de coleta de informações para a formação da lista “Necessidades Especiais” era presencial, e por isso um

processo menos confortável se comparado com preenchimento de informações a distância, onde os alunos talvez sintam maior privacidade. Porém, a situação mais provável, mas que não se pode confirmar, é que a base de dados da subpasta “Necessidades Especiais” é alimentada em algum momento, após a resposta no questionário socioeconômico relacionada a terceira pergunta: “Necessita de acompanhamento especial do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais?”. Os alunos devem ser contatados pela universidade, por telefone ou e-mail e, provavelmente, estas informações formam a lista que contém menos alunos. No entanto, a hipótese não explica porque alguns dos nomes dos alunos não estão na subpasta “Relatório Sócio-Econômico Nuape”, mas se encontram na subpasta “Necessidades Especial”.

Por fim, a terceira fonte de informações sobre discentes com deficiência é referente a pasta “Portadores De Deficiência – Relatório” e a sua subpasta “Relatório PcD”. Esta é a base de dados que lista os alunos com deficiência ingressos por cotas na Universidade, e como já comentado anteriormente, é ela que substituiu a base de informações da subpasta “Necessidades Especiais”. Assim, essa terceira lista de alunos com deficiência começou a ser formada somente a partir do segundo semestre de 2017, devido ao ingresso dos primeiros alunos pela Lei de Cotas.

Os dados sobre os primeiros alunos cotistas que ingressaram no segundo semestre de 2017 já apresentou mais alunos que em todos os semestres anteriores. No entanto, esta lista contém apenas os alunos aprovados por cotas. A geração de uma lista exclusiva sobre os alunos cotistas é importante para o acompanhamento dos efeitos e cumprimentos da Lei de Cotas, entretanto, o único processo de coleta de dados para conhecimento dos alunos com deficiência que ingressam por ampla concorrência é a lista gerada a partir dos questionários. Assim, para se ter uma visão global de todos os alunos com deficiência que frequentam a UTFPR, deve-se sempre considerar a soma das listas de alunos geradas pelo questionário e a lista gerada pelos alunos cotistas.

Como o sistema não integra as informações contidas nessas fontes, para o conhecimento do histórico de todos os alunos e para o conhecimento do total de alunos matriculados no presente, este trabalho precisou compilar manualmente as diversas listas fontes. Após a identificação dos diferentes locais de armazenamentos de dados, as listas de informações foram extraídas. Para o cruzamento dos dados em uma única planilha, determinou-se um padrão de informações a partir da qualidade de

dados contidas em cada uma das três listas, de forma manter apenas as informações semelhantes de cada questionário. Desta forma, a planilha unificada conseguiu reunir as seguintes informações padronizadas sobre os alunos com deficiência da UTFPR: nome; data de nascimento; gênero; curso; semestre e ano de entrada na universidade; situação de matrícula; tipo de deficiência; semestre e ano de saída da universidade; acesso por cotas; número do aluno; contato (ver Figura 8).

Figura 8 – Vista parcial da Planilha dos alunos com deficiência do campus Curitiba da UTFPR, elaborada pelo autor, mostrando sua forma de organização, interface e alguns dos campos de preenchimento

Planilha de Alunos com Deficiência na UTFPR INSERIR DATA ATUALIZADA: 30/11/2019

SEMESTRE ANO DE ENTRADA	SITUAÇÃO DA MATRÍCULA	ALUNO	GÊNERO	DATA DE NASCIMENTO	IDADE	CURSO	DEFICIÊNCIA	SEMESTRE ANO DE SAÍDA	TEMPO NA UTFPR (ANOS)	ACESSO POR COTAS	OBSERVAÇÕES
2 2019	Regular	[Redacted]	Masculino	15/11/1993	26	Arquitetura e Urbanismo [239]	Auditiva	2 Cursando 2019	0,5	Sim	na vida acadêmica. Já ingr
2 2019	Regular	[Redacted]	Feminino	09/02/1999	20	Licenciatura Física [235]	Transtorno Global do Desenvolvimento	2 Cursando 2019	0,5	Sim	Síndrome de Asperger
1 2019	Desistente	[Redacted]	Masculino	27/05/1986	33	Engenharia Mecatronica [341]	Visual (Visão monocular)	1 2019	0,5	Sim	
2 2019	Trancado	[Redacted]	Masculino	18/03/1983	36	Sistema de Informação [235]	Deficiência física (Tetraplegia)	2 2019	0,5	Sim	
1 2019	Regular	[Redacted]	Masculino	08/02/1995	24	Comunicação Organizacional [298]	Auditiva (Baixa audição)	2 Cursando 2019	1	Sim	
1 2019	Trancado	[Redacted]	Masculino	14/02/1995	24	Engenharia Mecânica [233]	Auditiva (Baixa audição)	1 2019	0,5	Sim	
1 2019	Trancado	[Redacted]	Feminino	31/01/1999	20	Engenharia de Construção/Automação [239]	Auditiva (Surdez)	1 2019	0,5	Sim	
1 2019	Regular	[Redacted]	Feminino	01/05/1998	21	Arquitetura e Urbanismo [239]	Deficiência física (Motora)	2 Cursando 2019	1	Sim	
1 2019	Desistente	[Redacted]	Masculino	28/02/1994	25	Design [213]	Deficiência física (Motora)	2 Cursando 2019	1	Sim	
2 2019	Regular	[Redacted]	Masculino	28/02/1994	25	Licenciatura Letras Inglês [340]	Deficiência física (Motora)	2 Cursando 2019	0,5	Sim	

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quadro 7 – Características das três pastas fontes de informações sobre alunos com deficiência no Sistema Cooperativo da UTFPR

Listas Fontes	Histórico	Quantidade de alunos	Falta de informação
Relatório Sócio-Econômico Nuape	1º semestre 2010 até o 2º semestre 2019	229	-
Necessidades Especiais	1º semestre de 1999 ao 1º semestre de 2017	194	Data de nascimento, data de desligamento da universidade
Relatório PcD	2º semestre 2017 até 2º semestre 2019	129	Data de nascimento, data de desligamento da universidade, tipo de deficiência

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O quadro acima (Quadro 7) resume as diferenças das informações presentes em cada subpasta no Sistema da UTFPR utilizadas no levantamento. Com relação aos dados históricos de cada fonte, a subpasta “Relatório Sócio-Econômico Nuape” possui dados a partir do primeiro semestre de 2010, provavelmente data do início da aplicação dos questionários aos alunos ingressantes e ainda recebe atualizações com a entrada de novos alunos. Já a subpasta “Necessidades Especiais” permitiu uma

visualização de dados mais antiga, mas como dito anteriormente não ficou conhecido a forma de coleta destas informações e ela foi interrompida no ano de 2017. E por último a subpasta “Relatório PcD” com dados a partir do segundo semestre de 2017, criada no momento do ingresso dos primeiros alunos com deficiência cotistas e também atualizada a cada entrada de novos alunos com deficiência por cotas.

Com relação ao quantitativo de alunos apontado no quadro, que somam 552 alunos, esclarece-se que frequentemente nomes contidos no “Relatório Sócio-Econômico Nuape” também aparecem nas outras fontes. Isto porque o relatório é de preenchimento obrigatório por todos os alunos ingressantes na Instituição, sejam eles por cotas ou por ampla concorrência. Nisto, é comum a repetição de alunos nestas listas, mas que este trabalho teve o cuidado de analisar e não contabilizar repetições. Além disso, atenta-se, novamente, para o fato de haver alguns alunos que se matricularam em mais de um curso ao longo dos anos, gerando a discrepância entre o número de matrículas com o número de alunos.

Neste contexto, como dito já no início deste capítulo, o levantamento apurou um total de 412 matrículas que correspondem a um total de 373 alunos com deficiência no Campus Curitiba da UTFPR, entre os períodos do primeiro semestre de 1999 ao segundo semestre de 2019, compreendendo, portanto, um intervalo de 20 anos.

Para finalizar os comentários sobre estas listas, destaca-se as diferenças de informações sobre os alunos fornecidas pelas listas. Assim, as listas geradas a partir do “Relatório Sócio-Econômico Nuape” apresentaram maior número de informações, que acabaram por formar o padrão de preenchimento da nova planilha. Assim, o padrão de informações foi: nome (ao qual se pode, de certa forma, identificar o gênero, e em caso de dúvidas utilizou-se identificação pela fotografia do aluno no sistema), data de nascimento, semestre de ingresso na universidade, situação de matrícula, curso, categoria de deficiência e, no caso dos que por algum motivo se desligaram da universidade, seja por conclusão de curso ou desistência, o semestre de saída.

Os alunos presentes na lista “Necessidades Especiais” apresentavam em grande parte as qualidades de informação da lista gerada pelos relatórios, porém sem constar a data de nascimento, o que não permite analisar por idade, e data de saída da Instituição, o que não permite calcular, por exemplo, o tempo de permanência na Instituição.

Já a lista do gerada a partir do “Relatório PcD” sobre os alunos cotistas, possui menos informações, que além da falta das datas de nascimento e data de desligamento da Instituição, ainda não apresenta a descrição das deficiências, constando apenas a categoria da cota ao qual o candidato se inscreveu.

Mas, assim como anunciado antes, muitos alunos que constam na lista do “Relatório PcD” ou na lista “Necessidades Especiais” e possuem informações faltantes, respondem afirmativamente à questão “Você tem necessidades educacionais especiais?”, no Relatório Sócio-Econômico, a lista com mais dados. Isto possibilitou explorar e complementar informações toda vez que havia dados faltantes.

Desta forma, dos 373 alunos levantados, 306 possuem alguma descrição sobre suas deficiências, e somente 67 alunos ficam sem este dado.

Além da questão da deficiência, outras informações que ficaram faltando foram a idade, ou seja, 73 matrículas não têm informação de data de nascimento, o que corresponde a 64 alunos. E, a questão da data do desligamento da Instituição, onde 61 matrículas não foram possíveis serem preenchidas com a informação da data de saída, o que correspondente a 58 alunos. Da intersecção destas características, entre estes dois grupos apresentados, 52 matrículas não apresentam nem a informação de data de nascimento e nem data de saída da universidade, o que corresponde a 49 pessoas. E, de toda a planilha de alunos, apenas um único aluno não foi possível conhecer nem a data de nascimento e nem o tipo de deficiência, e este aluno encontra-se com situação de desistente.

Apontada as condições do levantamento, a seguir são descritas algumas análises e estatísticas retiradas a partir da planilha montada.

Tabela 7 – Quantitativo de matrículas dos alunos com deficiência do campus Curitiba entre os anos 1999 a 2019 por gênero e situação acadêmica

		Formados	Regular (Cursando)	Desligados
Total de matrículas	412	77	124	211
Homens	284	57	78	149
Mulheres	128	20	46	62

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Tabela 8 – Quantitativo de alunos com deficiência auditiva do campus Curitiba entre os anos de 1999 a 2019 por gênero e situação acadêmica

	Auditiva	Auditiva (baixa audição)	Auditiva (surdez)	TOTAL
Total de alunos	34	12	5	51
Homens	24	9	1	34
Mulheres	10	3	4	17

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Tabela 9 – Quantitativo de alunos com deficiência visual do campus Curitiba entre os anos de 1999 a 2019 por gênero e situação acadêmica

	Visual	Visual (baixa visão)	Visual (visão monocular)	Visual (cegueira)	TOTAL
Total de alunos	16	36	17	2	71
Homens	10	28	12	2	52
Mulheres	6	8	5	0	19

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Tabela 10 – Quantitativo de alunos com deficiência física do campus Curitiba entre os anos 1999 a 2019 por gênero e situação acadêmica

	Deficiência Física	Deficiência Física (Motora)	Deficiência Física (Cadeirante)	TOTAL
Total de alunos	28	35	2	65
Homens	15	21	1	37
Mulheres	13	14	1	28

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Tabela 11 – Quantitativo de alunos com deficiências intelectuais do campus Curitiba entre os anos 1999 a 2019 por gênero e situação acadêmica

	Autismo	Altas Habilidades	Transtorno da Leitura e Escrita	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade	Transtorno Global do Desenvolvimento	TOTAL
Total de alunos	11	12	13	4	4	44
Homens	8	10	9	0	2	29
Mulheres	3	2	4	4	2	15

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Tabela 12 – Quantitativo de alunos com outras deficiências no campus Curitiba entre os anos 1999 a 2019 por gênero e situação acadêmica

	Def. Múltipla	Def. Física (Tetraplegia)	Transtorno de Conduta	Esquizofrenia	Readaptação	Transplantado	TOTAL
Total de alunos	2	1	1	2	1	1	8
Homens	1	1	1	2	0	1	6
Mulheres	1	0	0	0	1	0	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Tabela 13 – Quantitativo de alunos com deficiência entre os anos 1999 a 2019 do campus Curitiba que responderam "outros" no questionário sócio-econômico do Nuape

	Outros
Total de alunos	67
Homens	48
Mulheres	19

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

5.3.2 Análises

Dadas as características da plataforma Excel, tornou-se possível gerar automaticamente informações extras como idade dos alunos, tempo de permanência na Universidade além de conseguir gerar diversos estudos estatísticos que podem ainda ser analisados por categorias como gênero, idade dos alunos, cursos e tipo de deficiência.

Das 412 matrículas, 33 ocorreram em nível de pós-graduação e 367 matrículas em nível de Técnico Integrado, Tecnologia e de Graduação (bacharelados e licenciaturas), entre os anos 1999 a 2019. Ressalta-se que 12 matrículas foram excluídas das amostras a seguir por não serem compreensíveis as designações dos cursos.

Tabela 14 – Quantitativo das matrículas de alunos com deficiência entre os anos 1999 a 2019 do campus Curitiba por gênero, graus acadêmicos e situações acadêmicas

	Técnico Integrado				Tecnologia				Graduação			
	Cursando	Desligados	Formados	Total	Cursando	Desligados	Formados	Total	Cursando	Desligados	Formados	Total
Total de matrículas	2	7	13	22	8	39	22	69	96	150	30	276
Homens	2	6	12	20	2	29	14	45	62	103	26	191
Mulheres	0	1	1	2	6	10	8	24	34	47	4	85

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Tabela 15 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em pós-graduação entre os anos 1999 a 2019 do campus Curitiba por gênero, títulos e situação acadêmica

	Especialização				Mestrado				Doutorado			
	Cursando	Desligados	Formados	Total	Cursando	Desligados	Formados	Total	Cursando	Desligados	Formados	Total
Total de matrículas	1	2	1	4	13	3	11	27	2	0	0	2
Homens	0	2	0	2	10	2	5	17	1	0	0	1
Mulheres	1	0	1	2	3	1	6	10	1	0	0	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quadro 8 – Visualização parcial da Planilha sobre os discentes com deficiência em nível de pós-graduação do campus Curitiba (interface da Planilha)

SEMESTRE ANO DE ENTRADA	SITUAÇÃO DA MATRÍCULA	GÊNERO	CURSO	DEFICIÊNCIA
1 2010	Formado	Feminino	Especialização Design Interiores	Deficiência física
1 2010	Formado	Masculino	Mestrado - PPGTE	Deficiência física
1 2011	Formado	Masculino	Mestrado - PPGCA	Deficiência física
1 2011	Desistente	Masculino	Especialização Erg. Prod. E Proc.	Visual (Baixa visão)
1 2012	Desistente	Feminino	Mestrado - PPGEB	Visual (Baixa visão)
1 2012	Desistente	Masculino	Especialização Eficiência Energetica	Outros
1 2012	Formado	Feminino	Mestrado - Profmat	Deficiência física
1 2013	Formado	Feminino	Mestrado - PPGEB	Auditiva
1 2013	Desistente	Masculino	Mestrado - Profmat	Outros
1 2013	Formado	Feminino	Mestrado - PPGPGP	Deficiência física
1 2013	Formado	Feminino	Mestrado - Profmat	Deficiência física
1 2014	Regular	Masculino	Doutorado - PPGEM	Visual (Baixa visão)
1 2014	Formado	Masculino	Mestrado - PPGPGP	Auditiva
1 2015	Formado	Feminino	Mestrado - PPGEC	Visual (Baixa visão)
1 2016	Formado	Feminino	Mestrado - PPGEC	Outros
1 2016	Formado	Masculino	Mestrado - PPGCA	Deficiência física
1 2017	Formado	Masculino	Mestrado - PPGFA	Visual (Cegueira)
1 2017	Regular	Feminino	Mestrado - PPGTE	Visual (Baixa visão)
1 2017	Regular	Masculino	Mestrado - PPGPGP	Deficiência física
1 2018	Regular	Feminino	Especialização Inov. Tecnol. Educ.	Visual (Baixa visão)
1 2018	Regular	Masculino	Mestrado - CPGEI	Visual (Baixa visão)
1 2018	Regular	Feminino	Doutorado - PPGEC	Visual (Baixa visão)
1 2018	Regular	Masculino	Mestrado - PPGEM	Visual (Baixa visão)
1 2018	Regular	Masculino	Mestrado - PPGEF	Visual (Baixa visão)
1 2018	Regular	Feminino	Mestrado - PPGPGP	Deficiência física
1 2018	Regular	Masculino	Mestrado - PPGEF	Visual (Baixa visão)
1 2018	Regular	Feminino	Mestrado - PPGTE	Deficiência física
1 2019	Regular	Masculino	Mestrado - PPGEM	Visual (Baixa visão)
1 2019	Regular	Masculino	Mestrado - CPGEI	Auditiva
1 2019	Regular	Masculino	Mestrado - PPGEC	Visual (Baixa visão)
1 2019	Regular	Masculino	Mestrado - PPGEM	Deficiência física
1 2019	Regular	Masculino	Mestrado - PPGFCET	Outros
1 2019	Especial	Masculino	Mestrado - PPGFCET	Deficiência física

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Os primeiros registros de alunos com deficiência na pós-graduação são do ano de 2010. Até o momento, foram contabilizados 33 alunos, sendo grande parte deles com matrículas em programas de mestrado. Os programas de pós-graduação registraram um índice de evasão de discentes com deficiência menor que os cursos de nível de graduação. Dos 33 alunos levantados, quatro constam como desistentes, ou seja, 12,12%.

5.3.3 Evasão e retenção

Segundo os dados sobre evasão do Relatório de Gestão de 2018, o índice registrado no ano de 2017 em toda a UTFPR foi de 13,9% (UTFPR, 2019). Este relatório não traz os valores sobre o ano de 2018, porque segundo explicações contidas no Relatório, as evasões são contabilizadas após passados ao menos seis meses do ingresso dos estudantes. Assim, no fechamento do Relatório de Gestão de 2018, ainda não haviam dados sobre os alunos que ingressaram no segundo semestre daquele respectivo ano.

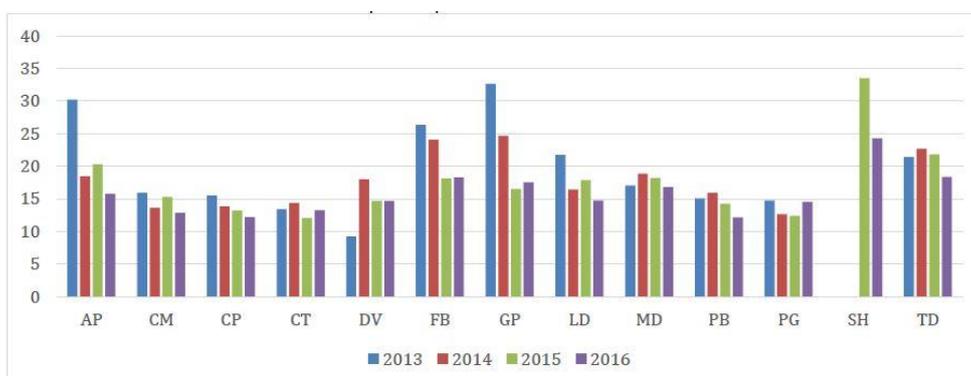
Gráfico 2 – Índice de evasão anual da UTFPR do Relatório de Gestão de 2018



Fonte: Relatório de Gestão de 2018 da UTFPR.

Este relatório também não contém os índices de evasão por campus, mas o Relatório de Gestão de 2017 trazia esses dados sobre o período de 2013 a 2016 em forma de gráfico de barras (Gráfico 2).

Gráfico 3 – Índice de evasão anual por campus da UTFPR do Relatório de Gestão de 2017



Fonte: Relatório de Gestão de 2017 da UTFPR.

Como pode ser observado, mesmos sem ser possível determinar os valores exatos com a leitura do gráfico, constata-se que os índices de evasão no Campus Curitiba, entre 2013 a 2016, sempre registraram valores abaixo de 15% e acima de 10% (UTFPR, 2018).

Então, utilizando como referência os índices apresentados pelo Relatório de Gestão 2018 e 2017 da UTFPR, fez-se uma comparação com os valores de evasão dos discentes com deficiência nos cursos de Graduação calculados com base na Planilha elaborada pelo autor. Ressalta-se que o Relatório não descreve com detalhes a metodologia de cálculo aplicada. Desta forma, para o cálculo da evasão dos alunos com deficiência, foi considerado a proporção do número de matrículas de cada ano com o número de matrículas em estado de desligamento dos respectivos anos. Para esclarecer, considera-se “desligamento”, para este trabalho, as situações de matrículas de alunos que constem como “desistente”, “desistente sem cursar”, “trancado” ou “jubilado”. Também, destaca-se que os valores dos cálculos apresentados a seguir foram arredondados para menos.

No ano de 2014, enquanto o Relatório apontava um índice de 15,3% de evasão na universidade, o grupo dos discentes com deficiência contabilizou 53,8% de evasão. No ano a seguir, em 2015, a Universidade teve uma queda no índice para 14,1% enquanto o índice de evasão dos discentes com deficiência subiu para 57,1%. No ano de 2016 houve nova queda no índice de evasão da Universidade e o índice dos alunos PcD marcou 55% (Gráfico 3).

No ano de 2017, o ano em que se iniciou o sistema de cotas para PcD nas universidades e a UTFPR registrou um recorde de matrículas de alunos com deficiência, enquanto o índice geral de evasão da Universidade teve pouca variação em comparação com o ano anterior, o índice de evasão dos discentes com deficiência sofreu uma grande subida e alcançou os 72% (Gráfico 3).

Os Relatórios de Gestão da UTFPR não apresentaram os valores para o ano de 2018. Porém, este trabalho continuou com os cálculos e para o ano 2018 registrou uma redução no índice de evasão para 69,4% (Gráfico 3).

Segundo o Relatório aponta, para a realização dos cálculos é necessário utilizar dados com no mínimo seis meses após o período das matrículas. Isto porque, comumente, as alterações de situação acadêmica são alteradas durante os períodos de matrículas após os alunos terem cursado o primeiro semestre letivo de seus cursos na Universidade. Neste contexto, não seria indicado realizar o cálculo da evasão dos

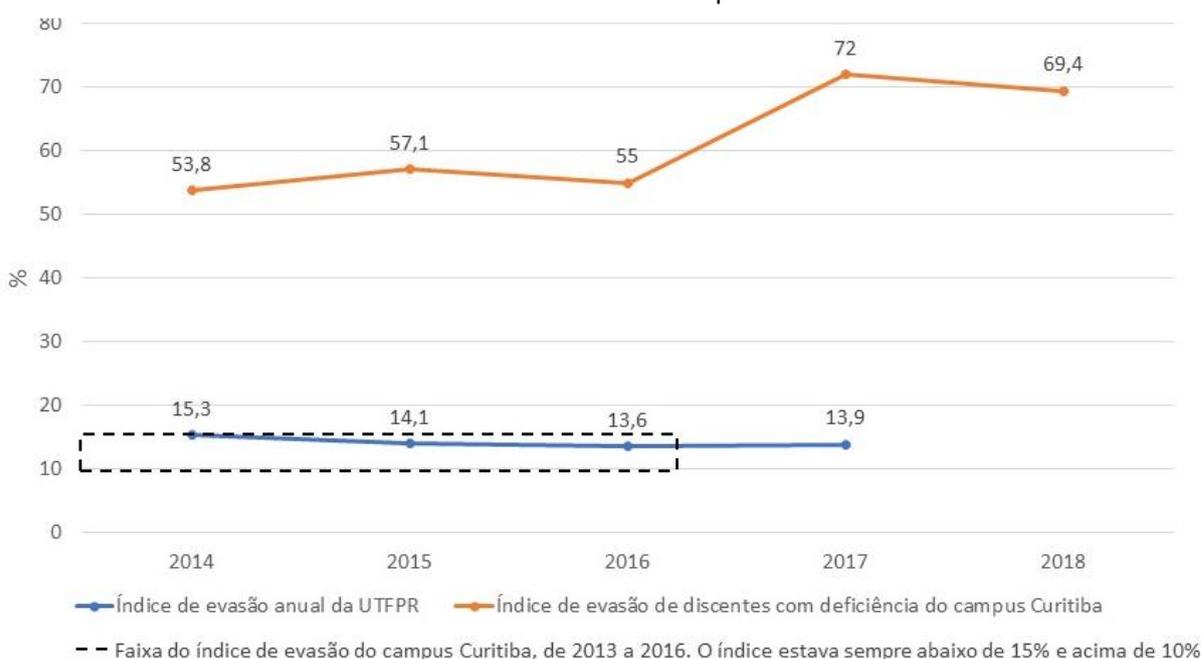
alunos com deficiência do ano de 2019 porque aqueles que ingressaram no segundo semestre de 2019 ainda não terminaram seus períodos letivos, e muitos só irão manifestar alterações de suas matrículas a partir da abertura de novo processo que ocorrerá apenas no início do ano de 2020, para então ser confirmado o desligamento ou não dos cursos.

No entanto, como já era possível realizar o cálculo dos alunos com deficiência com ingresso no primeiro semestre de 2019, experimentou-se também a realização do cálculo geral da evasão dos discentes com deficiência para o ano de 2019. Os cálculos mostraram um índice de evasão, mesmo sem a confirmação final das matrículas, de 35,29%. Este valor já é maior que o dobro do último índice geral de evasão da Universidade, de 2017, que era de 13,9%.

O índice de evasão calculado apenas para os alunos com deficiência do primeiro semestre de 2019 ficou em 55,26%. Já o cálculo de evasão para o segundo semestre de 2019 é, até o momento, 10%.

Realizando um cálculo de evasão abrangendo todo o período do recorte temporal, de 1999 a 2019, o índice de evasão dos discentes com deficiência é 54,78%. Assim, o que se pode perceber, é que o cálculo da evasão dos discentes com deficiência em comparação com os índices mostrados pelo Relatório, para os mesmos anos, sempre se mostraram bastante elevados.

Gráfico 4 – Comparação entre os índices de evasão anual da UTFPR e os índices de evasão dos alunos com deficiência do campus Curitiba



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Como o próprio Relatório aborda, “Tanto a retenção quanto a evasão são fenômenos que apresentam natureza multiforme e envolvem fatores multidimensionais (culturais, sociais, institucionais e individuais)” (UTFPR, 2018). Desta forma, para entender o motivo de tão altos índices de evasão entre os discentes com deficiência, seria preciso uma pesquisa para investigar e acompanhar individualmente cada aluno e ter conhecimento sobre as dificuldades e obstáculos de suas permanências, para então permitir à Universidade realizar ações de retenção que levem os alunos a conclusão de seus cursos.

Sobre os índices de retenção dos discentes com deficiência, do total de matrículas em nível de graduação apuradas pelo levantamento, 302 foram possíveis de se determinar o estado de matrícula com base em períodos e ano. Assim, para estes 302 alunos foi possível calcular o tempo de permanência na Instituição, do momento de ingresso do aluno ao presente (caso esteja em situação regular) ou até o momento de seu desligamento (no caso de alunos que trancaram, desistiram ou jubilaram). Também importante ressaltar que todos os alunos que se encontram desligados, ou seja, desistentes, desistentes sem cursar, trancados ou jubilados, estavam com informações das datas de ingressos e desligamentos da UTFPR, e assim foi possível calcular o tempo de permanência destes alunos na Instituição.

As informações sobre retenção presentes nos Relatórios de Gestão da UTFPR são bastante precisas pois consideram o tempo de permanência dos alunos em relação a duração de cada curso. O estudo sobre o tempo de retenção dos discentes com deficiência não considerou a duração de cada curso e determinou o tempo de cinco anos como padrão de análise, por considerar ser a duração média entre os cursos de graduação atualmente.

Desta forma, deste total de matrículas de graduação, 53 apresentaram valor de permanência igual ou superior a cinco anos, o que representa 17,54%. Destas 53 matrículas, o que chama bastante a atenção, é a predominância de desligamentos após os alunos cursarem pelo tempo de cinco ou mais anos. É registrado cinco matrículas com tempo de curso igual ou superior a 10 anos, dos quais um é formado e quatro alunos estão desligados, e desses desligamentos, apenas um consta como jubilado e os outros três constam como desistentes.

Tabela 16 – Alunos com deficiência do campus Curitiba com cinco ou mais anos de permanência

Permanência igual ou superior a:	Quantidade total de alunos	Formados	Cursando	Desligados
5 anos	53	10	17	26
5,5 anos	48	10	13	25
6 anos	43	8	11	24
6,5 anos	36	7	9	20
7 anos	30	6	8	16
7,5 anos	22	6	2	14
8 anos	17	4	1	12
8,5 anos	14	4	0	10
9 anos	11	3	0	8
9,5 anos	9	3	0	6
10 anos	5	1	0	4

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Em nível de graduação, portanto, de um total de 189 desligamentos contabilizados entre os anos de 1999 a 2019, 65 matrículas correspondem a desligamentos com tempo igual ou inferior a seis meses, o que significa 34,4%. O levantamento também mostra que grande parte da evasão se concentra até os dois anos e meio de tempo de permanência. Porém, há diversos casos que os desligamentos são confirmados após tempos mais prolongados.

Tabela 17 – Quantidade de discentes com deficiência em situação de desligamento e o tempo de permanência no campus Curitiba da UTFPR

Quantidade de alunos desligados	Tempo de permanência
65	Igual ou inferior a 6 meses
30	1 ano
18	1,5 anos
14	2 anos
15	2,5 anos
3	3 anos
10	3,5 anos
3	4 anos
5	4,5 anos
1	5 anos
1	5,5 anos
4	6 anos
4	6,5 anos
2	7 anos
2	7,5 anos
2	8 anos
2	8,5 anos
2	9 anos
2	9,5 anos
2	10 anos
1	13 anos
1	13,5 anos

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

5.3.4 O ano a ano dos processos seletivos e os alunos com deficiência

A seguir são analisados os números dos discentes com deficiência comparativamente, ano a ano, com os editais dos processos seletivos da Instituição no período de 1999 a 2019.

5.3.4.1 Ano 1999

O edital para ingresso no primeiro semestre de 1999 ofertava um total de 840 vagas em 11 cursos no Campus Curitiba. Nota-se que neste edital, ainda não se apontavam condições para bancas especiais. No mesmo ano, o edital para o processo seletivo de inverno, ofertou 600 vagas para os mesmos 11 cursos, e ainda não consta condições de bancas especiais.

Tabela 18 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do ano de 1999 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

1999 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Engenharia Industrial Elétrica – Ênfase Eletrotécnica	Homens	2	1	-	1	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Industrial Elétrica – Ênfase Eletrônica	Homens	1	-	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Mecânica	Homens	1	-	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
					Total	4

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Portanto, há registros de alunos com deficiência com ingresso no primeiro semestre de 1999. Das 840 vagas ofertadas naquele semestre, apenas quatro alunos se declararam com deficiência, e no ano inteiro, 1440 vagas foram ofertadas.

5.3.4.2 Ano 2000

O edital para ingresso no primeiro semestre de 2000 ofertou 560 vagas em 12 cursos. O edital do segundo semestre de 2000 ofertou 557 para os mesmos 12 cursos.

Tabela 19 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do ano de 2000 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2000 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Tecnologia em Eletrônica	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Industrial Mecânica	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
					Total	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Das 560 vagas ofertadas no primeiro semestre, há registro de apenas dois alunos com deficiência em dois dos 12 cursos existentes na época.

5.3.4.3 Ano 2001

O edital para o primeiro semestre de 2001 ofertou 563 vagas em 12 cursos. O edital para o segundo semestre de 2001 ofertou 569 vagas para 14 cursos.

Tabela 20 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do primeiro semestre de 2001 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2001 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Engenharia Industrial Elétrica – Ênfase Eletrônica	Homens	2	1	-	1	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Industrial Elétrica – Ênfase Eletrotécnica	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Eletrotécnica	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Radiologia	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	-	
Tecnologia em Mecânica	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
					Total	6

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Das 563 vagas ofertadas para o primeiro semestre, há registros de seis alunos com deficiência distribuídos em cinco tipos de cursos dos 12 cursos que ofertaram vagas.

Tabela 21 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do segundo semestre de 2001 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
	Homens	Mulheres				
Tecnologia em Construção Civil	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	1	-	-	
					Total	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

No segundo semestre de 2001, 14 cursos ofertaram 569 vagas e houve o registro de apenas um ingresso de uma aluna com deficiência no curso de Tecnologia em Construção Civil.

5.3.4.4 Ano 2002 e as Bancas Especiais

O edital para o primeiro semestre de 2002 ofertou 552 vagas para 12 diferentes tipos de cursos. Pela primeira vez em um edital aparece a condição para realização de bancas especiais, que dizia o seguinte:

Candidatos com deficiência visual, auditiva, física ou motora, acidentados, portadores de moléstias contagiosas, grávidas, entre outros casos, deverão informar sua condição física, com o máximo de detalhes, estabelecendo com a CAFCV a forma de atendimento. As Bancas Especiais somente serão ofertadas nos locais onde estarão sendo efetuadas as provas (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ, 2002).

Tabela 22 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do primeiro semestre de 2002 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2002 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
	Homens	Mulheres				
Engenharia Industrial Elétrica – Ênfase Eletrônica	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Industrial Elétrica – Ênfase Eletrotécnica	Homens	2	1	-	1	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Industrial Mecânica	Homens	2	2	-	-	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Eletrônica	Homens	2	1	-	1	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Eletrotécnica	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Móveis	Homens	0	-	-	-	3
	Mulheres	3	3	-	-	
					Total	11

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Das 552 vagas ofertadas no primeiro semestre, 11 foram preenchidas por alunos com deficiência em seis dos 12 cursos ministrados.

Já o edital para o segundo semestre de 2002 ofertou 530 vagas para os mesmos cursos do edital anterior. O item sobre a Banca Especial, acrescentou apenas uma condição de tempo no seguinte trecho “[...] deverão informar antecipadamente sua condição física [...]”.

Com relação a proporção de alunos com deficiência, das 530 vagas em 12 cursos do segundo semestre, há o registro de um único aluno no curso de Tecnologia em Eletrotécnica.

Tabela 23 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do segundo semestre de 2002 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2002 segundo semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Tecnologia em Eletrotécnica	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	0	-	-	
					Total	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

5.3.4.5 Ano 2003

O edital para o primeiro semestre de 2003 ofertou 552 vagas para 13 cursos. No item sobre as Bancas Especiais ele altera novamente no mesmo trecho para o seguinte: “[...] deverão informar, com 48 horas de antecedência do início das provas [...]”.

O edital para o concurso de inverno 2003 ofertou 583 vagas em 12 cursos. A redação para Bancas Especiais foi a mesma do edital anterior.

Tabela 24 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação de 2003 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2003 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Engenharia Industrial Elétrica – Ênfase Eletrotécnica	Homens	1	-	-	1	2
	Mulheres	1	1	-	-	
Engenharia Industrial Mecânica	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Eletrônica	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Eletrotécnica	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Móveis	Homens	1	1	-	-	2
	Mulheres	1	1	-	-	
					Total	7

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

No ano de 2003, das 552 vagas para 13 cursos no primeiro semestre, ingressaram sete alunos com deficiência em cinco cursos. Não há registros de alunos no segundo semestre.

5.3.4.6 Ano 2004

O edital para o primeiro semestre de 2004 ofertou 613 vagas distribuídas em 13 cursos. A redação para Bancas Especiais continuou a mesma dos processos seletivos anteriores.

Tabela 25 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do primeiro semestre de 2004 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2004 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Engenharia Industrial Mecânica	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Artes Gráficas	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Eletrotécnica	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Química Ambiental	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	1	-	-	
Tecnologia em Informática	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
					Total	5

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Das 613 vagas para 13 cursos, cinco alunos com deficiência ingressaram, cada um em um curso diferente.

O edital para o segundo semestre de 2004 ofertou 663 vagas para 15 cursos. A redação para Bancas Especiais continuou a mesma.

Tabela 26 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do segundo semestre de 2004 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2004 segundo semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Tecnologia em Automação Industrial	Homens	2	1	-	1	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Concreto	Homens	0	-	-	-	2
	Mulheres	2	1	-	1	
Tecnologia em Gestão da Manufatura	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
					Total	5

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Dessas 663 vagas do segundo semestre de 2004, outros cinco alunos com deficiência ingressaram em três dos 15 cursos.

5.3.4.7 Ano 2005, início da Universidade e a pergunta no questionário sócio-educacional

O ano de 2005 é marcante para a Instituição que a partir da promulgação da Lei Federal n. 11.184, de 7 de outubro de 2005 se torna a Universidade Tecnológica Federal do Paraná. No entanto, a organização dos dois processos seletivos desse ano acontece ainda como Cefet.

Assim, edital para o primeiro semestre de 2005 ofertou 665 vagas para 15 cursos. A redação para Bancas Especiais sofreu alterações:

Candidatos portadores de necessidades especiais, gestantes, lactantes, acidentados, portadores de moléstias contagiosas, entre outros casos que impeçam a realização da prova em condições normais, deverão informar antecipadamente sua condição especial, com o máximo de detalhes, estabelecendo com a Coordenação do Concurso Vestibular das Unidades do Cefet-PR, a forma de atendimento. As Bancas Especiais somente serão disponibilizadas nos locais onde estarão sendo aplicadas as provas (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ, 2005).

O edital para o segundo semestre de 2005 ofertou 671 vagas distribuídas em 15 cursos. A redação sobre a Banca Especial alterou algumas palavras, mas

continuou em grande parte a mesma. Vale ressaltar que desde os vestibulares de 1999, recorte temporal deste levantamento de pesquisa, as fichas de inscrição para os exames vinham acompanhadas pelo questionário sócio-educacional que deveria ser preenchido por todos os inscritos. Estes questionários abordavam perguntas gerais como sexo do candidato, estado civil, se frequentou cursinho preparatório, a renda total mensal da família, etc. Foi a partir do edital do segundo semestre de 2005 que apareceu a pergunta: Você é portador de deficiência? Ao qual as possibilidades de resposta eram Sim ou Não. No relatório do concurso, ao qual esta pesquisa teve acesso, aparece que 6.904 inscritos responderam não e 66 responderam sim.

Tabela 27 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação de 2005 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2005 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Tecnologia em Comunicações Digitais	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas Distribuídos	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
					Total	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O ano de 2005 mostrou uma evolução com a preocupação da inclusão de pessoas com deficiência na Universidade com a colocação da pergunta sobre candidatos com deficiência no questionário, integrando a pesquisa e acompanhamento do relatório socio-educacional. No entanto, no ano de 2005, das 1366 vagas ofertadas, há o registro do ingresso de apenas dois alunos nos cursos de graduação.

5.3.4.8 Ano 2006

O edital para o primeiro semestre de 2006 ofertou 763 vagas para 16 cursos. A redação sobre a Banca Especial sofre algumas alterações mais relevantes, principalmente porque este é o primeiro edital da Instituição como Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O texto trazia o seguinte:

Candidatos portadores de necessidades especiais, gestantes, lactantes, acidentados, portadores de moléstias contagiosas, entre outros casos que impeçam a realização da prova em condições normais, deverão informar, no ato da inscrição, quais as condições especiais necessárias, com o máximo

de detalhes, estabelecendo com a Coordenação do Concurso Vestibular das Unidades da UTFPR, a melhor forma de seu atendimento.

Situações emergenciais ou acidentais deverão ser comunicadas, com maior antecedência possível, à Coordenação do Concurso Vestibular, visando o atendimento adequado.

As Bancas Especiais somente serão disponibilizadas nos locais onde estarão sendo aplicadas as provas (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2006a).

O edital para ingresso no segundo semestre de 2006 continha item para a realização de bancas especiais com algumas alterações ao anterior que dizia:

Candidatos portadores de necessidades especiais, gestantes, lactantes, acidentados, portadores de moléstias contagiosas, entre outros casos que impeçam a realização da prova em condições normais, deverão, até o último dia de inscrição, procurar a Coordenação do Concurso Vestibular do Campus da UTFPR, para comprovar a necessidade, via atestado médico se for o caso, e estabelecer a melhor forma de atendimento (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2006b).

Tabela 28 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação de 2006 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2006 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Engenharia de Produção Civil	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Gestão da Manufatura	Homens	3	-	-	3	3
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Comunicações Digitais	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Concreto	Homens	2	-	-	2	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Design de Móveis	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Tecnologia em Radiologia Médica	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Técnico de Nível Médio Integrado – Gestão de Pequenas e Médias Empresas	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Técnico de Nível Médio Integrado – Construção Civil	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
					Total	11

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Para o Campus Curitiba eram ofertadas 741 vagas distribuídas em 27 turmas de 16 cursos superiores.

O primeiro vestibular da Instituição como Universidade mostrou um leve aumento no ingresso de alunos com deficiência, tendo registro de 11 alunos em oito cursos.

Quadro 10 – Cursos e vagas ofertados para o campus Curitiba no vestibular do segundo semestre de 2006

Curso	vagas
Eng. Industrial Elétrica – Eletrotécnica – manhã/tarde	22
Eng. Industrial Elétrica – Eletrotécnica – tarde/noite	44
Eng. Industrial Elétrica – Eletrônica/telecomunicações – tarde/noite	44
Eng. Produção Civil – tarde/noite	44
Eng. Industrial Mecânica – tarde/noite	44
Tecnologia em Comunicações Digitais – manha	30
Tecnologia em Comunicações Digitais – noite	30
Tecnologia em Automação Industrial – manhã	22
Tecnologia em Automação Industrial – noite	22
Tecnologia em Gestão Comercial Elétrica – manhã	22
Tecnologia em Gestão Comercial Elétrica – noite	22
Tecnologia em Concreto – manhã	35
Tecnologia em Concreto – noite	35
Tecnologia em Gestão da Manufatura – manhã	22
Tecnologia em Gestão da Manufatura – noite	22
Tecnologia em Mecatrônica Industrial – manhã	22
Tecnologia em Mecatrônica Industrial – noite	22
Tecnologia em Química Ambiental – manhã	25
Tecnologia em Química Ambiental – noite	25
Tecnologia em Radiologia Médica – tarde	22
Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas Distribuídos – manhã	22
Tecnologia em Design de Móveis – manhã	22
Tecnologia em Design de Móveis – noite	22
Tecnologia em Artes Gráficas – manhã	22
Tecnologia em Artes Gráficas – noite	22
Tecnologia em Comunicação Empresarial e Institucional – manhã	30
Tecnologia em Atividades Físicas de Academia – tarde	25
TOTAL	741

Fonte: Elaborado pelo autor (2019), com base no edital de vestibular de 2006 da UTFPR.

5.3.4.9 Ano 2007

O edital lançado para o ingresso de alunos no primeiro semestre de 2007 trazia a mesma descrição para a realização da banca especial. Houve grande transformação nos cursos ofertados e uma diminuição na oferta de vagas e turmas. Foram 580 vagas para 21 turmas de 14 cursos diferentes.

Quadro 11 – Cursos e vagas ofertados para o campus Curitiba no vestibular do primeiro semestre de 2007

Curso	vagas
Engenharia Industrial Elétrica – manhã e tarde	22
Engenharia Industrial Elétrica – tarde e noite	44
Engenharia Industrial Elétrica – tarde e noite	44
Engenharia Industrial Elétrica – manhã e tarde	22
Engenharia de Computação	22
Eng. De Produção Civil	44
Eng. Industrial Mecânica	44
Design	22
Educação Física	22
Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações – manhã	30
Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações – noite	30
Tecnologia em Automação Industrial	22
Tecnologia em Sistemas para Internet	22
Tecnologia em Mecatrônica Industrial – manhã	22
Tecnologia em Mecatrônica Industrial – noite	22
Tecnologia em Processos Ambientais – manhã	25
Tecnologia em Processos Ambientais – noite	25
Tecnologia em Radiologia	22
Tecnologia em Design Gráfico – manhã	22
Tecnologia em Design Gráfico – noite	22
Tecnologia em Comunicação Institucional	30
TOTAL	580

Fonte: Elaborado pelo autor (2019), com base no edital de vestibular de 2007 da UTFPR.

No edital para o processo seletivo de ingresso no segundo semestre de 2007, a única alteração quanto a quantidade de vagas ofertadas foi no curso de Design que subiu de 22 vagas para 25. Também houve uma alteração no item sobre bancas especiais, onde foi incluído uma condição para pessoas com deficiência visual que fossem usufruir da escrita Braille. Para esses, seria fornecido acréscimo de tempo de prova de 30 minutos.

Candidatos que necessitem fazer provas utilizando o alfabeto Braille disporão do tempo total de 4 (quatro) horas para a realização da prova. Situações emergenciais ou acidentais deverão ser comunicadas, com a maior antecedência possível, à Coordenação do Concurso Vestibular, visando o atendimento adequado.

ATENÇÃO: A duração máxima, de 3h30min (três horas e trinta minutos) ou de 4h (quatro horas) para os candidatos portadores de deficiência visual que necessitem utilizar o alfabeto Braille, conforme item 1.7.1, inclui a resolução da prova e o preenchimento da folha de respostas. Não será concedido tempo extra para o preenchimento da mesma (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2007).

Quadro 12 – Cursos e vagas ofertados para o campus Curitiba no vestibular do segundo semestre de 2007

Curso	vagas
Design	25
Eng. De Computação	22
Eng. De Produção Civil	44
Eng. Industrial Elétrica (ênfase Eletrotécnica) manhã e tarde	22
Eng. Industrial Elétrica (ênfase Eletrotécnica) tarde e noite	44
Eng. Industrial Elétrica (ênfase Eletrônica/telecomunicações)	44
Eng. Industrial Elétrica (ênfase Automação)	22
Eng. Industrial Mecânica	44
Educação Física	22
Tecnologia em Automação Industrial	22
Tecnologia em Comunicação Institucional	30
Tecnologia em Design Gráfico – manhã	22
Tecnologia em Design Gráfico – noite	22
Tecnologia em Mecatrônica Industrial – manhã	22
Tecnologia em Mecatrônica Industrial – noite	22
Tecnologia em Processos Ambientais – manhã	25
Tecnologia em Processos Ambientais – noite	25
Tecnologia em Radiologia	22
Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações – manhã	30
Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações – noite	30
Tecnologias para Sistemas de Internet	22
TOTAL	583

Fonte: Elaborado pelo autor (2019), com base no edital de vestibular de 2007 da UTFPR.

Tabela 29 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação de 2007 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2007 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
	Homens	Mulheres				
Design	Homens	1	-	-	1	2
	Mulheres	1	1	-	-	
Engenharia de Computação	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Radiologia Médica	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Técnico de Nível Médio Integrado – Mecânica	Homens	2	1	-	1	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Técnico de Nível Médio Integrado – Construção Civil	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Total					7	

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Do total de 1.163 vagas ofertadas naquele ano, apenas sete alunos com deficiência aparecem nos registros como ingressantes.

5.3.4.10 Ano 2008

O edital para o vestibular (processo seletivo) de verão 2008 trouxe as mesmas condições para bancas especiais, e quanto aos cursos, ofertou sete vagas a menos que o processo seletivo anterior. Mesmo com o surgimento de um novo curso de Química no primeiro semestre de 2008, a diferença entre as duas edições está na variação de turmas e vagas nos cursos de Tecnologia em Processos Ambientais, Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações e Design que reduziram ofertas para o edital de verão 2008.

Os cursos ofertados para o Campus Curitiba e as respectivas quantidades de vagas são mostradas na tabela

Quadro 13 – Cursos e vagas ofertados para o campus Curitiba no vestibular do primeiro semestre de 2008

Curso	vagas
Design	24
Educação Física	22
Eng. Da Computação	22
Eng. De Produção Civil	44
Eng. Industrial Elétrica (ênfase Eletrotécnica) manhã e tarde	22
Eng. Industrial Elétrica (ênfase Eletrotécnica) tarde e noite	44
Eng. Industrial Elétrica (ênfase Eletrônica/telecomunicações)	44
Eng. Industrial Elétrica (ênfase Automação)	22
Eng. Industrial Mecânica – tarde e noite	44
Eng. Industrial Mecânica – manhã e tarde	22
Química	26
Tecnologia em Automação Industrial	22
Tecnologia em Comunicação Institucional	30
Tecnologia em Design Gráfico – manhã	22
Tecnologia em Design Gráfico – noite	22
Tecnologia em Mecatrônica Industrial – manhã	22
Tecnologia em Mecatrônica Industrial – noite	22
Tecnologia em Processos Ambientais	26
Tecnologia em Radiologia	22
Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações	30
Tecnologias para Sistemas de Internet	22
TOTAL	576

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Tabela 30 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do primeiro semestre de 2008 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2008 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Engenharia Industrial Mecânica	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia de Produção Civil	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Mecatrônica Industrial	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Tecnologia em Sistemas para Internet	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
					Total	5

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Das 576 vagas ofertadas no primeiro semestre, cinco alunos com deficiência ingressaram cada um em um curso diferente.

No vestibular de inverno de 2008, o edital seguiu as mesmas condições para candidatos com deficiência e os cursos e quantidade de vagas é demonstrado a seguir: Licenciatura em Letras Português – Inglês com 44 vagas e não houve turmas para o curso de Tecnologias para Sistemas de Internet que ofereceram 22 vagas no ano anterior, assim, o total de vagas ofertados no vestibular de inverno de 2008 no Campus Curitiba foi de 598 alunos.

Tabela 31 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do segundo semestre de 2008 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2008 segundo semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Tecnologia em Mecatrônica Industrial	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	0	-	-	
					Total	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O segundo semestre ofertou mais vagas que o processo seletivo anterior, mas registrou menos alunos com deficiência. Das 598 vagas, apenas um aluno ingressou no curso de Tecnologia em Mecatrônica Industrial.

5.3.4.11 Ano 2009 o último ano do vestibular organizado pela Instituição

No vestibular de verão 2009, continuou-se as mesmas condições para a realização das provas por candidatos com deficiência, mas houve um aumento significativo na oferta de vagas pelos cursos, que alcançaram a quantidade de 816 vagas ofertadas.

Quadro 14 – Cursos e vagas ofertados para o campus Curitiba no vestibular do primeiro semestre de 2009

Curso	vagas
Design	44
Educação Física	44
Bacharelado em Sistemas de Informação	44
Eng. Da Computação	44
Eng. De Produção Civil	44
Eng. Industrial Elétrica (ênfase Eletrotécnica) manhã e tarde	44
Eng. Industrial Elétrica (ênfase Eletrotécnica) tarde e noite	44
Eng. Industrial Elétrica (ênfase Eletrônica/telecomunicações)	44
Eng. Industrial Elétrica (ênfase Automação)	44
Eng. Industrial Mecânica – tarde e noite	44
Eng. Industrial Mecânica – manhã e tarde	44
Química	44
Licenciatura em Física	44
Licenciatura em Letras Português/Inglês	44
Tecnologia em Automação Industrial	22
Tecnologia em Comunicação Institucional	30
Tecnologia em Design Gráfico – manhã	22
Tecnologia em Design Gráfico – noite	22
Tecnologia em Mecatrônica Industrial – noite	22
Tecnologia em Processos Ambientais	26
Tecnologia em Radiologia	26
Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações	30
TOTAL	816

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

No vestibular de inverno 2009, continuou-se as mesmas condições para os exames de candidatos com deficiência, e a quantidade total de vagas foi de 860. A diferença em relação ao processo de seleção anterior foi a inauguração do curso de Arquitetura e Urbanismo com a oferta de 44 vagas. Os cursos de Educação Física e Design passaram a ser designados como Bacharelados e o curso de Química como Bacharelado e Licenciatura.

Tabela 32 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação de 2009 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2009 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Engenharia Industrial Elétrica – Ênfase Eletrotécnica	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Industrial Elétrica – Ênfase Eletrônica	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Automação Industrial	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Licenciatura em Letras Português - Inglês	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Técnico de Nível Médio Integrado – Gestão de Pequenas e Médias Empresas	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	1	-	-	
					Total	5

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Mesmo com um aumento considerável na oferta de vagas em comparação com os anos anteriores, do total de 1.676 vagas ofertadas no ano de 2009, houve o registro de apenas cinco alunos com deficiência, cada um em um curso distinto.

5.3.4.12 Ano 2010 e o início do Sistema de Seleção Unificada

No vestibular de verão 2010, o edital trouxe diversas alterações. Um dos motivos é que a Instituição passou a adotar o Sistema de Seleção Unificada, organizado pelo Ministério da Educação, com base exclusivamente nas notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do ano 2009. Desta forma, as considerações e condições descritas nos editais anteriores sobre a organização e os procedimentos de processos seletivos foram excluídas por desnecessidade. Assim, a cláusula que abordava os candidatos com deficiência passou a constar nos editais do processo seletivo do ENEM.

Com relação aos cursos, a grande transformação foi a divisão dos cursos em três categorias: bacharelados, licenciaturas e tecnologias.

Quadro 15 – Cursos e vagas ofertados para o campus Curitiba no vestibular do primeiro semestre de 2010

Curso	Vagas
BACHARELADOS	
Eng. Da Computação	44
Eng. Civil	44
Eng. Elétrica – manhã e tarde	44
Eng. Elétrica – tarde e noite	44
Eng. Eletrônica	44
Eng. De Controle e Automação	44
Eng. Mecânica – manhã e tarde	44
Eng. Mecânica – tarde e noite	44
Arquitetura e Urbanismo	44
Design	44
Educação Física	44
Sistemas de Informação	44
Química	44
LICENCIATURAS	
Licenciatura em Física	44
Licenciatura Letras Português/Inglês	44
TECNOLOGIAS	
Tec. Em Automação Industrial	22
Tec. Em Comunicação Institucional	30
Tec. Em Design Gráfico – manha	22
Tec. Em Design Gráfico – noite	22
Tec. Em Mecatrônica Industrial	22
Tec. Em Processos Ambientais	24
Tec. Em Radiologia	26
Tec. Em Sistemas de Telecomunicações	30
TOTAL	858

Fonte: Elaborado pelo autor (2019), com base no edital de vestibular de 2010.

No primeiro semestre de 2010, foram ofertadas 858 vagas em 23 turmas em 20 cursos diferentes, divididos pelas categorias mencionadas.

Tabela 33 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do primeiro semestre de 2010 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2010 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
	Homens	Mulheres				
Arquitetura e Urbanismo	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	1	-	-	
Design	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Educação Física	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Licenciatura em Letras Português - Inglês	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	

continua

continuação

Engenharia Elétrica	Homens	2	1	-	1	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Mecânica	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Engenharia Eletrônica	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Sistemas de Informação	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres					
Tecnologias em Sistemas de Telecomunicações	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Técnico de Nível Médio Integrado – Mecânica	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Técnico de Nível Médio Integrado – Eletrônica	Homens	3	3	-	-	3
	Mulheres	0	-	-	-	
Total						14

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Dessas 858 vagas, há registros de 14 alunos com deficiência que ingressaram no primeiro semestre de 2010, divididos por 11 cursos.

No processo seletivo para ingresso no segundo semestre de 2010 os cursos e quantidade de ofertas de vagas foi a mesma que no processo anterior, contabilizando, portanto, 858 vagas.

Tabela 34 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do segundo semestre de 2010 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2010 segundo semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Engenharia de Controle e Automação	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Eletrônica	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Técnico de Nível Médio Integrado – Eletrônica	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Total						3

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Com a mesma quantidade de 858 vagas ofertadas para o segundo semestre de 2010, houve uma redução nos registros de alunos com deficiência, quando apenas três alunos ingressaram naquele semestre.

5.3.4.13 Ano 2011

No processo seletivo para ingresso no 1º semestre de 2011 os cursos e quantidade de ofertas de vagas também se repetiram, com a única diferença da criação da Licenciatura em Matemática acrescentando a oferta de 44 vagas. Assim, o total de vagas ofertadas neste processo seletivo foi de 902.

Tabela 35 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do primeiro semestre de 2011 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2011 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Sistemas de Informação	Homens	2	-	-	2	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Design	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Mecânica	Homens	3	3	-	-	3
	Mulheres	0	-	-	-	
Técnico de Nível Médio Integrado – Mecânica	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
					Total	7

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Assim, das 902 vagas ofertadas, sete foram ocupadas com alunos com deficiência no primeiro semestre de 2011.

No processo seletivo para ingresso no segundo semestre de 2011 a única alteração em comparação com o processo anterior foi a inclusão do curso de Administração na categoria dos bacharelados, ofertando mais 44 vagas. Portanto, o total de vagas neste processo seletivo foi de 946 vagas.

Tabela 36 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do segundo semestre de 2011 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2011 segundo semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Tecnologia em Radiologia	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Licenciatura em Matemática	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Técnico de Nível Médio Integrado – Eletrônica	Homens	2	2	-	-	2
	Mulheres	0	-	-	-	
					Total	4

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Mesmo com o aumento de oferta de vagas no segundo semestre de 2011, a quantidade de registros de alunos com deficiência ingressando naquele semestre diminuiu, com apenas quatro alunos em três cursos diferentes.

5.3.4.14 Ano 2012

O processo seletivo para ingresso no primeiro semestre de 2012 ofereceu os mesmos cursos e quantidade de vagas que o processo anterior, representando um total de 946 vagas. As mesmas condições aconteceram para o processo do segundo semestre de 2012. Porém, neste edital, observa-se que os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Química são ministrados na sede Ecoville.

Tabela 37 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do primeiro semestre de 2012 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2012 primeiro semestre		alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Engenharia de Computação	Homens	1	-	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	-	
Design	Homens	1	1	-	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	-	
Engenharia Civil	Homens	1	-	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	-	
Engenharia Elétrica	Homens	0	-	-	-	-	1
	Mulheres	1	1	-	-	-	
Licenciatura em Matemática	Homens	1	-	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	-	
Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações	Homens	1	-	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	-	
Técnico de Nível Médio Integrado – Eletrônica	Homens	1	-	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	-	
						Total	7

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Portanto, das 946 vagas ofertadas no primeiro semestre, sete foram ocupadas com alunos com deficiência. Quase a mesma proporção marcou o segundo semestre que ofertou as mesmas quantidades de vagas para os mesmos cursos e registrou a entrada de cinco alunos com deficiência.

Tabela 38 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do segundo semestre de 2012 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2012 segundo semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Licenciatura em Letras Português – Inglês	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Processos Ambientais	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Sistemas de Informação	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Radiologia	Homens	0	-	-	1	1
	Mulheres	1	-	1	-	
Técnico de Nível Médio Integrado – Eletrônica	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
					Total	5

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

5.3.4.15 Ano 2013

Para o processo seletivo de ingresso no primeiro semestre de 2013 o edital da UTFPR se apresentou diferente. O documento tornou-se mais extenso e dentre as novidades está uma mais detalhada descrição da Política Afirmativa de Cotas, que já existiam anteriormente, mas desta vez apresentando categorias.

1 – cotista oriundo de família com renda, comprovada, igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita e que não se declarou preto, pardo ou indígena,

2 – cotista oriundo de família com renda, comprovada, igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita e autodeclarado preto, pardo ou indígena,

3 – cotista independente de renda (sem necessidade de comprovação) e que não se declarou preto, pardo ou indígena.

4 – cotista independente de renda (sem necessidade de comprovação) e autodeclarado preto, pardo ou indígena.

Desta maneira, pela primeira vez aparece as condições para cotas de pessoas declaradas negras, pardas ou indígenas, avançando nos territórios da inclusão. Com relação aos cursos e vagas ofertados no Campus Curitiba, as qualidades e quantidades são as mesmas do edital anterior, ou seja, 946 vagas.

Tabela 39 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do primeiro semestre de 2013 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2013 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
	Homens	Mulheres				
Arquitetura e Urbanismo	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	1	-	
Design	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	1	-	
Engenharia Mecânica	Homens	2	-	2	-	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia de Controle e Automação	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia de Computação	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Licenciatura em Matemática	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Licenciatura em Letras Português – Inglês	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Sistemas de Informação	Homens	2	-	-	2	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Processos Ambientais	Homens	2	-	-	2	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Técnico de Nível Médio Integrado – Eletrônica	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
					Total	13

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Das 946 vagas ofertadas, 13 foram ocupadas por pessoas com deficiência como mostram os registros.

O edital para o processo seletivo do segundo semestre de 2013 apresenta-se similar ao do 1º semestre do respectivo ano. Há, porém, uma alteração na forma de utilização das notas do ENEM, onde os cursos ofertados pela UTFPR adotaram pesos diferentes (média aritmética ponderada) para as cinco categorias que compõe o exame de seleção: Português e Língua Estrangeira, Matemática, Física/Química/Biologia, História/Geografia/Sociologia/Filosofia e Redação. Desta forma, os cursos de Engenharia, por exemplo, começaram a valorizar mais a nota da disciplina de matemática cobrada no exame.

Quanto aos cursos e quantidade de vagas, a disposição é a mesma desde o processo seletivo do 2º semestre de 2011, também somando 946 vagas.

Tabela 40 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do segundo semestre de 2013 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2013 segundo semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Administração	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia de Controle e Automação	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Elétrica	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Licenciatura em Física	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Licenciatura em Letras Português – Inglês	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Licenciatura em Matemática	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
					Total	6

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Destas 946 vagas ofertadas, houve o registro de seis alunos com deficiência ingressantes neste período.

5.3.4.16 Ano 2014

O edital para o processo seletivo do primeiro semestre e também o do segundo semestre de 2014 seguiram o mesmo padrão do ano anterior com a utilização de pesos nas notas do ENEM. Mas, acrescentou o curso de Comunicação Organizacional na categoria de Bacharelado ofertando novas 44 vagas e encerrando o curso de Tecnologia em Comunicação Institucional que antes ofertava 30 vagas. Assim, o total de vagas ofertados em cada um dos processos de 2014 foi de 960 vagas.

Tabela 41 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do primeiro semestre de 2014 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2014 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Engenharia de Controle e Automação	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Design	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	1	-	
Engenharia Eletrônica	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Comunicação Organizacional	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Engenharia Civil	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Elétrica	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Mecânica	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Sistemas de Informação	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Mecatrônica Industrial	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
					Total	9

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Das 960 vagas ofertadas no primeiro semestre, nove foram ocupadas por alunos com deficiência.

Tabela 42 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do segundo semestre de 2014 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2014 segundo semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Administração	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	1	-	
Licenciatura em Matemática	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Civil	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Elétrica	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
					Total	4

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Já das 960 vagas disponibilizadas para o segundo semestre, quatro foram ocupadas por alunos com deficiência.

5.3.4.17 Ano 2015

O edital para o processo seletivo do primeiro semestre do ano de 2015 manteve a mesma oferta de vagas e cursos do ano anterior. Já o processo seletivo do segundo semestre de 2015 ofertou seis vagas a mais que o semestre anterior. Outra alteração em ambos os editais de 2015 foi a divisão da mostra de cursos por sedes do Campus Curitiba. Assim, uma tabela mostrava os cursos ofertados na sede Centro e outra mostrava os cursos ofertados na sede Ecoville. Os cursos ministrados na sede Ecoville são os de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil, o curso de licenciatura em Química, e além desses, o curso tecnológico de Processos Ambientais que no primeiro semestre ofertou 24 vagas e no segundo semestre ofertou 30 vagas. Desta forma, o primeiro semestre totalizou 960 vagas e o segundo semestre de 2015 ofertou 966 vagas.

Tabela 43 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do primeiro semestre de 2015 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2015 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
	Homens	Mulheres				
Arquitetura e Urbanismo	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	1	-	
Design	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Engenharia Mecânica	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Eletrônica	Homens	3	1	1	1	3
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia de Computação	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Licenciatura em Física	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Mecatrônica Industrial	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Sistemas de Informação	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Técnico de Nível Médio Integrado – Eletrônica	Homens	1	1	-	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
					Total	11

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O ano de 2015 marca um novo tempo para as pessoas com deficiência com a vigência do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Mesmo ainda sem as políticas de cotas para PcDs, percebe-se que a subida nos números de alunos com deficiência na Instituição é iniciada nesse ano.

Das 960 vagas ofertadas para o primeiro semestre, 11 foram ocupadas por alunos com deficiência.

Tabela 44 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do segundo semestre de 2015 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2015 segundo semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
	Homens	Mulheres				
Licenciatura em Matemática	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Licenciatura em Química	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Sistemas de Informação	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Processos Ambientais	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Técnico de Nível Médio Integrado – Mecânica	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
					Total	5

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Já no segundo semestre, do total de 966 vagas ofertadas, cinco foram ocupadas por alunos com deficiência.

5.3.4.18 Ano 2016

Os editais dos processos seletivos do primeiro e segundo semestres de 2016 apresentaram algumas alterações. No edital do primeiro semestre, pela primeira vez aparece a designação da sede Neville, que passa a abrigar o curso de Educação Física. Outra relocação de sede acontece com o curso de bacharelado em Engenharia Mecânica (turmas de manhã/tarde, tarde/noite) que passam a ser ministrados na sede Ecoville. Além disso, acontece algumas transformações nos cursos de tecnologia em Mecatrônica Industrial, que no ano anterior ofertava 22 vagas, que é substituído pelo curso de bacharelado de Engenharia Mecatrônica ofertando 44 vagas. E, o curso de licenciatura Letras Português-Inglês que é dividido em dois cursos, Letras Português

e Letras Inglês, cada um ofertando 44 vagas. No edital do segundo semestre de 2016, informa-se que as aulas de Engenharia Mecatrônica serão ministradas em ambas as sedes, Ecoville e Centro, do Campus Curitiba. Desta forma o total de vagas ofertadas por cada edital foi de 1032 vagas, distribuídas em 26 turmas dentre 23 cursos.

Tabela 45 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do primeiro semestre de 2016 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2016 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Engenharia de Controle e Automação	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Design	Homens	1	1	-	-	2
	Mulheres	1	-	1	-	
Comunicação Organizacional	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Elétrica	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Eletrônica	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	1	-	
Engenharia Mecatrônica	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Química	Homens	-	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Licenciatura em Matemática	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Sistemas de Informação	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Automação Industrial	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Processos Ambientais	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Técnico de Nível Médio Integrado – Eletrônica	Homens	3	-	2	1	3
	Mulheres	0	-	-	-	
Total						15

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Com um aumento expressivo na oferta de vagas por semestre, percebe-se um aumento também nas vagas ocupadas por alunos com deficiência. No primeiro semestre de um total de 1.032 vagas ofertadas, 15 foram ocupadas por estes alunos.

Tabela 46 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do segundo semestre de 2016 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2016 segundo semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Administração	Homens	2	-	-	2	3
	Mulheres	1	-	1	-	
Design	Homens	1	-	-	1	2
	Mulheres	1	-	1	-	
Química	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Eletrônica	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Licenciatura em Letras Inglês	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
					Total	8

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

No segundo semestre houve o registro de oito ingressos de alunos com deficiência para a mesma quantidade de 1.032 vagas.

5.3.4.19 Ano 2017, o primeiro semestre

O edital para o processo seletivo do primeiro semestre de 2017 foram ofertadas a mesma quantidade de vagas e a mesma qualidade de cursos do ano anterior, portanto, 1032 vagas distribuídas em 26 turmas em 23 cursos.

Tabela 47 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do primeiro semestre de 2017 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2017 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Engenharia de Controle e Automação	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Design	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Civil	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	1	-	
Engenharia Mecatrônica	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Engenharia Eletrônica	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	

continua

continuação

Química	Homens	-	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Licenciatura em Letras Inglês	Homens	1	-	-	1	2
	Mulheres	1	-	-	1	
Licenciatura em Física	Homens	1	-	1	-	2
	Mulheres	1	-	-	1	
					Total	10

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O primeiro semestre, o último processo seletivo sem sistema de cotas para PcDs, das 1.032 vagas ofertadas, 10 foram ocupadas por alunos com deficiência. Os números ao longo dos anos já mostravam um crescimento, mas, é visualmente impactante o aumento que acontece a partir do semestre a seguir.

5.3.4.20 Ano 2017, o segundo semestre e o início das cotas para PcD

O edital para o processo seletivo do segundo semestre de 2017 ofertou as mesmas quantidades e qualidades de vagas que o semestre anterior, dessa forma, foi ofertado 1032 vagas distribuídas em 26 turmas em 23 cursos. No entanto apresentou novidades no item sobre as políticas afirmativas que são bastante marcantes e significativas para a inclusão das pessoas com deficiência no ingresso ao ensino superior e na UTFPR. Este edital cumpre a exigência da Lei Federal n. 13.409/2016 que inclui a pessoa com deficiência na concorrência aos 50% do total de vagas das instituições públicas de ensino superior, que antes eram destinadas apenas a pardos, negros e indígenas oriundos do ensino público. Neste edital, as categorizações das vagas para cotistas são descritas da seguinte forma:

As vagas de cotistas serão divididas em dois grupos, sendo o primeiro destinado a candidatos oriundos de famílias com renda bruta, comprovada, igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo *per capita*, correspondendo a 50% (cinquenta por cento) das vagas de cotistas e o segundo destinado a candidatos oriundos de família independente de renda (sem necessidade de comprovação), correspondendo ao complemento das vagas de cotistas.

Estes dois grupos serão divididos entre o conjunto de autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e os que não se declararam pretos, pardos ou indígenas.

O conjunto dos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e o conjunto dos que não se declararam pretos, pardos ou indígenas serão divididos em subconjuntos de Pessoas com Deficiência e Pessoas sem Deficiência, de acordo com a Portaria Normativa N. 9 de 05 de maio de 2017.

Aplicadas as divisões descritas anteriormente, os cotistas serão distribuídos nas seguintes categorias:

Categoria 1 -(C1c) – cotista que possa comprovar ser Pessoa com Deficiência oriundo de família com renda bruta, comprovada, igual ou inferior

a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo *per capita*, que não se declarou preto, pardo ou indígena.

Categoria 1 -(C1s) – cotista sem necessidade de comprovar ser Pessoa com Deficiência oriundo de família com renda bruta, comprovada, igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo *per capita*, que não se declarou preto, pardo, indígena.

Categoria 2 -(C2c) – cotista que possa comprovar ser Pessoa com Deficiência oriundo de família com renda bruta, comprovada, igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo *per capita* e autodeclarado preto, autodeclarado pardo ou autodeclarado indígena.

Categoria 2 -(C2s) – cotista sem necessidade de comprovar ser Pessoa com Deficiência oriundo de família com renda bruta, comprovada, igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo *per capita*, autodeclarado preto, autodeclarado pardo ou autodeclarado indígena.

Categoria 3 -(C3c) – cotista que possa comprovar ser Pessoa com Deficiência independente de renda (sem necessidade de comprovação), que não se declarou preto, pardo ou indígena.

Categoria 3 -(C3s) – cotista sem necessidade de comprovar ser Pessoa com Deficiência independente de renda (sem necessidade de comprovação) e que não se declarou preto, pardo ou indígena.

Categoria 4 -(C4c) – cotista que possa comprovar ser Pessoa com Deficiência independente de renda (sem necessidade de comprovação), autodeclarado preto, autodeclarado pardo, autodeclarado indígena.

Categoria 4 -(C4s) – cotista sem necessidade de comprovar ser Pessoa com Deficiência independente de renda (sem necessidade de comprovação), autodeclarado preto, autodeclarado pardo, autodeclarado indígena.

Observações:

I) A proporção de vagas para o conjunto de pretos, pardos e indígenas será a soma do percentual de pretos, pardos e indígenas do Estado do Paraná, ou seja, de 28,264% referente ao último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, aos autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas - atendendo a Portaria Normativa N° 9-MEC, de 05 de maio de 2017.

A proporção de vagas para Pessoas com Deficiência será o equivalente ao percentual de Pessoas com Deficiência do Estado do Paraná, ou seja, de 21,83% referente ao último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, às Pessoas com Deficiência - atendendo a Portaria Normativa N° 9-MEC, de 05 de maio de 2017.

II) Sempre que o percentual aplicado aos cotistas, aos oriundos de famílias com renda bruta, comprovada, igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo *per capita* e ao conjunto de autodeclarados pretos, pardos e indígenas resultar em número com decimais, este será arredondado para o número inteiro imediatamente superior (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2017).

Assim, os cursos que ofertaram 44 vagas, reservaram 22 vagas (50%) para as cotas, sendo que das 22 vagas, seis foram destinadas a condições de pessoas com deficiência, duas vagas na categoria 1 e na categoria 3, e uma vaga nas categorias 2 e também na categoria 4. Os cursos que ofertaram 22 ou 26 vagas, reservaram duas vagas para condições de pessoas com deficiência, e os cursos que ofertaram 30 vagas reservaram três vagas para pessoas com deficiência.

Portanto, do total de vagas ofertadas no segundo semestre de 2017, que correspondeu a 988 vagas, 494 foram destinadas a candidatos cotistas sendo que deste número **134 poderiam ser contempladas por pessoas com deficiência** (grifo nosso).

Observa-se que em cada uma das quatro categorias de distinção para a concorrência por cotas são divididas em dois grupos, aqueles com deficiência e aqueles sem deficiência. No entanto, na ausência de candidatos com deficiência para o preenchimento das específicas vagas, a mesma vaga poderá ser aproveitada para os candidatos sem deficiência da mesma categoria. Por isso, não necessariamente a oferta de 134 vagas serão preenchidas por pessoas com deficiência.

Tabela 48 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do segundo semestre de 2017 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2017 segundo semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Administração	Homens	2	-	-	2	4
	Mulheres	2	-	-	2	
Arquitetura e Urbanismo	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Comunicação Organizacional	Homens	1	-	-	1	2
	Mulheres	1	-	-	1	
Design	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	1	-	
Educação Física	Homens	2	-	2	-	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Civil	Homens	1	-	-	1	2
	Mulheres	1	-	1	-	
Engenharia de Computação	Homens	3	-	-	3	3
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Elétrica	Homens	2	-	1	1	4
	Mulheres	2	-	2	-	
Engenharia Mecânica	Homens	3	-	-	3	4
	Mulheres	1	-	-	1	
Licenciatura Letras Inglês	Homens	0	-	-	-	3
	Mulheres	3	-	1	2	
Licenciatura Letras Português	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Licenciatura em Química	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Sistemas de Informação	Homens	1	-	-	1	1

continua

continuação

	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Automação Industrial	Homens	2	-	-	2	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Radiologia	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	1	-	
Tecnologia em Processos Ambientais	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
					Total	33

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Dessa forma, este processo seletivo contou com 134 vagas destinadas a candidatos com deficiência, sendo que destas, 23 candidatos ingressaram pelo sistema de cotas e outros 10 ingressaram pela ampla concorrência. Assim, das 1.032 vagas ofertadas naquele semestre, 33 vagas foram preenchidas por alunos com deficiência.

Mesmo não havendo o preenchimento pleno das vagas destinadas as pessoas com deficiência conforme as vagas ofertadas, neste semestre entraram mais alunos com deficiência que qualquer outro processo seletivo anterior na história da Instituição.

5.3.4.21 Ano 2018

O edital para o processo seletivo com ingresso no primeiro semestre de 2018 seguiu as mesmas classificações da Política Afirmativa do edital anterior. Foram ofertadas 1076 vagas, distribuídas em 27 turmas de 24 cursos. O curso de Licenciatura em Química tornou-se bacharelado em Química e foi criado o curso de bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária ofertando novas 44 vagas. Deste total de 1.076 vagas, 538 foram destinadas a política de cotas sendo que deste valor, **140 puderam ser concorridas por pessoas com deficiência** (grifo nosso).

Tabela 49 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do primeiro semestre de 2018 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2018 primeiro semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Administração	Homens	2	-	-	2	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Arquitetura e Urbanismo	Homens	1	-	1	-	2
	Mulheres	1	-	1	-	

continua

continuação

Comunicação Organizacional	Homens	0	-	-	-	5
	Mulheres	5	-	1	4	
Design	Homens	2	-	-	2	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Educação Física	Homens	4	-	-	4	4
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Ambiental e Sanitária	Homens	0	-	-	-	2
	Mulheres	2	-	-	2	
Engenharia de Controle e Automação	Homens	2	-	-	2	3
	Mulheres	1	-	1	-	
Engenharia Civil	Homens	3	-	1	2	3
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia de Computação	Homens	1	-	-	1	2
	Mulheres	1	-	-	1	
Engenharia Elétrica	Homens	6	-	1	5	6
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Eletrônica	Homens	3	-	-	3	3
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Mecânica	Homens	2	-	-	2	4
	Mulheres	2	-	1	1	
Engenharia Mecatrônica	Homens	2	-	-	2	4
	Mulheres	2	-	2	-	
Licenciatura em Física	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Licenciatura em Matemática	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Licenciatura Letras Inglês	Homens	2	-	1	1	3
	Mulheres	1	-	-	1	
Licenciatura Letras Português	Homens	1	-	-	1	2
	Mulheres	1	-	-	1	
Sistemas de Informação	Homens	2	-	2	-	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Automação Industrial	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	1	-	
Tecnologia em Radiologia	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Tecnologia em Processos Ambientais	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Total						54

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Assim, das 140 vagas destinadas aos cotistas, 47 foram utilizadas. E do total de 1.076 vagas ofertadas no semestre, 54 puderam ser preenchidas por alunos com deficiência.

O edital para o processo seletivo com ingresso no segundo semestre de 2018 seguiu as mesmas classificações da Política Afirmativa do edital anterior. Neste

semestre houve uma leve redução no número de oferta de vagas que se mantém até o presente ano de 2019. Foram ofertadas ao total, 1046 vagas, distribuídas em 26 turmas de 23 cursos. O motivo da redução da oferta de vagas de 1072 no processo seletivo do ano anterior, para 1046 se dá por não ter sido aberto turmas para o curso de Tecnologia em Processos Ambientais que ofertava 30 vagas. Desta forma, do total 1046 vagas, 523 foram reservadas a política de cotas, sendo que deste número **42 vagas puderam ser concorridas por pessoas com deficiência** (grifo nosso).

A redução da quantidade de vagas reservadas a cotas de pessoas com deficiência é justificada por observações dadas no edital, que diziam o seguinte:

OBS. As vagas das categorias de cotistas PCD do quadro abaixo, calculadas em atendimento ao percentual de Pessoas com Deficiência do Estado do Paraná de 7,92% referente Censo Demográfico de 2010 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com aplicação da linha de corte do Grupo de Washington às Pessoas com Deficiência, resultam, em alguns casos, em 00 (zero) vagas (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2018a).

O edital reforça a mesma informação em outro momento do documento:

A proporção de vagas para Pessoas com Deficiência será o equivalente ao percentual de Pessoas com Deficiência do Estado do Paraná, ou seja, de 7,92% referente Censo Demográfico de 2010 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com aplicação da linha de corte do Grupo de Washington às Pessoas com Deficiência – em atendimento à Portaria Normativa N° 9-MEC, de 05 de maio de 2017 e à Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015 (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2018a).

Também são dadas definições sobre pessoa com deficiência:

O candidato com deficiência deverá enquadrar-se nas categorias discriminadas no Decreto Federal n. 3.298/1999, em seus artigos 3º e 4º, este último com a redação dada pelo Decreto n. 5.296/2004 e pela Lei n. 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) em seu Artigo 2º.

O Art. 2º Considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

- I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III - a limitação no desempenho de atividades; e
- IV - a restrição de participação.

5. Os candidatos, pessoas com deficiência, no ato da inscrição no SISU que forem convocados nas Chamadas, deverão apresentar, na comissão de Validação do respectivo Campus, a documentação de acordo com o item 3 no anexo III (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2018a).

Tabela 50 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do segundo semestre de 2018 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2018 segundo semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Administração	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Comunicação Organizacional	Homens	1	-	1	-	2
	Mulheres	1	-	1	-	
Design	Homens	1	-	1	-	2
	Mulheres	1	-	-	1	
Engenharia Civil	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	-	1	
Engenharia Elétrica	Homens	2	-	1	1	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Licenciatura em Física	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Licenciatura em Matemática	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	1	-	
Licenciatura Letras Inglês	Homens	3	-	1	2	4
	Mulheres	1	-	-	1	
Química	Homens	2	-	1	1	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Sistemas de Informação	Homens	1	-	-	1	2
	Mulheres	1	-	1	-	
					Total	18

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A mudança no sistema de contabilização das cotas pode ter interferido para uma diminuição nos números no segundo semestre de 2018. Das 42 vagas ofertadas para alunos com deficiência, nove foram preenchidas. E do total de 1.046 vagas ofertadas naquele semestre, 18 alunos com deficiência constam como ingressantes.

5.3.4.22 Ano 2019 e as mudanças nas categorias das cotas para PcD

No edital do primeiro semestre de 2019 houve mudança nas categorias que definiam a Política Afirmativa das cotas. Na nova resolução, os cotistas foram distribuídos nas seguintes categorias:

Categoria L1 – Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n. 12.711/2012).

Categoria L2 – Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que

tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n. 12.711/2012).

Categoria L5 – Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa n. 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n. 12.711/2012).

Categoria L6 – Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa n. 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n. 12.711/2012).

Categoria L9 – Candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n. 12.711/2012).

Categoria L10 – Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n. 12.711/2012).

Categoria L13 – Candidatos com deficiência que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa n. 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n. 12.711/2012).

Categoria L14 – Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa n. 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n. 12.711/2012) (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2019b).

Neste edital, foram ofertadas a mesma quantidade de vagas que o processo seletivo anterior, ou seja, 1046 vagas distribuídas em 27 turmas de 23 cursos. No entanto, a nova forma de categorização das cotas, aumentou um pouco o número de vagas reservadas às pessoas com deficiência que, como se pôde observar acima, estão representadas pelas categorias L9, L10 e L13, L14. Assim, dos 50% reservados aos cotistas (523 vagas), **48 são vagas que contemplam pessoas com deficiência** (grifo nosso). Esse número representa um aumento de seis vagas em comparação com o semestre anterior.

Tabela 51 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do primeiro semestre de 2019 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2019 primeiro semestre		alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Administração	Homens	1	-	1	-	1	
	Mulheres	0	-	-	-		
Arquitetura e Urbanismo	Homens	1	-	1	-	2	
	Mulheres	1	-	1	-		
Comunicação Organizacional	Homens	1	-	1	-	2	
	Mulheres	1	-	1	-		
Design	Homens	2	-	-	2	2	
	Mulheres	0	-	-	-		
Educação Física	Homens	1	-	-	1	2	
	Mulheres	1	-	-	1		
Engenharia Ambiental e Sanitária	Homens	0	-	-	-	2	
	Mulheres	2	-	1	1		
Engenharia de Controle e Automação	Homens	0	-	-	-	1	
	Mulheres	1	-	-	1		
Engenharia Civil	Homens	2	-	2	-	3	
	Mulheres	1	-	-	1		
Engenharia de Computação	Homens	2	-	1	1	2	
	Mulheres	0	-	-	-		
Engenharia Elétrica	Homens	1	-	-	1	1	
	Mulheres	0	-	-	-		
Engenharia Eletrônica	Homens	1	-	1	-	1	
	Mulheres	0	-	-	-		
Engenharia Mecânica	Homens	3	-	1	2	3	
	Mulheres	0	-	-	-		
Engenharia Mecatrônica	Homens	4	-	2	2	4	
	Mulheres	0	-	-	-		
Licenciatura em Matemática	Homens	0	-	-	-	1	
	Mulheres	1	-	-	1		
Licenciatura Letras Inglês	Homens	2	-	2	-	2	
	Mulheres	0	-	-	-		
Licenciatura Letras Português	Homens	1	-	-	1	3	
	Mulheres	2	-	-	2		
Química	Homens	1	-	-	1	1	
	Mulheres	0	-	-	-		
Sistemas de Informação	Homens	1	-	1	-	1	
	Mulheres	0	-	-	-		
Tecnologia em Automação Industrial	Homens	1	-	-	1	1	
	Mulheres	0	-	-	-		
Tecnologia em Design Gráfico	Homens	1	-	-	1	2	
	Mulheres	1	-	1	-		
	Homens	1	-	-	1	1	

continua

continuação

Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações	Mulheres	0	-	-	-	
Total						38

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Mesmo com a nova categorização das cotas, a proporção de vagas ofertadas aos cotistas com deficiência se manteve semelhante ao do segundo semestre de 2018, porém, no primeiro semestre de 2019 houve maior adesão desses alunos. Do total de 48 vagas destinadas aos cotistas com deficiência, 31 foram ocupadas e mais sete alunos com deficiência ingressaram por ampla concorrência. Assim, do total de 1.046 vagas ofertadas no semestre, 38 foram preenchidas por estes alunos.

5.3.4.23 Ano 2019, o segundo semestre

O edital para processo de seleção com ingresso no segundo semestre de 2019 apresentou as mesmas condições de quantidade de vagas, cursos e a política afirmativa. Portanto, contabilizou 1046 vagas ofertadas distribuídas em 26 turmas de 23 cursos diferentes. Deste total de vagas, 523 se destinaram aos cotistas sendo que **48 vagas se enquadravam nas categorias envolvendo pessoas com deficiência** (grifo nosso).

Tabela 52 – Quantitativo de matrículas de alunos com deficiência em nível de graduação do segundo semestre de 2019 do campus Curitiba por curso, gênero e situação acadêmica

2019 segundo semestre	alunos		Formados	Cursando	Desligados	TOTAL
Administração	Homens	2	-	2	-	4
	Mulheres	2	-	1	1	
Arquitetura e Urbanismo	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Comunicação Organizacional	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	1	-	
Design	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Educação Física	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	1	-	
Engenharia Ambiental e Sanitária	Homens	0	-	-	-	2
	Mulheres	2	-	2	-	
Engenharia de Controle e Automação	Homens	1	-	-	1	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Civil	Homens	2	-	2	-	3
	Mulheres	1	-	1	-	

continua

continuação

Engenharia Elétrica	Homens	2	-	2	-	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Engenharia Eletrônica	Homens	2	-	2	-	3
	Mulheres	1	-	1	-	
Engenharia Mecânica	Homens	2	-	2	-	2
	Mulheres	0	-	-	-	
Licenciatura Letras Inglês	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Licenciatura Física	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Química	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Sistemas de Informação	Homens	3	-	2	1	3
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Automação Industrial	Homens	1	-	1	-	1
	Mulheres	0	-	-	-	
Tecnologia em Design Gráfico	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	1	-	
Tecnologia em Radiologia	Homens	0	-	-	-	1
	Mulheres	1	-	1	-	
Total						30

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O segundo semestre de 2019, apresentou um edital de processo seletivo com a mesma quantidade de vagas e cursos do semestre anterior. Assim, das 48 vagas destinadas aos alunos cotistas com deficiência, 19 foram preenchidas por cotas e outros 11 alunos com deficiência ingressaram por ampla concorrência. Do total de 1.046 vagas ofertadas neste semestre, 30 foram ocupadas por estes alunos.

5.4 CONCLUSÕES SOBRE O CAPÍTULO

O levantamento apenas dos cursos de graduação, permite concluir o aumento gradual do ingresso de alunos com deficiência ao longo dos últimos 20 anos na Universidade. Este aumento já é percebido, mesmo antes da inclusão da PcD na Lei Federal n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016 que dispõe sobre as cotas de ingresso em instituições públicas de ensino superior. O aumento pode ser justificado por duas principais razões: o crescimento da Instituição ao longo dos anos, transformando-se em Universidade e ofertando maior número de vagas e cursos; e as conquistas obtidas pelos movimentos da luta dos direitos da pessoa com deficiência nas últimas três décadas, que no Brasil alcançaram o reconhecimento máximo com a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, L.F. n. 13.146, de 6 de julho de 2015. As

conquistas no âmbito jurídico e a criação de políticas inclusivas fortalecem a presença de PcDs no Ensino Superior e encorajam a participação social efetiva.

Dos 373 discentes com deficiência analisados entre os anos 1999 a 2019, 129 ingressaram por cotas o que corresponde a 34,58%.

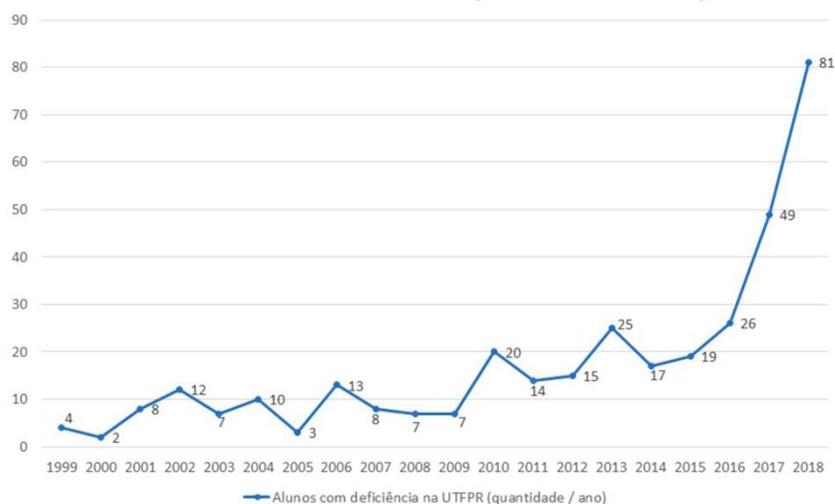
No cenário da Educação, é muito comum alunos optarem pelo ocultamento de suas deficiências, principalmente quando não são aparentemente perceptíveis. No entanto, as dificuldades por não conseguir acompanhar o sistema padrão de ensino pode levá-los a desistência ou a retenção na Universidade. Ações como a criação dos NAPNES nas IES auxiliam na identificação e acompanhamento desses alunos.

Por outro lado, se torna bastante notável os efeitos da aplicação das Políticas Afirmativas de cotas com a contabilização de ingresso de alunos com deficiências no Campus Curitiba da UTFPR. O primeiro semestre de 2018 foi o processo seletivo que ofertou maior número de cotas e, até o momento, continua sendo o semestre recorde de ingresso de alunos PcD em toda a história da Universidade. No mesmo contexto, a quantidade de alunos que ingressou nos cursos de graduação a partir do ano de 2017, ou seja, nos últimos três anos a contar da data desta pesquisa, já representam 50% do total de alunos com deficiências em graduação entre os anos 1999 a 2019.

Quantidade semelhante é observada também considerando o total de registros de discentes com deficiências apurados pelo levantamento que incluíam cursos de todos os graus acadêmicos, Técnico, Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado. Do total de 412 matrículas, 204 ocorreram a partir de 2017 (ver Gráfico 5).

E do total de 345 matrículas em nível de graduação (bacharelados, licenciaturas e tecnologias) entre os anos de 1999 a 2019, 183 ocorreram a partir de 2017 (ano da implementação das cotas para PcD que fortalece a inserção deste grupo social), ou seja, do total de discentes com deficiência contabilizados nos últimos 20 anos, 53,04% ingressaram nos últimos três anos. Destas 183 matrículas dos últimos três anos, 129 foram por ingresso através das cotas, o que corresponde a 70,5% deste total de matrículas dos últimos três anos, ou 37,4% do total de matrículas registradas nos últimos 20 anos (ver Gráfico 5 e 6).

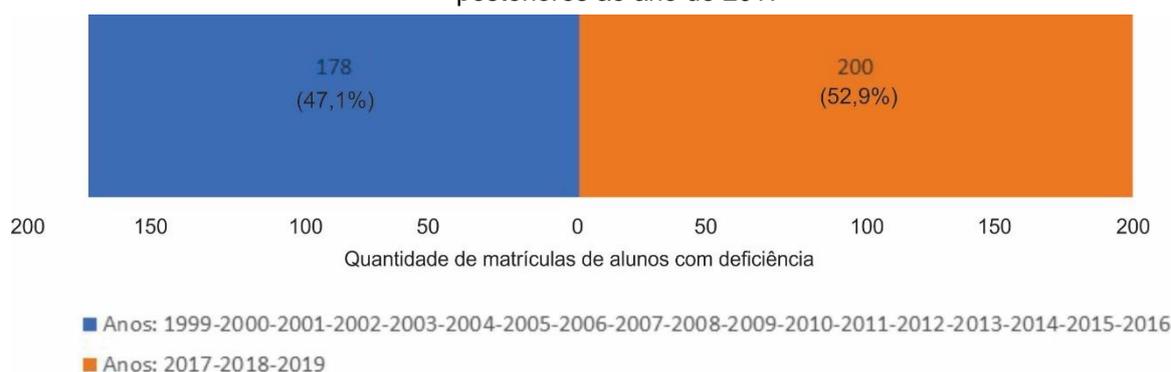
Gráfico 5 – Discentes com deficiência no campus Curitiba da UTFPR por anos



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O Gráfico 5 ilustra o crescimento no número de ingressos de alunos com deficiência ao longo dos anos no campus Curitiba da UTFPR, destacando-se os valores recordes que acontecem a partir da implementação das cotas para PcD no ano de 2017. De uma maneira diferente, o Gráfico 6 ilustra a proporção das matrículas registradas no intervalo de 1999 a 2019, marcadas pelo antes e depois do ano de 2017.

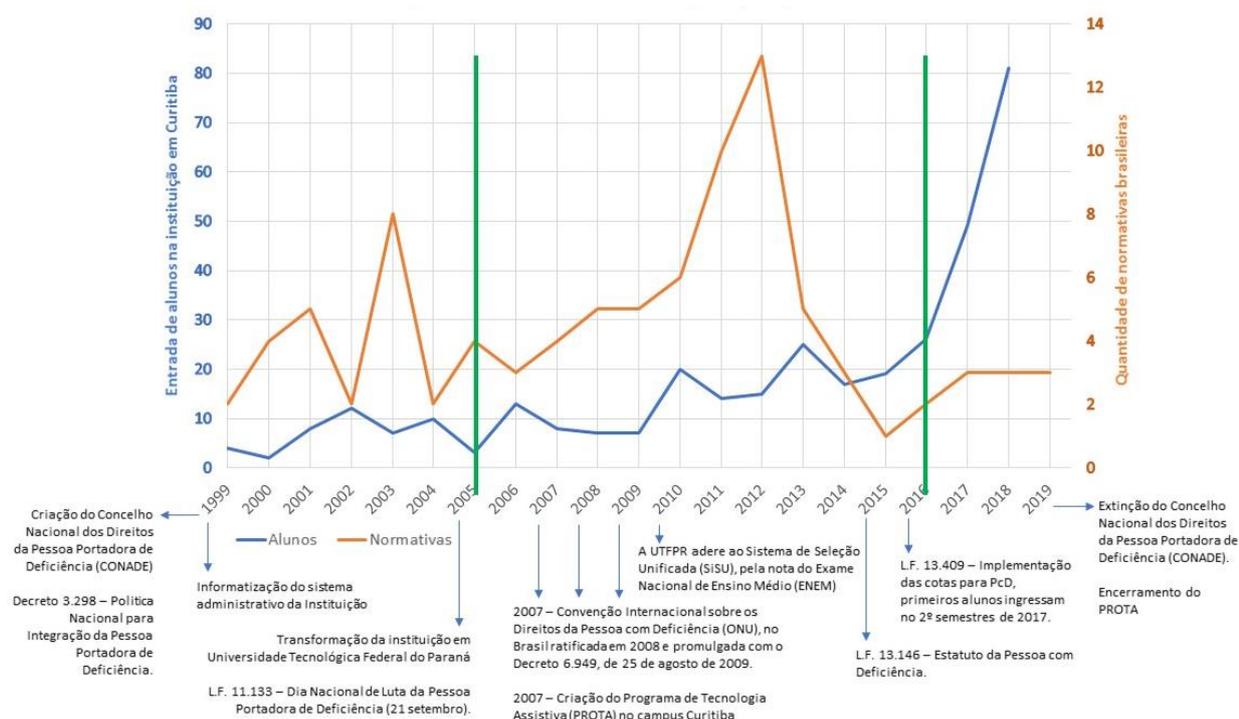
Gráfico 6 – Comparativo entre a quantidade de matrículas de alunos com deficiência anteriores e posteriores ao ano de 2017



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O Gráfico 7 mostra a composição entre o Gráfico 5 e o Gráfico 1 (gráfico sobre o quantitativo de normativas brasileiras que tangem a pessoa com deficiência) mostrado no capítulo anterior, pontuando os principais acontecimentos que influenciaram as alterações nas quantidades de ingresso dos alunos com deficiência na Instituição ao longo dos anos. É possível destacar alguns marcos importantes que alteram, de certa forma, o crescimento no ingresso de alunos com deficiência na Instituição. A transformação em Universidade, dois anos após uma mudança de governo, coincide com a celebração, pela primeira vez, do Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência em 2005. Os períodos entre 2005 a 2015, intervalo de 10 anos da expansão da territorialidade, são de muitas promulgações de leis e marcam um movimento crescente de reconhecimento e inclusão das Pessoas com Deficiência. Na Instituição, este período foi marcado pelo início dos Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação, uma valorização na construção da territorialidade, e um crescimento no ingresso de PcD na Universidade é observado. O ano de 2015 foi representado pela conquista do Estatuto da Pessoa com Deficiência, e logo no ano a seguir as PcDs são incluídas na Lei de Cotas, fortalecendo e valorizando o ser humano.

Gráfico 7 – Composição do gráfico dos discentes com deficiência com o gráfico sobre o quantitativo de normas brasileiras que tangem a PcD (recorte de 1999 a 2019)



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A Tabela 53 sintetiza os levantamentos dos alunos com deficiência e dos editais dos processos de seleção dos últimos 20 anos no campus Curitiba da UTFPR.

Tabela 53 – Comparativo das vagas ofertadas nos processos seletivos para o campus Curitiba e o ingresso de alunos com deficiência nos anos 1999 a 2019

Ano	Vagas ofertadas no Campus Curitiba - Graduação					Ingresso de alunos PcD				
	1º semestre	2º semestre	Total no ano			1º semestre	2º semestre	Total no ano		
1999	840	600	1440	Cotas para PcD		4	-	4		
2000	560	557	1117			2	-	2		
2001	563	569	1132			6	1	7		
2002	552	530	1082			11	1	12		
2003	552	583	1135			7	-	7		
2004	613	663	1276			5	5	10		
2005	665	671	1366			2	-	2		
2006	763	741	1504			11	-	11		
2007	580	583	1163			7	-	7		
2008	576	598	1174			5	1	6		
2009	816	860	1676			5	-	5		
2010	858	858	1716			14	3	17		
2011	902	946	1848			7	4	11		
2012	946	946	1892			7	5	12		
2013	946	946	1892			13	6	19		
2014	960	960	1920			9	4	13		
2015	960	966	1626			1º semestre	2º semestre	11	5	16
2016	1032	1032	2064			-	134	15	8	23
2017	1032	1032	2064			-	134	10	33	43
2018	1076	1046	2122	140	42	54	18	72		
2019	1046	1046	2092	48	48	38	30	68		

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

6 CONCLUSÕES FINAIS

O trabalho alcançou o objetivo geral que foi mostrar que houve políticas favoráveis para a entrada de discentes com deficiência em ambiente universitário e também a presença de políticas de rejeição, preconceitos e exclusão.

O levantamento bibliométrico e as análises de documentos comprovam que os estudos sobre políticas de inclusão de pessoas com deficiência e acessibilidade começaram há 30 anos. A produção acadêmica e as publicações de artigos sobre o tema são recentes, mas representam uma área de pesquisa em crescimento. O número de publicações sobre os temas da acessibilidade, deficiência, inclusão, alunos com deficiência, políticas afirmativas, dentre outros apresentou tendências de crescimento equiparadas coincidentemente com o número de ingressos de discentes com deficiência no campus Curitiba-PR.

A análise histórica revela que os tratamentos e o respeito as pessoas com deficiência são relativos aos ambientes culturais e épocas. Com uma herança marcada por muita discriminação e indiferença, os primeiros serviços assistenciais destinados ao tratamento de pessoas com deficiência surgem no século dezenove em virtude dos acidentes de trabalho nos ambientes fabris da Revolução Industrial e dos feridos nas guerras armadas. Desta forma, importante ressaltar que é neste contexto que a França se torna pioneira no desenvolvido das primeiras formas de comunicação por sinais e tátil, com o Braille, e na criação de asilos para ex-combatentes e de instituições para cegos e surdos, copiados pelo Brasil no período de Dom Pedro II.

Mas, sem dúvidas, são as Guerras Mundiais na primeira metade do século vinte que marcam a transição cultural sobre o tratamento e consideração as pessoas com deficiência. A imensa quantidade de combatentes feridos e diferentes traumas oriundos das guerras precisou de estratégias para a reintegração social e fez crescer áreas da medicina como reabilitação, traumatologia, psicologia e o desenvolvimento de tecnologias assistivas e próteses.

Com a criação das Nações Unidas após a Segunda Guerra Mundial, e a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, diversos grupos sociais iniciam suas lutas por direitos. As pessoas com deficiência, assim como muitos outros eixos sociais, iniciam seus primeiros movimentos na década de 1950.

No Brasil, as iniciativas e ações da ONU se mostraram fundamentais para a evolução das políticas sociais, assistenciais e inclusivas no país. A análise do histórico

das normativas brasileiras que tangem a pessoa com deficiência revela que o progresso das conquistas dos PcDs esteve sempre relacionado aos movimentos internacionais promovidas pela ONU. Como importantes marcos normativos, destaca-se o Decreto Federal n. 6.949 de 25 de agosto de 2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, a Lei Federal n. 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência e destaca-se também a L. F. n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016 que inclui as Pessoas com Deficiência na Lei das Cotas para ingresso em instituições públicas de ensino superior. Foi um estímulo que resultou em confiança dos candidatos no processo e na apropriação dele, e afetou significativamente o número de entrada de discentes com deficiência em cursos superiores.

Estas normativas são importantes conquistas das pessoas com deficiência e que surtem efeitos diretos nos ingressos de alunos em Instituições como a UTFPR. Desta forma, o levantamento dos alunos com deficiência na Instituição, revela um aumento crescente que acompanha as evoluções das políticas inclusivas brasileiras.

Assim, a pesquisa de dissertação constata uma forte relação das políticas públicas nos acontecimentos e funções da UTFPR, principalmente com relação as ações de inclusão que envolvem as pessoas com deficiência no seu ingresso no ensino superior. É possível determinar momentos em que as ações políticas e normativas em nível federal significaram mudanças no acolhimento de discentes com deficiência na Instituição.

O levantamento de alunos com deficiência dos últimos 20 anos do campus Curitiba da UTFPR, demonstra que mais da metade ingressaram nos últimos três anos. Este fenômeno é relação direta da implementação da seleção por cotas que teve início efetivo a partir do segundo semestre de 2017. Em tão pouco tempo de implementação, as diferenças numéricas são notórias. No entanto, outro dado intrigante são os altos índices de evasão entre esses alunos. Os cálculos demonstram que os índices de evasão dos discentes com deficiência foram sempre superiores aos índices gerais da Instituição divulgados nos Relatórios de Gestão da UTFPR.

Dessa forma, a pesquisa conclui que as ações inclusivas têm se mostrado eficientes no momento de ingresso dos alunos na Universidade. No entanto o número cada vez mais crescente de ingresso de alunos com deficiência representa desafios para todas as Instituições implementarem condições e transformações em seus ambientes, corpo docente, servidores e prestadores de serviço. Seria a constituição

de uma força tarefa para que estes alunos tenham um percurso acadêmico de sucesso. Para isso, questões como acessibilidade, educação inclusiva e a continuidade das políticas afirmativas são fundamentais para efetivar a inclusão.

A conquista do direito a educação é um primeiro passo para a independência e vida com autonomia, bem como transcender os obstáculos para inserção no mercado de trabalho. E, o que torna este debate fundamental para a sociedade de hoje é perceber que nenhuma pessoa está isenta de momentos de limitações ou deficiências ao longo de sua vida, podendo assim ser uma condição transitória ou permanente, causados por doenças, acidentes ou mesmo o processo natural de envelhecimento, condições estas que atingem, portanto, toda sociedade.

REFERÊNCIAS

AINO, Elizabeth A. et al. **Access for all: an Illustrated Handbook of Barrier-Free Design**, by The Ohio Committee on Employment of the Handicapped & Schooley Cornelius Associates. Ohio: Special Press, Columbus, 1978.

ALBAGLI, Sarita. **Território e territorialidade**. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (Org.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: SEBRAE, 2004.

AMERICANS WITH DISABILITIES ACT. **Pocket guide to the ADA. Accessibility guidelines for buildings and facilities**. Rev. Ed. Evan Terry Associates, 1993.

ARAUJO, Ronaldo Ferreira. **Os grupos de pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade no Brasil**. Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade, v.1, n.1, p. 81-97, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004; 2015.

BAHIA, Sergio R (Coord.); COHEN, Regina; VERAS, Valéria. **Município e acessibilidade**. Rio de Janeiro: IBAM/CORDE, 1998.

BAZZO, Walter; LINSINGEN, Irlan von & TEIXEIRA, Luiz T. V. **Os estudos CTS**. In: *Introdução aos Estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)*. Espanha: OEI, 2003.

BRASIL. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. Decreto n. 914, de 6 de setembro de 1993. **Institui a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Decreto n. 1744, de 8 de dezembro de 1995. **Regulamenta o benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1995.

BRASIL. Decreto n. 3298, de 20 de dezembro de 1999. **Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Decreto n. 5296, de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as leis de acessibilidade.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Decreto n. 6214, de 6 de setembro de 2007. **Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Decreto n. 6949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2009.

BRASIL. Lei n. 10690, de 16 de junho de 2003. **Reabre o prazo para que os municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015.

BADALO, Carla Alexandra de Oliveira. **O papel do cão-guia como facilitador da inclusão da pessoa cega na sociedade:** mobilidade, segurança, interação social e qualidade de vida. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana, 2014.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal:** métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo Editora SENAC, 272p., 2007.

CASTRO, Jary de Carvalho e. **Ir e vir:** acessibilidade, compromisso de cada um. Campo Grande: Gráfica Gibim e Editora, 2013.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ. **Edital de vestibular de 2002.** Cefet, Curitiba-PR, 2002.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ. **Edital de vestibular de 2005.** Cefet, Curitiba-PR, 2005.

CARVALHO, Marília G. **Tecnologia e sociedade.** In BASTOS, J. A. Tecnologia & interação. Curitiba: CEFET/PR, 1998.

CEARÁ. **Guia de Acessibilidade:** Espaço Público e Edificações. 1 ed./ Elaboração: Nadja G.S. Dutra Montenegro; Zilsa Maria Pinto Santiago e Valdemice Costa de Sousa. Fortaleza: SEINFRA-CE, 2009.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios:** resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 270 p. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2019a.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 211 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2019b.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane; BRASILEIRO, Alice. **Acessibilidade e museus**. Brasília/DF: MinC/Ibram, 2012

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 2010.

CUTCLIFFE, Stephen. **La emergencia de CTS como campo académico**. In: Ideas, Máquinas y Valores: Los Estudios de Ciencia, Tecnología y Sociedad. Barcelona: Anthropos, 2003.

DE SOUZA, Braga et al. **Concepção da estrutura do sistema tecnológico de uma cadeira de rodas inteligente adaptada ao utilizador**. Dissertação (Mestrado em Multimédia) – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Portugal, 2011.

DICHER, Marilu; TREVISAM, Elisaide. **A jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana**. In: _Direitos Fundamentais e Democracia III. Anais. XXIII Congresso Nacional do CONPEDI, João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=211>> Acesso em: 28 out. 2019.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, V. H. M.; MACHADO, R, et al. **Desenho universal nas escolas: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis**. Florianópolis: PRELO, 2004.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, V. H. M.; PIARDI, S. M. D. G. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público**. Florianópolis: MPSC, 2012.

DUARTE, Cristiane Rose, COHEN, Regina. (2003) Methodologies d'enseignement de l'architecture inclusive: créant des outils pour la qualité de vie pour tous. **News Sheet 65**. European Association for Architectural Education. Association Européenne pour l'Enseignement de l'Architecture. Leuven, 2003.

DUARTE, Cristiane Rose de S.; COHEN, Regina et al.(Orgs). **Metodologia para diagnóstico de acessibilidade em centros urbanos: análise da área central da cidade do Rio de Janeiro**. Assis: Triunfal Gráfica e Editora. UFRJ. Rio de Janeiro, 2013.

ENQUITA, Mariano Fernandez. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARANÁ. **Escola Técnica Federal do Paraná: 65 anos**. Ministério da Educação e Cultura, 1972.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Editora Moraes, p. 13 – 83, 1986.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Tradução Anita Di marco. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GARCIA, Vinícius Gaspar; MAIA, Alexandre Gori. **A inclusão das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro em 2000 e 2010 – Panorama e mudanças em uma década**. XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Lindóia/SP, 2012.

GATTI, Bernardete. **Pesquisa, educação e pós-modernidade: confrontos e dilemas**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, p. 595-608, 2005.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

GUIMARÃES, Maria. **Brasil é o país com mais publicação científica em acesso aberto**. REVISTA PESQUISA FAPESP. 2018. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2018/01/21/brasil-e-o-pais-com-mais-publicacao-cientifica-em-acesso-aberto/>> Acesso em: 30 nov. 2019.

KAWAUCHI, Yoshihiro. **Universal design: a reconsideration of barrier-free**. Boston: Institute for Human Centered Design, 2010.

LEFEBVRE, Henry. **O direito a cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MACE, Ron. G. Hardie, PLAICE, J. **Accessible environments toward universal design**. In: PREISER, Wolfgang. Design interventions: toward a more humane architecture. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.

MATUICHUK, Miraldo. **A inclusão e a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais nos cursos do campus Curitiba da UTFPR**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Cuiabá – MT, 2009.

MERTON, Robert. **Os imperativos institucionais da ciência**. In: DEUS, J. D. A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

NEUFERT, Ernst. **A arte de projetar em arquitetura: princípios, normas e prescrições sobre construção, instalações, distribuição e programa de necessidades, dimensões de edifícios, locais e utensílios**. São Paulo: Ed. Gustavo Gili, tradução da 21ª edição alemã, 13ª edição, 1998.

OLIVEIRA, Janaína de. **O município e a acessibilidade urbana**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **World population prospects**, United Nations. Disponível em <<https://esa.un.org/unpd/wup/DataQuery/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Pessoas com deficiência**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PHILBIN, Tom. **As 100 maiores invenções da história**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006.

PINCH, T.; BIJKER, W. **The social construction of facts and artefacts: or how the sociology of science and the sociology of technology might benefit each other**. Social Studies of Science, 1984.

PRADO, Adriana R. de Almeida; ORNSTEIN, Sheila W.; LOPES, Maria Elisabete (Orgs). **Desenho universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2010.

SAAD, Ana Lúcia. **Acessibilidade: guia prático para o projeto de adaptações e de novas edificações**. Pini, 2011.

SANTOS, Admilson. Cego, o espaço, o corpo e o movimento. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, v. 3, n. 2, 1998.

SANTIAGO, Z. M. P.; TARALLI, C. H. Ambientes para a Moradia e para a Educação: Acessibilidade em escolas - experiência no Ceará. In: ORNSTEIN, Sheila Walbe; PRADO, Adriana R. de Almeida; LOPES, Maria Elisabete (Org). **Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: ANNABLUME, v. 1, p. 177-186, 2010.

SANTIAGO, Z. M. P. **Acessibilidade de pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior: o caso da Universidade Federal do Ceará**. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas: Estado, desenvolvimento e crise do capital. São Luís, 2011.

SANTIAGO, Z. M. P.; SILVEIRA, Plinio Renan. Percursos e perspectivas da acessibilidade física na Universidade Federal do Ceará. In: LEITÃO, V. M. e VIANA, T. V. (Orgs). **Acessibilidade na UFC: tessituras possíveis**. Fortaleza: Imprensa da UFC, p. 213- 227, 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SILVA, Otto Marques. **Epopéia ignorada - A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987.

SILVA, Otto Marques. **Epopeia ignorada (A pessoa com deficiência no mundo de ontem e de hoje)**. São Paulo: C&G12 Editora, 2018.

SILVA, Tania Fernandes.; HENRIQUE, Adalberto. Romualdo. Pereira.; ROCHA, Vivian. Lamóia. **Acessibilidade:** edificações, mobiliários e espaços para uma real inclusão escolar. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2015.

SPELTA, Lêda. **Acessibilidade:** Esse negócio tem futuro?. Rio de Janeiro: Acessodigital, 2007.

THALMANN, Olaf et al. Complete mitochondrial genomes of ancient canids suggest a European origin of domestic dogs. **Science**, v. 342, n. 6160, p. 871-874, 2013.

UBIERNA, José Antonio Juncá (1997), **Diseño universal: factores claves para la accesibilidad integral**. Castilla-La Mancha: Ed. COCEMF, 1997.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão: exercício 2018**. Curitiba: EDUTFPR, 2019.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão: exercício de 2017**. Curitiba: EDUTFPR, 2018.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **UTFPR: uma história de 100 anos**. Curitiba: Editora UTFPR, 2010.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Edital de vestibular de inverno de 2006**. UTFPR, Comissão De Aplicação E Fiscalização Do Concurso Vestibular, Curitiba-PR, 2006a.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Edital de vestibular de verão de 2006**. UTFPR, Comissão De Aplicação E Fiscalização Do Concurso Vestibular, Curitiba-PR, 2006b.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Edital de vestibular de 2007**. UTFPR, Comissão De Aplicação E Fiscalização Do Concurso Vestibular, Curitiba-PR, 2007.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Edital de vestibular de verão de 2017**. UTFPR, Comissão De Aplicação E Fiscalização Do Concurso Vestibular, Curitiba-PR, 2017.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Edital de vestibular de verão de 2018**. UTFPR, Comissão De Aplicação E Fiscalização Do Concurso Vestibular, Curitiba-PR, 2018a.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Edital de vestibular de inverno de 2019**. UTFPR, Comissão De Aplicação E Fiscalização Do Concurso Vestibular, Curitiba-PR, 2019b.

VESSURI, Hebe M.C. **Perspectivas recientes en el estudio social de la ciencia**. Interciencia, v. 16, n. 2, p. 60-68, 1991.

VOORDT, Theo J.M. van der. **Checklist for adaptable renovation**. Delft: Technical University of Delft, Department of Architecture, 1996.

VOORDT, Theo J. M. vab der. **Arquitetura sob o olhar do usuário**. Tradução Maria Beatriz Medina. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

WELLS, Herbert George. **Uma breve história do mundo**. Tradução de Rodrigo Breuning. Porto Alegre: L&PM, 2011.

WERNECK, Cláudia. **Sociedade Inclusiva: Quem cabe no seu TODOS?**. Rio de Janeiro: WVA Editora, 2006

WINNER, Langdon. **“Do Artefacts have Politics?”** In: *The Whale and the Reactor – A Search for Limits in an Age of High Technology*. Chicago: The University of Chicago Press, p. 19-39, 1986.

WINNER, Langdon. **Is there a right to shape technology?**. 2017. Disponível em: <<https://www.langdonwinner.com/technopolis/2017/8/27/is-there-a-right-to-shape-technology>>. Acesso em: 28 out. 2019.